



Os dois Circuitos da Economia Urbana Dos Países Subdesenvolvidos Hoje

Rosalvo Nobre Carneiro



OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS HOJE



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

Rosalvo Nobre Carneiro

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS HOJE



Copyright © 2018 Rosalvo Nobre Carneiro

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida por qualquer forma eletrônica, mecânica, fotocopiada ou gravada, sem a citação da fonte.

Capa e projeto gráfico

Leidilson Lira da Silva

Versão digital

Offset Gráfica e Editora

Catálogo da publicação na fonte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Carneiro, Rosalvo Nobre.

Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos hoje /
Rosalvo Nobre Carneiro. - Mossoró: EDUERN, 2018.

11,6 Mb : PDF - E-book

200p.: il.

ISBN: 978-85-7621-218-8

1. Geografia. 2. Economia. 3. Circuitos espaciais de produção. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

DU: 910

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo - CRB 15/783

DEDICATÓRIA

Dedico aos redeiros, corretores e pessoas que vivem da fabricação e venda de redes de dormir no Nordeste brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Devo remontar os meus sinceros agradecimentos, ao ano de 2004, quando entrei no Mestrado Acadêmico de Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Inicialmente ao professor Dr. Alcindo José de Sá pela orientação, durante os dois anos e meio em que cursei o mestrado, bem como pelos mais de quatro anos em que me dediquei ao doutorado. Sou grato por sua dedicação a mim e aos meus esforços teóricos sobretudo pelo enorme respeito que sempre teve por minhas escolhas teóricas e pela autonomia que sempre me concedeu.

Ao professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, também do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, e que prefaciou esta obra, meus sinceros agradecimentos pelas palavras que a resume tão bem.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos na época do mestrado, entre 2004 e 2006.

Também a CAPES pelo financiamento da publicação deste livro, através de recursos do PROAP, da pós-graduação. Ao prof. Zuben, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pelo compromisso com esta obra.

Aos empresários e as empresárias da indústria têxtil de São Bento, Tacaratu e Jardim de Piranhas com os (as) quais conversamos diretamente entre 2005 e 2009. Bem como aos trabalhadores fabris, e aos comerciantes da feira de redes de dormir, tanto em São Bento quanto em Tacaratu.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e ao Banco do Nordeste do Brasil pelo Convênio BNB/FASE/UERN 2011 “A produção do espaço Produção do espaço regional e indústria têxtil de Jardim de Piranhas-RN: uma análise comparativa com Jaguaruana-CE”, realizado entre 2008 e 2010.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte pela aprovação com apoio financeiro e bolsa para o Projeto PIBIC “Os mundos vividos de Jardim de Piranhas-RN e Tacara-te-PE e suas relações com os circuitos de fluxos sócioespaciais das indústrias têxteis de redes de dormir locais”.

Estas duas pesquisas, serviram de base para a elaboração de nossa proposta teórica bem como para a conclusão de nossa tese de doutoramento.

Aos meus alunos e minhas alunas de graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que desde de 2008 estudam, pesquisam, discutem e publicam comigo com base na teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

A minha família.

Deus, por último, mas em primeiro lugar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os elementos dos circuitos de fluxos socioespaciais	80
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1: “Feira da pedra” de São Bento-PB: aspecto geral	138
Foto 2: “Feira da pedra” de São Bento-PB: chapéus sendo comercializados por feirante de Caicó	138
Foto 3: “Feira da pedra” de São Bento-PB: conjuntos para cozinha comercializados por feirante de Jardim de Piranhas	139
Foto 4: “Feira da pedra” de São Bento-PB: conjuntos para cama comercializados por feirante Jardim de Piranhas	139
Foto 5: “Feira da pedra” de São Bento-PB: panos de prato comercializados por feirante de Jardim de Piranhas	140
Foto 6: Jardim de Piranhas-RN: Sede da ASITEX no centro da cidade	145
Foto 7: Jardim de Piranhas-RN: estação de tratamento de efluentes da Monkey Têxtil S.A.	152
Foto 8: Tacaratu-PE: Cooperativa dos Artesãos Têxtil de Tacaratu, localizada no distrito de Caraibeiras	153

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Brasil (1997-2003): Evolução dos pequenos empreendimentos na área urbana 109
- Gráfico 2:** Espaço das redes: Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2002 a 2005 154
- Gráfico 3:** Espaços das redes: Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1999 a 2002 155
- Gráfico 4:** Jaguaruana-CE, Fortaleza-CE e São Bento-PB: exportações de redes de dormir em US\$ no período de 2004 a 2010 180
- Gráfico 5:** São Bento-PB, Jaguaruana-CE e Fortaleza-CE: participação nas exportações de redes de dormir das exportações totais municipais no período de 2004 a 2010 181

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Espaço das redes: localização relativa de Tacaratu-PE, São Bento-PB, Jardim de Piranhas-RN e Jaguaruana-CE	131
Mapa 2: São Bento-PB: maior circuito espacial da produção regional de indústrias têxteis de redes de dormir do Brasil	164
Mapa 3: Jardim de Piranhas-RN: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local	170
Mapa 4: São Bento-PB: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local	171
Mapa 5: Jaguaruana-CE: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local	175
Mapa 6: Tacaratu-PE: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos 39

Quadro 2: As características dos circuitos de fluxos socioespaciais
..... 82

Quadro 3: os circuitos espaciais da produção da indústria têxtil de São Bento-PB. 126

SUMÁRIO

PREFÁCIO	21
INTRODUÇÃO	23
1 A TEORIA MILTONIANA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	29
1.1 Origem dos dois circuitos da economia urbana	35
1.2 Os elementos e as características dos circuitos da economia urbana	36
1.3 Oposição e complementaridade entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana	50
1.4 A dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior da economia urbana	54
2 ESPAÇO, SOCIEDADE E RENOVAÇÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS	57
2.1 Globalização, sociedade e espaço: a complexificação da realidade e a necessidade de renovação da teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana	60
2.2 Técnica, ciência e informação como normas da produção e funcionamento do espaço	61
2.3 A acumulação flexível, mais valia e a atualidade da teoria dos circuitos da economia urbana	63

2.4	A nova geografia econômica e a desatualidade da teoria dos circuitos da economia urbana	70
3	A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA HOJE	75
4	A REALIDADE LOCAL COMO FUNDAMENTO PARA A PROPOSIÇÃO DA RENOVAÇÃO DA TEMÁTICA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	91
4.1	Indústria têxtil, circuitos de fluxos e circuitos espaciais da produção	98
4.2	A informalidade das atividades como parâmetro necessário de estudo dos circuitos de fluxos socioespaciais	103
4.3	Os elementos e as características dos circuitos de fluxos	112
4.4	Os circuitos de fluxos da indústria têxtil e os circuitos espaciais da produção	121
5	As semelhanças e diferenças dos mundos vividos e dos mundos sistêmicos dos espaços das redes de dormir	127
5.1	A estrutura objetiva, subjetiva e social dos mundos vividos dos espaços das redes de dormir	136
5.2	Os circuitos de fluxos socioespaciais dos espaços das redes de dormir e seus mundos sistêmicos do mercado	145
5.3	O poder político como intermédio entre os mundos vividos e os circuitos de fluxos socioespaciais dos espaços das redes de dormir	150

6 OS CIRCUITOS DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS E OS “ESPAÇOS DAS REDES DE DORMIR” DO NORDESTE BRASILEIRO	159
6.1 Os circuitos de fluxos socioespaciais de interações local e regional	162
6.2 Os circuitos de fluxos socioespaciais de interações nacional e internacional	168
 CONCLUSÕES	185
 REFERÊNCIAS	189

PREFÁCIO

A chamo-nos diante de um trabalho sério, instigante e interessante sobre a elucidação de especificidades territoriais inerentes ao processo de formação de economias urbanas, em lugares localizados em países “subdesenvolvidos”. Esta preocupação insere-se no âmbito de um campo do conhecimento científico – geografia – que estuda, utilizando-se de uma metodologia relacional, a sociedade pelo seu espaço, dimensão social de significativa relevância, não somente para a interpretação, mas, concomitantemente, para a intervenção sobre a realidade vivida dos homens envolvidos com a “pequena” produção.

Trata-se de um trabalho, que busca concretizar o acima exposto, através da abordagem dos *dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*, nos dias de hoje, não somente atualizando o debate conceitual sobre o tema, mas, ao mesmo tempo, demonstrando sua relevância ainda, hoje, no que tange à tarefa do estudo da sociedade pelo espaço.

Isso é importante, ademais, para a realidade das economias urbanas em lugares de países, por exemplo, como o Brasil, atualizando o debate sobre algo, que faz parte da vida de diversas pessoas, que acionam práticas cotidianas de moradia, de mobilidade, de trabalho e de diversão em meio a tantas outras em nossas cidades.

No sentido acima exposto, o autor recoloca a proposta da *teoria dos dois circuitos* proposta por Milton Santos, a partir da realidade

das economias urbanas nos países “subdesenvolvidos”, rediscutindo-a de forma crítica e buscando refletir sobre novos significados, sobretudo, no que diz respeito às suas relações com a realidade espacial, no atual contexto do *meio técnico-científico-informacional*.

Ao mesmo tempo, o autor busca promover um interessante diálogo deste aporte teórico-metodológico dos *dois circuitos* com o da *teoria da ação comunicativa*, formulada por Jürgen Habermas, no âmbito do *mundo vivido* e do *mundo do sistema*. Essa feliz tentativa é de grande relevância para qualquer pesquisador, que pretende abraçar uma perspectiva complexa e transversal de abordagem da realidade vivida pelos homens nos seus espaços diversos cotidianos.

Logo, a operacionalização da sua reflexão fundamentou-se no processo de produção de redes de dormir em pequenas cidades do interior nordestino – São Bento-PB, Jaguaruana-CE, Tacaratu-PE e Jardim de Piranhas-RN – formando expressivos *circuitos de fluxos socioespaciais*, os quais reúnem o conjunto das dimensões garantidoras não somente da dinâmica urbana local/regional/mundo, mas, simultaneamente, da vida dos agentes envolvidos no lugar. E isso considerando, ao mesmo tempo, as dimensões material e imaterial inerentes às relações sociedade-espço.

Diante do acima exposto, convido-vos a tirarem o maior proveito possível do conteúdo do presente livro, reativando nossas capacidades de pensar e de refletir acerca da temática ora abordada.

Recife, julho de 2014.

Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Universidade Federal de Pernambuco.

Programa de Pós-Graduação em Geografia.

INTRODUÇÃO

O aumento da complexidade da realidade socioespacial dos lugares, no período contemporâneo, foi impulsionado pelas acelerações contemporâneas, ou seja, pelo advento do período tecnológico, bem como da constituição do meio técnico-científico-informacional no Brasil e, principalmente, o surgimento de certas questões acerca da realidade dos espaços das redes de dormir do Nordeste brasileiro, em especial, a problemática de como definir a sua indústria têxtil, fizeram-nos a crer na necessidade de uma renovação da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Logo, essa renovação que, aqui, procura-se, tão-somente, principiar, certamente, é incompleta e como todo empreendimento dessa natureza, passível de cair em incoerências e erros. Todavia, inspiramo-nos em Friedrich Nietzsche (2004, p. 63) e seu aforismo contra o remorso no livro: *A gaia ciência* quando este afirma: “o pensador vê em seus atos, pesquisas e questões tentativas destinadas a dar-lhe este ou aquele esclarecimento: o sucesso e o fracasso, são acima de tudo respostas”. Nesse sentido, é necessário, pois, tentar, obviamente, vê até aonde se poderá chegar, daí ressaltarmos que esses percalços não devem ser um impedimento à busca de uma renovação, que se acredita, ser importante, sobretudo quando se verifica a ampliação

da importância das atividades do circuito inferior em todo o mundo, incluindo assim, os países centrais ou periféricos, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, emergentes ou não, em função da passagem da acumulação rígida do fordismo para a acumulação flexível.

Diante deste empreendimento coloca-se, por ora, diante de dois tipos de aventuras, nada fáceis certamente: *a primeira*, a leitura crítica da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, a fim de identificar suas desatualidades e, ao mesmo tempo, atualidades, a inadequação ou não para o tratamento da produção do espaço no período atual. *A segunda*, a renovação da teoria através da proposição da existência de *circuitos de fluxos socioespaciais*, em preferência aos *dois circuitos da economia urbana*, tomando assim, como embasamento empírico a realidade dos principais lugares do Nordeste brasileiro, que fabricam redes de dormir e produtos substitutos.

Assim sendo, este livro é fruto de discussões consolidadas no Mestrado e no Doutorado, do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, em qual, tivemos a oportunidade de trabalhar com o pensamento de Milton Santos e de Jürgen Habermas. De um lado, a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e, de outro, a teoria da ação comunicativa. Aqui, os municípios produtores de redes de dormir do Nordeste brasileiro, especialmente, São Bento, na Paraíba, Jaguaruana, no Ceará, Tacaratu, em Pernambuco e Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte foram o campo de aplicação teórica das pesquisas.

Trata-se, portanto, de ideias contidas na dissertação: “Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional”. Bem como na tese: “As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro”.

A metodologia, contidas nestes estudos vão desde pesquisa exploratória, pesquisa de campo com realização de entrevistas estruturadas com empresários e trabalhadores fabris. Além disso, conversas informais nos permitiram uma maior aproximação com as pessoas envolvidas na atividade têxtil de redes de dormir e produtos substitutos, possibilitando adentrar de forma mais nítida em seus mundos vivos cotidianos.

Algumas questões nos guiaram desde o início, as quais cabe destacar:

Há nos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, periféricos ou emergentes hoje e, no Brasil, em particular, apenas dois circuitos da economia urbana? Mesmo internamente a cada circuito, há uma homogeneidade ou há diferenciações significativas a apreender em cada caso? Uma indústria tradicional como a têxtil de fabricação de redes de dormir da região Nordeste do Brasil, cujo artesanato mistura-se com o manufaturado e o mecanizado em sinergias variáveis, portanto define-se prontamente como circuito inferior ou poder-se-ia afirmar, a partir de suas particularidades atuais, que faz parte do circuito superior? O que é ser uma atividade inferior ou superior contemporaneamente?

Diante destas questões que buscamos responder, organizamos esta obra em torno de *seis capítulos*. Três de caráter teórico e propositivo e os demais de cunho empírico, aplicando este pensamento a casos específicos.

Assim, além desta introdução, no capítulo 1: “*A teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*”,

expõe-se de forma crítica, a proposta miltoniana dos dois circuitos econômicos urbanos. Sua proposta inicial é acompanhada, portanto, do levantamento de alguns questionamentos acerca de pontos que merecem revisão.

Em seguida, no capítulo 2: *“Espaço, sociedade e renovação da teoria dos dois circuitos econômicos urbanos”*, faz-se uma breve análise do período e do espaço atual pelo qual passa o mundo e a sociedade, marcado pela presença da técnica, pela ciência e pela informação, na busca das condições, que possam confirmar a necessidade de sua renovação.

No capítulo 3: *“A teoria dos dois circuitos da economia urbana hoje”*, discorre-se sobre uma proposta de renovação da teoria dos dois circuitos da economia urbana, amparada na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, a partir da qual algumas características do mundo vivido e do mundo do sistema são atreladas ao pensamento miltoniano.

“A realidade local como fundamento para a proposição da renovação da temática dos dois circuitos da economia urbana”, é o tema do capítulo 4. Neste, partimos da consideração da realidade local, do espaço de São Bento-PB, de sua produção histórica e geográfica ligada à transformação de uma atividade de fabricação artesanal para outra industrial, vinculada ao ramo têxtil de confecção de redes de dormir, para levantar algumas questões empíricas que reforçam a proposição teórica contida no capítulo anterior.

No capítulo 5: *“As semelhanças e diferenças dos mundos vividos e dos mundos sistêmicos dos espaços das redes de dormir”*, se busca explicar as diferenças e semelhanças da produção material e da reprodução simbólica nos espaços de São Bento, Paraíba, Jardim de Piranhas, Rio Grande do Norte, Tacaratu, Pernambuco, e Jaguaruana, Ceará. Foram as bases empíricas no Nordeste de aplicação da nova proposta

de abordagem da teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Então, os espaços das redes de dormir do Nordeste brasileiro serviram de base territorial para a proposição desta renovação, assim, no capítulo 6: “*Os circuitos de fluxos socioespaciais e os ‘espaços das redes de dormir’ do Nordeste brasileiro*”, aplicamos também a proposta atual dos dois circuitos, cujos mesmos, passamos a chamar de circuitos de fluxos socioespaciais, enfatizando, porém, os circuitos espaciais da produção, conceito miltoniano que incorporamos aos estudos espaciais pela via da teoria do espaço dividido.

Por fim, elaboram-se algumas considerações, afirmando a necessidade de retomar e de aprofundar as discussões em função desta teoria, de suas desatualidades e atualidades, por sua validade explicativa da realidade espacial, em suas dimensões: social, econômica, cultural, etc., dos países subdesenvolvidos, emergentes ou periféricos.

CAPÍTULO 1

A TEORIA MILTONIANA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A TEORIA MILTONIANA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos como método para o estudo das cidades dos países do Terceiro Mundo começou a ser proposta, ainda, na segunda metade da década de 1960¹, quando, então, admitia-se a existência de um *circuito moderno* ao lado de um *circuito tradicional* nestas cidades. Assim, por serem as palavras modernas e tradicionais fontes de ambiguidades e carregadas de significados, estando, pois longe de uma conclusão conceitual, o que levou Santos (1979), a adotar os termos: *circuito superior* e *circuito inferior*.

Dessa forma, é preciso, portanto, ver esta proposta como inserida em um contexto histórico e geográfico determinado, aquele que se organizou após a Segunda Guerra Mundial, mas cujos fundamentos, já vinham sendo preparados, desde muito antes, chamado de período técnico-científico-informacional e que se estendeu para os países do terceiro mundo na década de 1970, sendo acompanhado

1 Conforme trabalho citado na referência bibliográfica de Santos (1979), com título em francês: SANTOS, Milton. *Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés*. Centre de Documentation Universitaire: Paris, 1966.

pela produção do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999a). Assim, é nesse contexto geral, somado aos contextos específicos dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, emergentes ou periféricos, que emerge a construção teórica dos dois circuitos da economia urbana desses países, marcada pela dualidade, sem dualismo, das sociedades nacionais, como consequência direta e indireta da modernização tecnológica.

Portanto, os circuitos da economia urbana podem ser definidos como um sistema de *fluxos econômicos* – de mercadorias, de bens, de serviços etc. – existentes entre as atividades econômicas e uma determinada população internamente a cada circuito, sem considerar os fluxos externos, mantidos entre circuitos de naturezas distintas, logo não se trata de circuitos fechados. Contudo, há uma nova diferença, a destacar nesta relação entre a população, o consumo e os circuitos econômicos, especialmente no que tange ao consumo interno ao circuito inferior, qual seja a dificuldade que a própria parcela da população relacionada ao consumo a este circuito encontra de consumir certos bens fabricados pelas atividades produtivas do mesmo (CARNEIRO, 2006). Este é o caso, por exemplo, de certos tipos de redes de dormir em São Bento ou Jaguaruana, vendidos localmente ou produzidas para consumo externo, muitas vezes, por lojas localizadas nas capitais dos estados nordestinos, destinadas a turistas ou hotéis de luxo.

Assim sendo, a diferença, atualmente, é que o consumo, que não diz respeito à fruição pessoal, é uma *instituição social* coativa e sua força é tamanha, que determina os comportamentos dos consumidores, antes mesmo, que possa ser refletido na consciência pelos atores sociais (BAUDRILLARD, 1995), e a cultura de massa é o motor destas distorções. Como assinala Santos (1999, p. 262, grifo do autor) “a cultura de massa, denominada *cultura* por ser hegemônica, é, fre-

quentemente, um emoliente da consciência”, cujo enfraquecimento possibilita que a coação se faça cada vez mais presente quando os meios – marketing, crédito, empréstimos, financiamento, etc. – já desenvolvidos, logo são postos à disposição da população, que deles se utilizam através dos mecanismos de parcelamento e das “vantagens” oferecidas pelas suáveis prestações contraídas no ato de consumir.

Por outro lado, as atividades de capital não intensivo, os serviços não modernos fornecidos a varejo bem como os serviços de pequena dimensão, formadoras do circuito inferior na teoria miltoniana – sempre tiveram um papel de coadjuvantes no desenvolvimento econômico e social do Brasil, porém as políticas de apoio às Micro, às Pequenas e Médias Empresas estão baseadas na configuração de arranjos produtivos locais, têm contribuído para alterar esta visão, na medida em que lhes permite maior poder de barganha, redução de custos e de vendas com grandes encomendas (PUGA, 2003, p. 25).

Logo, essa configuração renovada do circuito inferior, que assume, hoje, diferentes formas, incluindo, aqui, arranjos produtivos locais, clusters e sistemas produtivos *in lócus*, vivenciada em todos os lugares do mundo é uma realidade, hoje, nos espaços das redes de dormir, assim revela a necessidade de renovação da teoria dos dois circuitos da economia urbana, em função destas novas configurações territoriais trazerem consigo a negação de vários elementos e características desta teoria para definir tanto o circuito inferior quanto o circuito superior.

Nesse sentido, Santos (1978) afirma que dentro de cada circuito as variáveis que os formam – *tecnologia, organização, importância da atividade, relações de trabalho, número de empregados* – apresentam-se como um sistema, com uma lógica interna, ao passo que há uma contradição quando as comparamos entre si. Mas este, dentre outros, é um ponto a ser visto mais detidamente, principalmente se assumir

mos o que este autor, muitas vezes, classificou como circuito inferior pode ser, sob outro ponto de vista, circuito superior.

Assim, se procura ver uma parcela dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações da indústria têxtil de redes de dormir do Nordeste brasileiro ou, de qualquer modo, de outros tantos tipos de atividades tradicionais e modernas de pequena dimensão como parte do circuito superior da economia, uma renovação dessa teoria é um empreendimento necessário.

Portanto, o ponto de partida será colocar como norma desta renovação, a não dualidade da economia das cidades, mas percebê-la como uma economia complexa, cujas situações particulares são sempre mais densas em função da sua posição na hierarquia urbana, dos seus aportes em ciência, em tecnologia e em informação e da quantidade e da qualidade das relações espaciais, que estabelece com o exterior.

De outro modo, dependendo do que se entende por circuito superior e por circuito inferior, poder-se-ia ficar em condições de perceber, ao compará-los entre si, que dentro de cada um poderá haver não somente semelhanças, mas diferenças substanciais quanto às suas características constituintes e que vão permitir uma identificação, segundo a lógica estrutural e funcional, que elas autorizam ou desautorizam espacialmente. Desse ponto de vista, o circuito superior não pode ser entendido como um todo homogêneo, nem tampouco o circuito inferior, portanto eles não formam dois blocos maços e indiferentes internamente quanto ao uso do capital, da técnica, da ciência, da informação, da organização, da distribuição e do consumo produtivo, nem quanto à população, que a eles se ligam direta ou indiretamente.

Neste âmbito, o contexto geral dos dois circuitos econômicos descritos resumidamente, aqui, não compreende a totalidade das ideias miltonianas sobre o tema, desse modo, a fim de aprofundar al-

gumas questões do mesmo, logo expomos nas páginas, que a seguem a teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, a partir da origem dos circuitos e, nessa aventura teórica, procuramos posicionar-nos criticamente frente a alguns fundamentos dessa proposta teórica de estudo da realidade desses países, mas sempre tendo em mente a sua relação histórica e geográfica na segunda metade da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970.

1.1 Origem dos dois circuitos da economia urbana

A chave para a teorização/compreensão dos circuitos da economia urbana encontra-se na visão de Santos (1978), na relação entre os efeitos das *modernizações*, na escala internacional e local, sobre a economia dos países subdesenvolvidos ou o seu funcionamento relacionado à economia moderna. Assim sendo, o interesse central está situado na modernização tecnológica e é, justamente, ela que explicaria o surgimento dos dois circuitos da economia urbana nestes países.

Logo, quando se diz que os dois circuitos são o resultado da modernização tecnológica, porém será preciso esclarecer em Santos (1979; 1982a), a diferença original advinda desta relação presente na afirmação de que um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização, neste caso, o circuito superior, enquanto o outro é resultado indireto da mesma, sendo representado pelo circuito inferior.

Neste contexto, o vínculo entre aparição dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e da modernização tecnológica, deve-se assim corretamente à consideração de Santos (1982a), e do momento histórico, que brota após a Segunda Guerra Mundial como *período tecnológico*. Segundo ele, a denominação mais

expressiva do nosso tempo. De acordo com este pensar, essa modernização acarreta situações contraditórias e dentre estas estão às diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, na causa e no efeito da criação e da manutenção nas cidades de dois circuitos de produção, de distribuição e de consumo (SANTOS, 1979).

Assim sendo, estes circuitos econômicos surgem, ainda, de acordo com Santos (1979; 2003), da dialética entre *seletividade espacial* e *seletividade social*, cujo outro do binômio seria a produção e o consumo. Afinal, a produção responde a forças de concentração territorial, de função da seletividade espacial, ao passo que o consumo obedece a forças de dispersão, mas esta é freada pela seletividade social, em função direta das rendas e da persistência do consumo tradicional da população. Neste contexto, os circuitos formam-se de modo a atender, cada qual, a uma tipologia social e espacial particular.

Contudo, as gritantes diferenças de renda existentes nos países subdesenvolvidos, expressas na tendência e na hierarquização das atividades na escala regional e na coexistência de atividades da mesma natureza, na escala do lugar, embora estas apresentando níveis diferenciados, talvez explicassem as desigualdades de consumo, das pessoas e da própria origem dos dois circuitos econômicos (SANTOS, 1979), cujo rebatimento espacial, também, varia em função da predominância espacial de cada um deles.

Logo, esse conjunto de causas e de circunstâncias, em que tiveram e tem origem os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos ajudam a compreender a anatomia de cada uma, seus elementos e suas características, bem como à interdependência entre ambos.

1.2 Os elementos e as características dos circuitos da economia urbana

Neste *locus*, o que define as atividades de cada circuito é a sua forma de organização e de comportamento, isto é, a sua função primordial dentro do sistema urbano. Para tanto, esta organização e comportamento espacial advêm dos elementos, que formam estes circuitos, ou seja, dos agentes econômicos representados pelos bancos, pelo comércio e pela indústria de exportação e importação, pela indústria urbana moderna, bem como comércio e serviços modernos, além do comércio atacadista e de transportadoras – circuito superior – atividades de capital não intensivo, comércio não moderno a varejo e o comércio de pequenas dimensões – de circuito inferior (SANTOS, 1978; 1982a, 1979).

Assim, o circuito superior é constituído por atividades *puras*, *impuras* e *mistas*. Dessa forma, as atividades ou elementos puros são a indústria urbana moderna, os serviços e o comércio moderno, já que são típicas ou exclusivas da cidade e do circuito superior. Pois, as atividades impuras são a indústria de exportação, o comércio de exportação e os bancos, pois, embora localizadas nas cidades, os seus interesses localizam-se em espaços exteriores a ela. Por fim, as atividades mistas incluem os atacadistas e os transportes ou transportadores, isto porque sua ligação funcional tanto se dá com o circuito superior como com o circuito inferior (SANTOS, 1979).

Destarte as suas funcionalidades – a do atacadista e a do transportador - serem idênticas, como elo entre os dois circuitos, os papéis que cabem a cada um são diferentes. Santos (1979) recorda que o primeiro, muitas vezes, age em áreas restritas, mantendo relações com intermediários para a aquisição de grande volume de mercadorias, cuja finalidade é formar um elevado volume global de negócios com a sua venda para o circuito inferior. Já o transportador, cuja função é a de ligação dos dois circuitos, pode vir a tornar-se co-

merciante, caso este venha a desempenhar uma atividade em um ou em outro circuito.

Nesse sentido, analisando-se as características dos dois circuitos da economia urbana, tal qual Santos (1979), as propôs (**Quadro 1**), tem-se que a tecnologia empregada pelas empresas do circuito superior é de alto nível, o que significa dizer que é o capital intensivo e, portanto, reflete fortemente no emprego através de seu uso reduzido. Assim, essa pouca importância do fator trabalho permite que a relação de trabalho assalariada seja dominante, também, como consequência da importância assumida pelos capitais, pelo acesso ao crédito bancário institucional.

Noutros termos, o grau de automatização e de automação, que o processo de produção alcançou nas atividades do circuito superior, as quais, contemporaneamente, as multinacionais seriam as mais representativas, pois aprofundou, ainda mais, a relação entre a tecnologia. Antunes (1999) demonstra que o *toyotismo* ou modelo japonês, a exceção do emprego vitalício, tem trazido consequências nefastas para o mundo do trabalho tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos, pelo seu potencial universalizante, acompanhado por *adaptações* regionais.

Quadro 1: as características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Variáveis	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal – não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

fonte: Santos (1979).

Se de um lado, houve uma *desproletarização do trabalho industrial* tradicional nos países de capitalismo avançado e nos emergentes, ao mesmo tempo em que se efetivou uma expansão do trabalho assalariado permanente no setor de serviços (ANTUNES, 1999), e esta importância assumida por este setor na economia mundial é responsável pela valorização do trabalho humano baseado no conhecimento científico e no especializado. Isto se confirma nas análises

de Castells (1999), quanto ao aumento do emprego nos serviços à produção, como bancos, nos seguros, nas consultorias, nas agências comerciais etc., mas que, no entanto, a exemplo dos escritórios centrais das grandes empresas, elas centralizam nos centros financeiros das grandes metrópoles (COMPANS, 1999).

Neste sentido, Brum (1998), semelhantemente, reconhece dois movimentos opostos em relação ao mundo do trabalho, de um lado, a mão-de-obra direta perde a importância e, de outro, ela ganha. No primeiro caso, deve-se à automação e à robótica e, no segundo, a sua exigência em campos especializados, onde trabalham os *cérebros* ou cientistas, bem como em centros administrativos, executivos e de assessoria das empresas.

Por outro lado, o aumento do número de pessoas ligadas aos serviços parece está associado, também, à produção teórica na busca de melhores definições sobre este conceito, mas trata-se, aqui, de um crescimento baseado em métodos de trabalho. Conforme Castells (1999) argumenta, estas definições, muitas vezes, são consideradas ambíguas ou errôneas, em outras, os serviços aparecem como uma atividade residual, mostrando-se mais o que não são do que o que propriamente os são.

Da mesma forma, que a distinção entre um setor marcado por sua *intangibilidade* em contraposição à materialidade de produtos tornou-se insustentável. Contudo, mesmo frente as críticas de toda ordem, que o setor de serviços tem sofrido, quanto à sua conceituação e, apesar de novas propostas de classificação terem surgidas, elas não apagaram a dificuldade de definição e de apreensão do conceito de serviço, em função da sua complexidade organizacional e relacional, frente aos mercados de trabalho e de consumo (CASTILHO, [1999]).

Sem limitar a importância da tecnologia para as empresas multinacionais e que formam este circuito a sua relação com a for-

ça de trabalho, é preciso entender com Harvey (2003), que ela é, também, uma importante vantagem competitiva a ser alcançada pela adoção constante do novo, das novas descobertas científicas e técnicas. Logo, quando o homem vivia apoiado em técnicas simples, o seu controle direto era importante no meio de dominação, porém o fundamento atual é o controle da tecnologia, já que este garante o controle do capital e da produção pelas transnacionais (BRUM, 1998).

Assim sendo, é preciso lembrar que a capacidade tecnológica não é idêntica entre as atividades do circuito superior, neste sentido, a capacidade de utilização do sistema científico-tecnológico ao processo produtivo é desigual entre as empresas.

Assome-se a isto, que esta relação é influenciada, em grande parte, pelo território, como destaca Rattner (1980), ao dizer que nos países subdesenvolvidos o papel da ciência e da tecnologia é muito mais reduzido ao crescimento da produção, do que nos países desenvolvidos, por vários motivos, como a preferência pela tecnologia externa nos processos de industrialização por substituição, como ocorreu no Brasil e outros países em industrialização tardia.

Consoante sete pensar, o circuito superior trabalha com grandes estoques e alta qualidade dos produtos, pois os preços destes, em geral, são fixos, sendo-os à margem do lucro reduzido por unidade, mas cuja importância é grande em função do volume de negócios. Assim, esta alta margem de lucro é garantida pela publicidade, logo meio importante para a garantia da saída das mercadorias, ainda mais, quando a reutilização dos bens não existe e a dependência direta do exterior é grande.

Cabe, aqui, uma dúvida quanto à questão dos estoques em grandes quantidades como caracterizador do circuito superior, posto que a crise do fordismo nos anos 1970, sendo-a motivada pelo desenvolvimento da produção flexível, bem como alterou profundamente a produção das atividades puras do circuito superior, inclusive, a con-

cepção acerca da importância sobre grandes estoques, que marcou a produção fordista. Comparando o fordismo com o toyotismo, Antunes (1999), ressalta que, este último, apoia-se na existência de *estoque mínimo*, isto porque a produção sendo voltada diretamente para a demanda passa a ser orientada pelo consumo, diferentemente do fordismo cuja produção buscava orientar o consumo.

Dessa forma, as relações que as atividades do circuito superior mantêm com o Estado são importantes, isto é, a ajuda governamental é a garantia de localização e de permanência dessas atividades em determinado território, na medida em que sua organização é burocratizada. De outro modo, esta burocratização explicaria as relações impessoais com a clientela e, com ela, o não-poder de barganha do consumidor na hora de comprar uma determinada mercadoria.

Portanto, o circuito superior, também, é o responsável pelas organizações de peso do espaço, juntamente como o Estado, cujas ações, frequentemente, entrecruzam-se em função de suas relações. Tomando por base os monopólios, Santos (1979), destaca que a organização do espaço por eles deve levar em conta a organização e a distribuição dos transportes, o nível de industrialização, as relações de dependência internacional e a situação geopolítica. A relação empresa-organização do espaço é dialética e, sendo assim, esta oferece condições diferentes àquela, assim, nos países subdesenvolvidos nota-se uma *especialização horizontal* do espaço, isto é, uma seletividade espacial segundo os diferentes níveis de produção industrial, em função das vantagens locais neles ser limitadas a pontos. Se levarmos em conta os países tidos como emergentes, a exemplo do Brasil, esta realidade apresenta-se modificada com a conformação nele de áreas de produção, a exemplo do Centro-Sul do país.

Nesse sentido, como o Estado nos países subdesenvolvidos, também, age seletivamente concentrando os recursos e os investimentos para certas áreas do país, pois os monopólios concentraram-se nelas, uma vez que aí estão disponíveis os recursos e as condições de que necessitam para o seu funcionamento e desenvolvimento, além do que este processo concentrador aumenta quando o Estado passa a funcionar como suporte dos monopólios, concentrando assim, a infraestrutura e, com ela, a economia e a demografia (SANTOS, 1979).

Estas ações conjugadas dos monopólios e do Estado ajudam a entender a influência territorial de uma aglomeração urbana pelo circuito superior, cujo alcance espacial, de acordo com Santos (2003), aumenta à proporção que se vai da cidade local para a metrópole. Assim, a diferença entre o alcance e o limiar reduz-se significativamente da metrópole para a cidade local, sendo que este tende a se confundir com os limites da cidade, à medida que se sobe na rede urbana, enquanto divisor dos níveis inferiores, que abrange uma zona mais ampla.

Para Santos (1979), não há três circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos, correlatos à tripolaridade das sociedades subdesenvolvidas. Assim sendo, esta situação é devida, em grande parte, ao *consumo de prestígio*, que faz com que a classe média busque consumir muito além de sua real possibilidade, sendo esta obrigada, conseqüentemente, a recorrer ao circuito inferior, bem como a satisfação de suas necessidades de consumo corrente como: o alimentício, senão também ao crédito pessoal e direto.

Como lembra Baudrillard (2002), em nossa “sociedade de consumo”, a noção de estatuto, enquanto critério de determinação social tende a coincidir com prestígio social, ou seja, prestígio do qual, as condições atuais não somente a classe média busca, mas to-

das, inclusive, os pobres e certas categorias de profissionais, pois o consumo é tido como a porta de entrada para tanto, ainda que a vida, nestas condições transforme-se em um simulacro, sem coincidência do real.

Neste âmbito, o avanço da internacionalização da economia, ou melhor, da globalização econômica e das empresas multinacionais por todo o globo, não foi capaz de apagar completamente o perfil produtivo dos países subdesenvolvidos, mas alterou o papel das pequenas e médias empresas nacionais da função central de suprir o mercado interno em determinados ramos, sem, no entanto, esta alteração significar perda total de espaço econômico. Por outro lado, a interdependência mundial ao mostrar a fragilidade das produções internas, ela as forçou a mudar à mentalidade, bem como seu comportamento, passando assim, a investirem na produção como meio de garantir sua reprodução, através da conquista de demandas específicas que, de certa forma, não são suficientes para o aumento de sua escala empresarial.

Neste contexto, as atividades emergentes não encontram a força necessária para o seu desenvolvimento para um novo patamar tecnológico e organizacional pela fraqueza da demanda, logo expressa no nível de renda, que por ser baixo, não consegue consumir além de um determinado limite que, neste caso, é mínimo, todavia, a renda é apenas um dado explicativo, já que há outros que entram na consideração. Vicecont e Neves (2003), consideram que a demanda está na dependência da ação conjunta ou combinada do *preço do bem*, da *renda do consumidor*, do *preço de outros bens* e dos *hábitos e gostos dos consumidores*.

Assim, as cidades locais não têm as condições exigidas para a localização de serviços e de comércios modernos, cuja existência

total só está presente nas metrópoles e, em menor quantidade, nas cidades intermediárias, levando em conta nesse sentido, de que elas se concentrem lá, tornando as cidades locais centro de localização das atividades do circuito inferior. Por outro lado, os comércios e serviços são prisioneiros do lugar, diferentemente das atividades produtivas que pode circular sua produção pelo território de um país e, esta referência a faz ao local dependente da demanda, justificando-a a alocação das formas de comércio ou de serviços em cada porção do espaço.

Por conseguinte, as atividades do circuito superior marginal, de acordo com Santos (1979), existem com frequência nas cidades intermediárias, entretanto, as suas relações com outras atividades do circuito superior variam em função do tipo de cidade. Assim, a metrópole completa a distância geográfica entre os dois circuitos, sendo-a nula e há uma cumplicidade no nível do mercado, ou seja, como os preços dos produtos que são mais altos no circuito superior marginal, dessa forma, ele (circuito) ajuda a definir os preços do circuito superior, isto faz com que os preços de venda aos consumidores sejam aqui sejam mais elevados.

Vale salientar que no circuito superior marginal as atividades que o forma, comparativamente, às que forma o circuito superior puro dispõem de inúmeras vantagens como a maior facilidade para escapar do pagamento de impostos e de encargos sociais, já que os salários pagos são mais baixos, logo fruto do desemprego estrutural, dos produtos com menor qualidade, mas semelhantes ao fabricado pelo circuito superior e, se beneficiam da publicidade feita por este último (SANTOS, 1979).

Nestes termos, o circuito superior marginal por está muito próximo da caracterização das atividades do circuito inferior apare-

ceria como uma espécie de meio termo entre este e o circuito superior, já que ele apresenta características ora de um ora de outro, mas pelo fato de ter esta configuração, a sua presença passa a ser marcante em cidades de nível intermediário e não apenas nas metrópoles incompletas e completas.

Então, em alguns ramos de atividades, o circuito superior não poderia existir na metrópole incompleta, sem a presença do circuito superior marginal, pois esta situação leva a complementaridade na produção entre os dois circuitos para a geração de economias externas. Logo, não se trata, todavia, como lembra Santos (1979), de aliança uma vez que aquelas atividades dos dois circuitos que se encontram geograficamente separadas e não complementares competem entre si, na qual o circuito superior marginal consegue se defender graças a sua relação com o circuito inferior, por intermédio dos atacadistas, que estão presentes com mais força nas cidades de hierarquia urbana inferior.

Diferentemente do circuito superior, a tecnologia empregada nas atividades do circuito inferior é de baixo nível, ou seja, é de trabalho intensivo, o que acaba repercutindo sobre o perfil do emprego, marcado por seu grande volume e, é, justamente, essa grande importância do fator trabalho, que faz a relação de trabalho assalariada não-obrigatória, aliada a outras causas, tais como a reduzida utilização de capitais, já que o acesso ao crédito, dá-se de forma pessoal e não-institucional.

Nos dias atuais, já não é mais possível falar de trabalho assalariado, como sendo algo não-obrigatório para as atividades do circuito inferior, mesmo em se tratando de atividades artesanais puras, da mesma forma que a modalidade de obtenção de crédito pessoal perde espaço para o crédito bancário institucional. Assim, a valori-

zação da cultura produtiva local, do artesanato e de formas produtivas dos objetos de consumo regionalmente tradicionais como, por exemplo: as redes de dormir fabricadas em São Bento por meio do CONSÓRCIO SÃO BENTO ou as redes de Jaguaruana através da ASSOCIAÇÃO DOS FABRICANTES DE REDES DE JAGUARUANA (ASFARJA), afinal, normatizam o trabalho assalariado e o crédito institucional como necessidade vital de projetos dessa natureza.

Assim sendo, tais projetos enquadram-se no desenvolvimento de arranjos produtivos locais, que buscam incentivar o desenvolvimento nacional e ao desenvolver as produções regionais localizadas, notadamente na busca de sua consolidação no mercado internacional, possibilidade essa que não pode concretizar-se sem o apoio bancário. Por outro lado a conquista deste mercado externo é acompanhada pela necessidade de criação e da manutenção de postos de trabalho, incentivando-os, dessa forma, contratos de trabalho formais, de maneira que possa competir com eficiência com os setores semelhantes.

Apesar dessas manchas de prosperidade dentro do circuito inferior, o emprego, na sua grande maioria, realiza-se por meio do trabalho assalariado informal, o trabalho domiciliar e familiar, bem como o autônomo. Tudo isso levando a que este circuito seja o grande fornecedor de trabalho, de ocupação e de renda nos países subdesenvolvidos, emergentes ou periféricos, veja-se, por exemplo, que, no caso, de São Bento, a fabricação de redes de dormir ocupa, segundo Haddad (2004), 80% da população economicamente ativa, pouco menos que os 85% registrados para Tacaratu (Tacaratu, [2003]).

Neste pensar, o circuito inferior trabalha com pequena quantidade de estoques e de baixa qualidade dos produtos, pois os preços destes, em geral, são submetidos à discussão entre o comprador e o vendedor, na medida em que sua organização é primitiva ou não

burocratizada, o que explica as relações impessoais com a clientela, sendo sua margem de lucro ampliada por unidade, mas reduzida em relação ao volume de negócios.

Neste *locus*, algumas empresas, entretanto, do conjunto de indústrias têxteis, que formam o circuito inferior de São Bento, por exemplo, ao lidarem com uma quantidade muito grande de mercadorias – uma única tecelagem local produzia mensalmente, em 2001, o equivalente, a mais de uma tonelada e meia, 1.710 kg, aproximadamente, de panos de prato (CARNEIRO, 2001) – não podem ser tidas como uma produção em pequena escala, sobretudo, se de acordo com o que propomos adiante, ou seja, as comparações das características, a fim de classificar uma atividade como sendo de um ou de outro circuito econômico, não devem ser feitas exclusivamente entre ramos diferentes, mas entre os mesmos ramos industriais, que apresentam, deste modo, natureza semelhante à atividade.

Portanto, a baixa margem de lucro, por sua vez, é consequência da falta de publicidade, mesmo que a reutilização dos bens venha somar no computo dos lucros e da dependência direta do exterior ser nula ou reduzida. Esta situação, também, não mais se sustenta, pois é preciso vê-la com uma existência limitada às atividades do circuito inferior, formado pelo pequeno comércio, por pequenos serviços e por pequenas fábricas. Mesmo nestes casos, é possível identificar certo grau de publicidade local que, em certa dimensão, contribui para que estas atividades continuem existindo, seja a publicidade em rádios comunitárias, ou mesmo nos carros de som, etc.

Dessa forma, a relação que as atividades do circuito inferior mantêm com o Estado, é inexistente, ou no máximo, mínima, já que lhe falta um componente fundamental ao desenvolvimento do artesanato, das fábricas, dos comércios e dos serviços de reduzidos/

dimensões. Sobretudo as micro e as pequenas empresas, sejam elas: artesanais, manufatureiras, industriais, de serviços, comercial ou agropecuária, haja vista terem merecido um tratamento mais justo e adequado por parte do poder público nas suas diferentes esferas: sociais, políticas, econômicas, principalmente aquelas que apresentam potencial de expansão, desenvolvimento e de exportação, a exemplo da produção de redes de dormir em São Bento (HADDAD, 2004), e em outros espaços do Nordeste brasileiro, cabendo assim, destacar o município de Jaguaruana, no Ceará (SCIPIÃO, 2001; RIBEIRO NETO e GONDIM, 2005).

Outro dado característico do circuito inferior é o seu considerável potencial de criação (SANTOS, 1979), e podemos notar isto no espaço de São Bento, não apenas quanto à tecnologia, cuja adaptação de teares fabricados intencionalmente para produzir panos com o emprego de fios finos permitiu a mecanização de sua produção industrial têxtil, a partir da década de 1970, voltada à tecelagem de panos mediante o emprego de fios grossos do tipo fio reciclado Ne 8/1 TOE, que são “fios reaproveitados”, utilizados em indústrias de fabricação de redes de dormir (FICAMP S/A, [2002b]).

Todavia, a criatividade não se limita à tecnologia, fazendo-se presente nas inovações técnicas, responsável em boa medida pelo processo de rápida mecanização porque passou, desde a implantação da primeira maquinofatura local na metade da década de 1960, frente a produções semelhantes de outras áreas. Mesmo assim, a produção de redes de dormir do Ceará com sua tradição secular, só começou a industrializar-se, segundo Schmidt apud Rocha (1983), no final da década de 1970.

Assim sendo, a caracterização do circuito inferior na teoria miltoniana estabelecida desde a segunda metade da década de 1960 e mantida, até hoje, logo revela contemporaneamente com um misto de *atualidade* e de *desatualidade*. No primeiro caso, é devida à perma-

nência e mesmo reprodução das atividades do circuito inferior e, no segundo, em função, sobretudo, à evolução e ao desenvolvimento dessas atividades. Assim, a exemplo, no circuito inferior, a acumulação do capital diferentemente do circuito superior, não é o objetivo mais importante, logo com frequência, ela nem mesmo existe, pois “a sobrevivência e a garantia de satisfação das necessidades imediatas da família é a preocupação central (SANTOS, 1978). Essas pequenas empresas, cuja dinâmica socioeconômica local permite que sejam, frequentemente, ampliadas, faz dessa concentração uma amostra de que os lucros, enquanto objetivo central sobressaia-se sobre as necessidades de primeira ordem.

Por fim, os elementos e características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos analisados até, agora, não podem ser entendidos sem as suas oposições e complementaridades, mediante a qual os permite melhor clarificar suas diferenças organizacionais, tecnológicas e de vínculo populacionais, compreendendo o papel na sociedade e na produção do espaço de cada um.

1.3 Oposição e complementaridade entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana

Características, em qualquer análise comparativa, servem para delimitar as semelhanças e realçar as diferenças entre os objetos, as coisas, os fenômenos, os fatos, os espaços, as pessoas etc, e, como resultado serviu como fundamento a definições. Santos (1978, 1979, 1982a, 2003). Dessa forma, procurou definir ou singularizar os dois circuitos da economia urbana mediante a enumeração e à contraposição de seus elementos e de características de modo integrado, afirmando que a diferença básica entre eles, é a oposição dessas características.

Assim, a oposição sendo aquilo que define cada um formal e internamente, senão também a complementaridade àquilo que os definem: externa e relacionalmente. Neste contexto, a oposição permite-nos o funcionamento endógeno, a complementaridade, o funcionamento externo, ou seja, a primeira oferece a percepção da existência fenomênica, ao passo que a segunda, a sua existência real. Portanto, trata-se de um jogo dialético, contraditório e solidário, nas quais as partes avançam separadas e conjuntamente com o todo unificado, sem o qual um fato ou conjunto de fatos, não pode vir a ser racionalmente compreendido (KOSIK, 1995).

Neste sentido, há dois tipos de funcionamento dos circuitos econômicos, o primeiro movido pela *integração horizontal*, este se refere às articulações internas a cada um, possuindo assim, a integração em graus variáveis, sendo localmente mais completa no circuito inferior. O segundo é resultado da *integração vertical* oriundo da articulação entre os dois circuitos, que podem ser contínuas ou ocasionais em relações à complementaridade simples ou hierárquicas, dentro de situações de concorrência (SANTOS, 1979).

Logo, estas duas formas de integração são elementos atuais de explicação dos circuitos da economia urbana, todavia, acreditamos ser difícil admitir, para muitos casos, a primazia da integração horizontal sobre a integração vertical no circuito inferior, cujas normas distantes, as exigências e as finalidades externas se impõem ou buscam impor às regras e ao funcionamento internamente/ no seio criado.

De qualquer modo, podemos perceber, em sua generalidade, que as atividades do circuito inferior são integradas localmente, ao passo que as do circuito superior integram-se externamente, seja com as das cidades de nível hierárquico superior, de outras partes do país, ou ainda, de outros países, ainda que, neste último caso, tais

atividades sejam desempenhas no local.

De acordo com este pensar, o estabelecimento da sociedade e do espaço em rede (CASTELLS, 1999), ainda que este seja uma promessa para muitos lugares, contudo está ausente para outros, tornando, dessa maneira o número de fluxos mais intensos e variados entre as formações espaciais, pois isto tem contribuído para alterar as características das atividades produtivas tradicionais, e, por conseguinte, para modificar o espaço da relação dos circuitos inferiores da economia.

Assim sendo, o circuito inferior que caracteriza boa parte do espaço de produção dos espaços das redes de dormir do Nordeste brasileiro, permite-nos a esse respeito algumas considerações, que podem ajudar-nos a ilustrar essa questão. Ou seja, as empresas locais, representativas desse circuito, já que apresentam quanto à sua integração espacial, alcances variados, porém sobressaem aquelas cuja produção, distribuição, circulação e o consumo dos produtos, que têm uma integração local e regional, ao passo que outras possuem, sobretudo em função da distribuição e do consumo uma integração nacional.

Todavia, opostos quanto ao perfil da população que consome, porém nada a impede que a população predominante de um circuito dirija-se ao outro para consumir, ainda que, ocasionalmente, à prática comum da classe média. Segundo, Santos (1979), da mesma forma, as facilidades de compra posta à disposição dos consumidores do circuito inferior, como o crediário e do forte marketing comercial existente, ampliam o número de pessoas ligadas às atividades do circuito inferior, que procuram consumir produtos típicos do circuito superior.

É necessário mencionar que o sistema financeiro, os grandes bancos controlados pelas empresas, que formam o circuito superior não prescindem do capital gerado pelas atividades do circuito

inferior, uma vez que os bancos tornaram-se uma norma social, os empreendimentos, deste último circuito, cada vez mais, necessitam do apoio creditício, financeiro e de empréstimos bancários provenientes do circuito superior. Assim sendo, estas observações, do momento atual, servem de contraponto à teoria dos dois circuitos, de que à medida que a economia moderniza-se e se diversifica com o circuito superior, diminui sua demanda frente ao circuito inferior, isto é, sua relação de complementaridade, ao passo que a do circuito inferior aumenta frente ao circuito superior.

Dessa maneira, os dois circuitos econômicos não são apenas interdependentes, haja vista eles serem concorrentes e, a partir desta relação de interdependência e de concorrência, que emerge a *dialética espacial entre os dois circuitos*, mas esta dialética conforme assinala Santos (1979), ocorre espacialmente, já que o circuito inferior tem apenas um alcance local. Todavia, este local não significa, necessariamente, que a dialética se dê na cidade local, mas também envolva todas as cidades da rede urbana, variando as características de cada uma, ou seja, a dialética entre os dois circuitos, ocorre na medida em que a expansão de um dos circuitos dá-se pela contração do outro, isto é, esta dialética estando fortemente ligada à organização do espaço pelos transportes e pela distribuição de rendas, consequentemente a organização do espaço e a competição dos dois circuitos têm relações de causa e efeitos recíprocas.

Assim sendo, são estes elementos e as características, que estão agindo em conjunto, internamente, a cada circuito cria interdependências entre eles, ou melhor, a dependência do circuito inferior frente ao circuito superior. Assim, os termos circuito superior e circuito inferior não são perfeitos – e não intentamos, aqui, na busca de novos adjetivos para substituir os existentes, entretanto o seu mérito é o de chamar a atenção para a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior, apesar da interdependência que os mantém (Santos, 1978). Assim, a análise correta ou mais adequada

para o circuito inferior é percebê-lo dentro de parâmetros de dependência tecnológica e organizacional, frente ao circuito superior, de onde provêm estes e outros recursos que lhe dão sustentação.

1.4 A dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior da economia urbana

A dependência que o circuito inferior mantém frente ao circuito superior, não desautoriza que entre eles hajam estas interdependências e tal situação é garantida pelos elementos de ligação dos dois circuitos econômicos – os transportes e os atacadistas – mas, por outro lado, são justamente estes elementos, que garantem a dependência do circuito inferior e, mais, ampliam-na, ao se tornarem dependentes destes intermediários.

Portanto, nos países subdesenvolvidos, diz Santos (1979), os intermediários são as condições, que possibilitam a estruturação e o funcionamento da economia, posto que a enorme desigualdade de renda limitasse o funcionamento da economia. Nesse sentido, esta dependência aumenta com o tamanho da pobreza do indivíduo e com as dimensões da cidade, sendo menor nas pequenas. Assim, o intermediário é o elo entre a demanda e a oferta, sendo que este papel atribui uma função de dominação por ser, em geral, aquele que dispõe do crédito bancário para comprar diretamente as mercadorias, bem como distribuí-las para outros intermediários.

Neste *locus*, as atividades do circuito inferior dependem dos atacadistas para a aquisição de mercadorias, que aqueles (pessoas) só conseguem consumir diariamente, ou em pequenas quantidades, já que não conseguem estocar e passam a depender dos transportadores, quando este passa da função de transportador para a de comerciante, isto é, de motorista do caminhão para o dono do mesmo

(SANTOS, 1979). Em função de diferentes fatores, como a especialização regional, a perecibilidade de alguns produtos e as distâncias das cidades, Santos (1979), ressalta que o papel do dono de caminhão como semi-atacadista, transportador ou vendedor é o de sua generalização.

Assim, a independência do circuito inferior frente ao circuito superior, segundo Santos (1978) se daria apenas com uma “mudança estrutural”, representada pela condição em que o circuito inferior se tornaria menos inferior, e o circuito superior menos superior. Porém, duas coisas podem ser ditas quanto a isto: a primeira, o período tecnológico e o avanço da modernidade em sua configuração pós-moderna após 1970, acarretou, a meu ver, um processo contraditório de fortalecimento do circuito superior e, ao mesmo tempo, de sua debilidade, cujos sinais a todo instante se mostram. A segunda, o circuito inferior tornou-se menos inferior graças a esse mesmo período e as ações diretas e interessadas do Estado em seu desenvolvimento.

Dessa forma, esta realidade nova é o ponto de partida para uma renovação do tema dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, cabe, portanto, fazer uma breve explanação sobre o avanço mundial do período técnico-científico-informacional, responsável pelas profundas mudanças, que o mundo vem passando em todas as dimensões da vida subjetiva e social.

CAPÍTULO 2

ESPAÇO, SOCIEDADE E RENOVAÇÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS

ESPAÇO, SOCIEDADE E RENOVAÇÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS

A globalização foi profundamente impulsionada e impulsionou o avanço das técnicas, da ciência e da informação no contexto de formação e de consolidação do regime de acumulação flexível, cujo rebatimento espacial foi o surgimento de uma nova geografia econômica mundial e nacional, da qual as atividades tradicionais, a exemplo da produção de redes de dormir e de produtos substitutos, são revalorizadas conforme seus potenciais de inserção no mercado internacional.

Neste ambiente de novas relações sociedade-espço, a teoria dos dois circuitos da economia urbana apresenta-se, hoje, com Um misto de atualização e de desatualização explicativa da produção e de reprodução do espaço. De um lado, informa diretamente sobre esta desatualidade de algumas de suas características, ao passo que, de outro lado, o surgimento da Nova Geografia Econômica (NGE), amparada por iniciativas locais, como clusters e arranjos produtivos, informa sobre suas atualidades.

Nesse contexto, a globalização e suas relações com a sociedade e o espaço revela o reforço das disparidades socioespaciais, pois há dimensões desmensuráveis e na esteira deste processo, logo possibilitou que atividades não-hegemônicas voltadas, sobretudo para

o atendimento das necessidades de uma população de baixa renda, proliferem-se em todo o mundo, abrindo assim, a discussão sobre a importância dos circuitos econômicos urbanos e a necessidade de sua renovação teórica.

2.1 Globalização, sociedade e espaço: a complexificação da realidade e a necessidade de renovação da teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana

A globalização e o processo de totalização em curso, que a acompanha, caminha na direção da universalização do mercado, dos gostos, do consumo, da cultura, das normas e de um cotidiano único em que o espaço, ainda que seja acolhedor do novo, é resistente às mudanças, resguardando, deste modo, sua herança material e cultural (SANTOS, 1998). E, é devido a esta resistência, que se pode perceber esse processo global como criador do novo em todos os aspectos.

Assim sendo, novos materiais, novos processos produtivos, novas técnicas, bem como formas de consumo, senão também novas oportunidades através de mais possibilidades para o capital reproduzir-se ao produzir suas condições materiais e imateriais de existência. Mas, a novidade não é só aquela que se refere às *atividades orientadas a um fim*, ela envolve o surgimento de novos agentes e de atores sociais, de novas formas de fazer e de pensar, de ser solidário, de ser e ver o mundo. Enfim, maneiras de falar e de agir que necessitam da interação e das práxis sociais.

Portanto, há dois tipos de situações, que se consolidaram nos países subdesenvolvidos, periféricos ou emergentes. De um lado, as *desigualdades sociais*, cujo aumento das atividades informais e ilegais são exemplos e, de outro, as *desigualdades espaciais* expressas no conteúdo desigual da técnica, da ciência e da informação, cujas vanta-

gens e produtividades locais não atendem aos interesses de investimento do capital, nem ao interesse do poder estatal.

Como consequência direta destas situações socioespaciais, revalorizam-se as atividades dos circuitos econômicos urbanos ligados à população, que não conseguiu integrar-se ao período tecnológico. Agora, aumentada porque a população que a ela se liga, ampliou-se e porque a realidade tornou-se mais complexa, logo a concorrência cedendo lugar à competitividade, já que cada um aparece, neste caso, no campo prático do outro como real fator de escassez.

De outro modo, a difusão global do circuito inferior da economia faz parte do processo de totalização do desenvolvimento desigual na escala do mundo e dos países, comandado por agentes econômicos hegemônicos, que procuram meios de obter uma massa sempre crescente de mais-valia ao combinar em seus planos de ação, atividades de pequeno porte, informais e mal pagadas, cuja população não consegue emprego nas atividades do circuito superior.

Com a globalização, técnica, ciência e informação aparecem como três elementos imbricados, inter-relacionados e solidários, cuja presença na vida social e no espaço tornou-se norma de sua produção e de funcionamento, pelo seu poder avassalador, que se faz necessário às ações e às relações humanas, seja com os outros ou mesmo com o mundo.

2.2 Técnica, ciência e informação como normas da produção e funcionamento do espaço

Primordialmente, desenvolveu-se com maior intensidade a relação entre a técnica e a ciência e só mais, recentemente, notaram-se as suas imbricações com a informação, em especial, devido ao desenvolvimento exponencial dos modernos meios de comunicação à distância, formando-se a tríade de elementos, que se encontram,

hoje, na base da produção e do funcionamento do espaço e da sociedade.

Afirmar que toda técnica origina de uma ciência, é padecer de uma *ilusão retrospectiva*, afirma Japiassú (1997), pois, segundo ele, essa ideia elimina a noção de técnica, bem com as variadas práticas usuais do ser humano e se, no tempo atual, numerosas técnicas são aplicações da ciência, resultado direto do aumento de sua inseparabilidade, nem sempre foi assim.

Nesse sentido, a natureza natural, enquanto um sistema de coisas, cuja presença do homem vem alterar profundamente as suas formas e funções através dos processos oriundos de suas ações técnicas, logo na busca do preenchimento de suas necessidades, será, a partir do advento da modernidade que, velozmente, foi substituída por uma natureza social, estruturada em um sistema de objetos criados, localizados e distribuídos intencionalmente no espaço a serviço do homem.

Assim sendo, na relação contemporânea entre a sociedade e natureza/espaço, mediada pela técnica, pela ciência e pela informação aprofundam-se as relações e a transformação da natureza exterior e a humana. Nesse pensar a dialética de que esta relação comporta é levada, hoje, ao extremo, consequência da *aventura da natureza*, enquanto história do homem, isto é, da reinteriorização, da interioridade exteriorizada das intencionalidades humanas sobre o meio. Conforme aponta Sartre (2002, p.186-187):

Assim, a história do homem é uma aventura da natureza. Não só porque o homem é um organismo material com necessidades materiais, mas porque a matéria trabalhada, como exteriorização da interioridade, produz o homem que a produz ou a utiliza na medida em que, no movimento

totalizante da multiplicidade que o totaliza, ele é obrigado a re-interiorizar a exterioridade desse produto.

Portanto, a técnica constitui um intermediário entre o homem e a natureza, sendo-a desde os primórdios do tempo humano e passando a ser vista, de certa forma, como revolucionária, pois ao converter-se em objeto de elaboração da ciência sofisticada acabou por subverter todas as relações humanas, incluindo neste caso, sobretudo, as relações das classes sociais e das nações entre si (SANTOS, 1982b).

O período tecnológico que surge nesta esteira não é uma realidade pura e, simplesmente, porque a essencial nas coisas passa, atualmente, pela tecnologia ou que a técnica o domina, mas principalmente, porque mais do que nunca está em voga à tese de Ortega y Gasset (1963), sobre a essência técnica do homem, na qual, segundo ele, o homem, querendo ou não, tem que ser técnico, não importando suas capacidades.

Neste contexto, a realidade mundial do período técnico-científico-informacional e do meio de mesmo nome, que o acompanha, diferindo-se das complexidades precedentes, por sua intensidade e qualidade e os impactos, que a sociedade e o espaço sofreram, senão também estão sofrendo na atualidade, dentre os quais cabe, aqui, destacar a expansão global das atividades do circuito inferior da economia e da emergência de novas formas de acumulação, ditas flexíveis, bem como da retomada processo de aquisição de mais-valia absoluta, concomitante, aos de mais-valia relativa.

2.3 Acumulação flexível, mais valia e a atualidade da teoria dos circuitos da economia urbana

A acumulação flexível é garantida pela permanência histórica ou coexistência e intensificação do trabalho informal e mal pago com o trabalho formal. Esta situação tem como causa, segundo Lazzarato e Negri (2001), a falta de um verdadeiro sistema de *Welfare State* e variados dispositivos de apoio social. Logo, flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, do controle do trabalho pelos empregadores, do solapamento do trabalho organizado, dos níveis altos de desemprego estrutural, do retrocesso do poder sindical, entre outros, são alguns dos elementos que, de acordo com Harvey (2003), sustenta a acumulação flexível.

Assim, esta falta começa a se tornar presente na vida de todos na década de 1980, nos países de capitalismo avançado quando, então, o mundo do trabalho passou por profundas transformações que, no dizer de Antunes (1999) a “*classe-que-vive-do-trabalho*”, para usar a sua expressão, sofreu uma aguda crise material e subjetiva, com impacto direto sobre a “*forma de ser*”. Logo, não estamos diante apenas de mutações trabalhistas, pois estas transformações envolvem a totalidade da vida social, econômica, política, ideológica, cultural, objetiva, subjetiva e intersubjetiva.

No fundo deste processo de flexibilização está o enfraquecimento do ser humano e o fortalecimento da técnica, tornada fundamento universal da exploração da vida de todos aqueles, que não a domina, mas esta dominação/exploração tem que ser entendida em outro sentido, pois como adverte Magalhães (2004) não raro este conceito é atribuído ao esforço físico a que o trabalhador está submetido no processo produtivo.

Assim, a flexibilidade, também, representa a flexão do valor humano enquanto trabalhador, isto é, enquanto para alguns esta flexão valorativa tem tendência ascendente para outros o caminho é in-

verso e este processo contraditório é, certamente, resultado da valorização em todas as direções das coisas, dos objetos de consumo, dos materiais ou não, dos simbólicos ou não, de luxo ou banais. Segundo Marx (2004) a “valorização do mundo das coisas” é proporcional a “desvalorização do mundo dos homens”.

Como as técnicas hegemônicas estão concentradas e as são nas possibilidades abertas para o mundo, para a grande maioria da população mundial e do Brasil, em particular, que não se encontram integradas ao processo de globalização, pois inventam e reinventam, constantemente, as novas formas de produzir, dentre as quais: o circuito inferior da economia corresponde a uma alternativa de sobrevivência e mesmo ascensão social e econômica.

Dessa forma, os circuitos econômicos ganham novos contornos e, desse fato, resulta na necessidade de uma renovação baseada no contexto social, econômico, político, cultural e espacial de que vive o mundo hodiernamente. Assim, o mundo tornou-se flexível e afetou a vida de todos, inclusive, a essência humana, por isso é importante analisá-lo nesta dimensão, que se deu à mais-valia absoluta, uma nova importância para a produção do espaço frente à produção baseada na mais-valia relativa, a partir daí, desvendar os limites desse processo para o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, duas são as formas dos agentes econômicos conseguirem mais-valia. De um lado, pelo prolongamento da jornada de trabalho, através da qual o trabalhador, em determinadas horas, produz o valor equivalente a sua força de trabalho e, nas demais, produz mais-valia. Assim sendo, esta forma de obtenção da mais-valia foi adotada no início do capitalismo, todavia, a jornada de trabalho não pode ser ampliada indefinidamente, pois existem limites físicos e históricos. Diante disto, a alternativa é a diminuição do tempo de trabalho necessário para que o trabalhador possa refazer a sua força

de trabalho, através da diminuição do valor desta, conseguido com a redução dos objetos de consumo, tendo por fundamento o aperfeiçoamento dos meios de trabalho (HARNECKER, 1983).

De acordo com este pensar, a afirmação da mais-valia absoluta na era da mais-valia relativa, significa a volta de formas de exploração do trabalho, que as inovações técnicas e a ciência prometiam apagar, mediante a utilização da robótica e da informática no processo produtivo, da liberalização da mão-de-obra por máquinas inteligentes e da força libertadora do conhecimento científico. E é, justamente, a criação de resultados contrários a estes argumentos históricos, que se tem assistido nesse período de transição pelo qual passou a sociedade, a uma situação de difusão global de práticas de trabalho mal pagadas, formas novas de escravidão, de subcontratação, de terceirização, do uso de trabalho infantil e feminino em condições degradantes, que lembram de perto, o período de surgimento da manufatura mundial, na Europa, marcada pela extração da mais-valia absoluta.

Logo, não é nossa intenção fazer uma comparação estatística entre a situação, de agora, e a que existiu no passado acerca dessas constatações, o que poderia levar-nos a confusões interpretativas, pois embora a pobreza exista em toda parte, lembra Santos (1978), a sua definição é relativa a uma sociedade determinada e não provém das séries estatísticas, já que se trata de uma categoria econômica e política, sobretudo.

Nesse sentido, não é tarefa fácil definir a pobreza, mas estamos convictos de que não devemos limitá-la aos aspectos do domínio material pelo homem, àquilo que se chama frequentemente de padrão de vida, assim, consoante a uma visão mais ampla e adequada com o tempo atual, pode-se afirmar com Martins (1996), que a pobreza é, em essência, a falta de liberdade de suas carências tendo em vista às possibilidades construídas pela sociedade para esta libertação.

Dessa maneira, a difusão mundial atual de formas produtivas típicas do circuito inferior é correlato da atualidade da pobreza, da atualização, esta que é incontestável e que se deve, em parte, a sua generalização para todos os países (SANTOS, 1978). Mas, no caso dos Estados-nações não-hegemônicos, estes dois processos desenrolam-se com bastante força, desde a década de 1970 e, sobretudo, de 1980. Assim sendo, o circuito inferior retorna, também, porque entrou em cena e se fortaleceu, desde então, nos processos de aquisição de mais-valia absoluta – ou será, o contrário? – ao lado dos processos de mais-valia relativa, pelo menos enquanto este fato for viável para aqueles que dele se beneficiam diretamente.

Dessa forma, este processo traz consigo o uso cada vez maior do trabalho familiar, feminino e infantil, relegando, muitas vezes, o trabalho masculino, pois como assinalara Marx e Engels (2001), para a consolidação das maquinofaturas do século XIX, ocorreu um processo desvalorização das habilidades e da força física do trabalhador, bem como do desalojamento do trabalho masculino pelo das mulheres e das crianças.

Neste âmbito, a interdependência dos circuitos da economia, o circuito superior e o circuito inferior, enquanto baseados, essencialmente, em formas diferentes de aquisição da mais-valia, sendo que o primeiro através da mais-valia relativa e o segundo da mais-valia absoluta – contribui para que a sua forma absoluta impere ou coexista com a forma relativa, em especial, pelo caráter dependente do circuito inferior em relação ao circuito superior, tendo como consequência, a submissão de uma lógica externa, a uma razão instrumental e finalidades, que não a sua.

Assim, o circuito superior, cujo representante mais significativo são as empresas transnacionais, pois se baseiam na obtenção

relativa da mais-valia e a sua aquisição de forma absoluta, já que se realiza mediante ao aperfeiçoamento técnico do processo de produção, cujo passo inicial foi à *mecanização* ou automatização, processo pelo qual o operário perde sua função central no processo produtivo para a máquina, que passará a ocupar a função de unidade produtiva e seu final a *automação*, na qual cabem aos computadores à regulação, o controle e a retificação da produção, ao passo que a máquina cede para a fábrica à função de unidade produtiva (SANTOS, 1985).

Mas, o componente absoluto da mais-valia não está totalmente ausente das estratégias acumulativas das atividades do circuito superior, pelo contrário, parte significativa da massa global de lucros, que conseguem advém das relações, que os mantêm com as atividades do circuito inferior da economia, especialmente, quando se trata das atividades financeiras.

Afinal, os bancos, outro elemento do circuito superior, através das redes de agências instaladas em determinado território, notadamente naqueles, cuja rentabilidade é garantida, atuam como pontos de carregamento dos investimentos, depósitos e juros das atividades do circuito inferior para a matriz de suas empresas, localizada, geralmente, em lugares externos, quando não, no exterior.

Dentro de este pensar, segundo Harvey (2003), as estratégias de obtenção de mais-valia absoluta, pelo sistema de acumulação flexível, pois correlaciona mais horas de trabalho, redução geral do padrão de vida por intermédio do definhamento salarial e de transferência espacial de corporações multinacionais, enquanto as ações visando obter mais-valia relativa dão-se por meio de mudanças organizacionais e tecnológicas, de modo a gerar lucros mais intensamente e generalizados, a partir da diminuição dos custos dos bens destinados aos trabalhadores.

Neste sentido, analisando-se as ações empreendidas pelas atividades do circuito inferior para o aumento de sua massa de lucros, seja por meio da mais-valia absoluta ou da mais-valia relativa, identifica-se que a primeira, corresponde ao padrão, à norma que rege a ação, ao passo que a segunda, corresponde a possibilidades sempre presentes, ainda que quantitativa e qualitativamente diferente, às verificadas para o circuito superior.

Tomando como exemplo a produção têxtil de redes de dormir e de produtos substitutos dos principais produtores do Nordeste, incluindo, aqui, São Bento, Jaguaruana, Tacaratu e Jardim de Piranhas.

Inicialmente, afirmamos o caráter absoluto da mais-valia em sua fase artesanal e manufatureira, na qual a ausência de máquinas permitia aos empresários locais apenas essa forma de aferição de lucros, em função da energia humana empregada no processo direto da produção, associada à utilização de ferramentas e instrumentos manuais, que determinava o aumento da jornada de trabalho como norma da produtividade e da lucratividade.

Logo, esta forma de aquisição de mais-valia possui limites e diante destes a solução encontrada, espacialmente, foi à mecanização da produção intensificada na década de 1970, ou seja, a inovação técnica, que se tornou o meio pelo qual passou a guiar-se a produção de redes de dormir e como consequência, a mais-valia relativa passou a ser buscada pelos empreendedores nesse sentido.

Assim, pode-se ver que a dialética entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, enquanto projetos de ação continuam presentes no período atual, seja como fundamento do circuito superior, seja como recurso do circuito inferior. Portanto, essa relação dialética produtiva torna-se, cada vez mais, intensa e presente nas atividades do circuito inferior, notadamente, quando boa parte delas engaja-se

em novos projetos de ação, como os arranjos produtivos locais e os sistemas produtivos destes, que aparecem como novos elementos da história e do espaço, valorizando neles, os elementos internos, a saber, a cultura local e o agir comunicativo.

2.4 Nova geografia econômica e a desatualidade da teoria dos circuitos da economia urbana

No contexto atual da nova geografia econômica, baseada na acumulação flexível e na revalorização do território, a relação entre a modernização e o artesanato guarda uma lógica, aparentemente, contraditória de eliminação e de ressurgimento do segundo pelo primeiro, que na essência, faz parte da consolidação da ordem hegemônica e do capitalismo global. Esta situação é responsável pela expansão global do circuito inferior da economia e faz parte da lógica capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, que resulta consoante a Smith (1988, p. 149), das tendências contraditórias para a *diferenciação* e a *igualização*, que brotam desse modo de produção, as quais determinando a produção do espaço se inscreve na paisagem através de formas duradouras, tornando visível esta contradição.

Para tanto, essa lógica de produção do espaço capitalista cria e recria, segundo os interesses dos agentes hegemônicos da economia, atividades e situações que havia sido ultrapassadas, ou se encontravam em estado de dormência, à espera de uma reutilização. Para Sartre (2002), tratar-se-ia da lógica relacional entre ação e *objetos práticos* – dentre estes, eu incluiria as empresas informais e formais de base familiar ou não, artesanal e de pequenas dimensões, sendo estas características do circuito inferior da economia urbana.

Nesse sentido, a globalização revivifica estes agentes ao lhes incluírem em um arranjo produtivo local, entendido, aqui, como uma

aglomeração geográfica de pequenas e de médias empresas, similares e/ou complementares, que enfatizam os relacionamentos formais e informais entre os participantes do mesmo – empresas e instituições – e compartilham uma cultura comum, através da qual *interagem* com o ambiente social e cultural no qual se encontram (SOUSA e TAN-NURI-PIANTO, 2004). E, a interação é o fundamento dos modos de ser e de fazer dos/nos arranjos produtivos locais. Se, muitas vezes, se ler que as empresas, as instituições e o governo local interagem e atuam uns sobre os outros, transformando-se, desse modo, em atores sociais na contemporaneidade, esta metáfora não pode levar a se perder de vista, que por traz da técnica está o homem, o verdadeiro agente, o verdadeiro ator.

Todavia, o agir social propiciado pelos arranjos produtivos locais recoloca o debate entre agente e ator social em discussão e, aqui, admite-se que agente seria aquele que fala por meio do agir estratégico e atua orientado por um fim, ao passo que o ator seria aquele que fala por intermédio do agir comunicativo e atua orientado para o entendimento. Aliás, Habermas (1990), lembra que o homem ao dizer algo, faz algo e acrescenta que esta afirmação implica a recíproca, ou seja, os homens, que ao realizarem uma ação de fala dizem, também, o que fazem.

De outro modo, o diferencial entre agente e ator está na ação orientada para um fim, bem como para o entendimento, respectivamente, senão também para as finalidades destas. Deste modo, no último caso, a busca do consenso intersubjetivamente conquistado, conforme as atividades simbolicamente mediadas e, no primeiro, ligando-se a sucessos a atingir, subjetivamente alcançados por meio de imposições.

Portanto, os arranjos produtivos locais, clusters, distritos industriais ou outras formas espaciais de aglomeração de pequenas e

médias empresas contribuíram para o processo de reconhecimento social, senão também para questionar as noções de circuito superior e inferior. De outra forma, admite-se a relatividade destes termos, no momento atual, e propor que estas noções sejam vistas, a partir das relações não apenas entre setores econômicos diferentes, mas principalmente entre mesmos setores, isto é, se queremos, por exemplo, classificar uma produção qualquer, como fazendo parte do circuito inferior ou do circuito superior, é preciso trabalhar comparativamente aos casos semelhantes.

Nestes termos, não há racionalidade em colocar lado a lado uma tecelagem produtora de redes de dormir e uma tecelagem multinacional produtora de tecidos, pois mostrará em evidência que, esta última, compreende o circuito superior e a primeira, o circuito inferior.

Porém, se se colocar em comparação as empresas orientadas para produções idênticas como as de redes de dormir, existente no território nacional ou mesmo internacional, estar-se-á em condições de analisar, corretamente, quais destas empresas e de quais espaços podem ser tidas como integrantes do circuito superior ou do circuito inferior.

Assim sendo, nos arranjos produtivos locais organizados por empresas de mesmo setor como: a indústria têxtil de redes de dormir e as de produções semelhantes, muitas vezes, semelhança não é igualdade, logo pode haver empresas mais ou menos diferenciadas do ponto de vista gerencial, de tecnologia, de produtividade, de acesso a crédito e ao mercado, com melhores relações entre fornecedores e distribuidores, etc. Então, essas diferenças criam hierarquias locais e, não raro, as maiores empresas subordinam às pequenas, estabelecendo assim, contratos de terceirização, ou seja, auferindo lucros e vantagens competitivas frente às de igual porte, que não as praticam

tal ação. Consequentemente, o resultado é o distanciamento de poucas unidades de produção frente as demais e a sua consolidação econômica e política, estruturando-se como um circuito superior.

Nesse sentido, estas questões nos levam a crer na inadequação do tratamento da produção do espaço, pelo viés dos dois circuitos da economia urbana, uma vez que a complexidade, sempre crescente da realidade, motivada pela aceleração contemporânea, sedimenta-se em novos elementos, que foram agregados à história e ao espaço.

Por fim, esta desatualidade, no entanto, não significa a incapacidade desta teoria em servir de base para a análise, a compreensão e a explicação da produção do espaço contemporâneo, mas que esta empresa, tem que ser acompanhada de uma renovação dos conceitos, das classificações, das caracterizações mediante a contextualização da teoria frente à realidade nova do espaço e da sociedade vigente.

CAPÍTULO 3

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA HOJE

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA HOJE

Dois circuitos da economia urbana ou circuitos de fluxos socioespaciais? Em primeiro lugar, prefere-se o termo circuitos de fluxos socioespaciais a circuitos da economia urbana pela adjetivação que, esta última, noção carrega, ou seja, tratar-se ia de circuitos urbanos. Em segundo lugar, o termo circuito da economia é restritivo de uma abordagem funcionalista, de tal modo que circuitos de fluxos englobariam estes, em sentido amplo, incluindo, também, os fluxos materiais e imateriais, advindos tanto do mundo do sistema – mercado e Estado – como do mundo vivido – cultura, sociedade e personalidade.

Carneiro (2006), ao propor o estudo conjunto dos *circuitos de fluxos*, incluindo assim, os inferiores e os superiores, aos *circuitos espaciais da produção*, incluindo, o local, o regional, o nacional e o internacional e, acrescenta-se, também, o mundial, bem como levanta com este, o problema da escala, isto é, entendendo-a como um “problema dimensional” e ao mesmo tempo como um “problema fenomenal” (CASTRO, 2000). Por outro lado, esta perspectiva permite tratar o circuito como um subsistema espacial, já que os mesmos interligam o campo e a cidade, ou seja, o espaço em sua totalidade, diferentemente-

te de Santos (1978), para quem “cada circuito é um sistema, ou mais precisamente, um *subsistema urbano*”.

Tanto o conceito de circuitos da economia urbana como o conceito de *circuitos espaciais da produção*, isto é “as diversas etapas pelas quais passariam um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1988, p. 49), revelam uma discussão em torno de questões, notadamente, funcionalistas, econômicas, assim, todas as características dos elementos dos *circuitos da economia*, estão agrupadas no que chamamos, aqui, baseado na teoria da ação comunicativa, no *mundo do sistema*, composto pelos elementos do mercado e do Estado, que estão simbolizados no dinheiro e no poder.

Propõe-se, aqui, portanto, que se compreendam os circuitos de fluxos socioespaciais, a partir de um lado, oriundo de elementos do mundo sistêmico, o que incluiria a) o mercado e as características ligadas às atividades produtivas, cujo símbolo maior seria o dinheiro e, b) o Estado e as características ligadas aos agentes políticos institucionais, cujo símbolo seria o poder.

De outro lado, devem-se levar em consideração os elementos do mundo vivido, ligados aos atores sociais diretamente ou indiretamente vinculados a estas mesmas atividades produtivas, incluindo assim: a) cultura, b) sociedade, e c) personalidade, ou em outras palavras, o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. Como elemento de ligação destes mundos, o espaço, através dos circuitos espaciais da produção. Nesse sentido, Carneiro (2006, p. 34-35), reforça:

Conceituar os circuitos como de fluxos socioespaciais significa unir os fluxos imateriais de toda ordem aos fluxos materiais de qualquer natureza que configuram o espaço e que são por este confi-

gurado. Trata-se de trabalhar, de forma conjunta, os circuitos de fluxos, materiais e imateriais, que são produzidos e trocados pelos agentes sociais, empresas e instituições dentro dos circuitos espaciais da produção segundo as divisões do trabalho territorial.

Logo, o uso do conceito *circuito espacial da produção*, isto é, o espaço de ação de uma determinada atividade humana leva-nos a admitir a proeminência do território para o processo de produção em suas diferentes dimensões. Desse modo, consonante a Monié e Silva (2003) há, hoje, um “deslocamento gradual” da produção, do chão da fábrica para o território, por seu papel integrador das diferentes etapas da produção.

Dessa forma, na medida em que os circuitos espaciais da produção são locais, regionais, nacionais, internacionais e mundiais, sendo que as ações dos circuitos de fluxos sociais, incluindo, aqui, os superiores e os inferiores, realizam-se, diferentemente, naqueles que se podem admitir que à medida, que uma atividade produtiva, uma indústria do circuito inferior informal, por exemplo, passa a atuar no circuito espacial da produção regional, indo além do seu circuito espacial da produção local, tem-se, com isso, um deslocamento ou mudança do seu *horizonte da situação*.

A partir destas considerações, podem-se analisar os elementos atuais dos dois circuitos da economia como circuitos de fluxos socioespaciais (**Figura 1**). Esses elementos incluem o Circuito de Fluxos Inferiores Informais (CFII) atuante, sobretudo em um Circuito Espacial da Produção Local (CEPL), o Circuito de Fluxos Inferiores Formais (CFIF), no Circuito Espacial da Produção Regional (CEPR), o Circuito de Fluxos Superiores Secundários (CFSS), no Circuito Espacial da Produção Nacional (CEPN), e/ou no Circuito Espacial da

Produção Internacional (CEPI), além do Circuito de Fluxos Superiores Não-Hegemônicos, atuante no Circuito Espacial da Produção Internacional e do Circuito de Fluxos Superiores Hegemônicos, cuja ação dá-se no Circuito Espacial da Produção Mundial (CEPM).

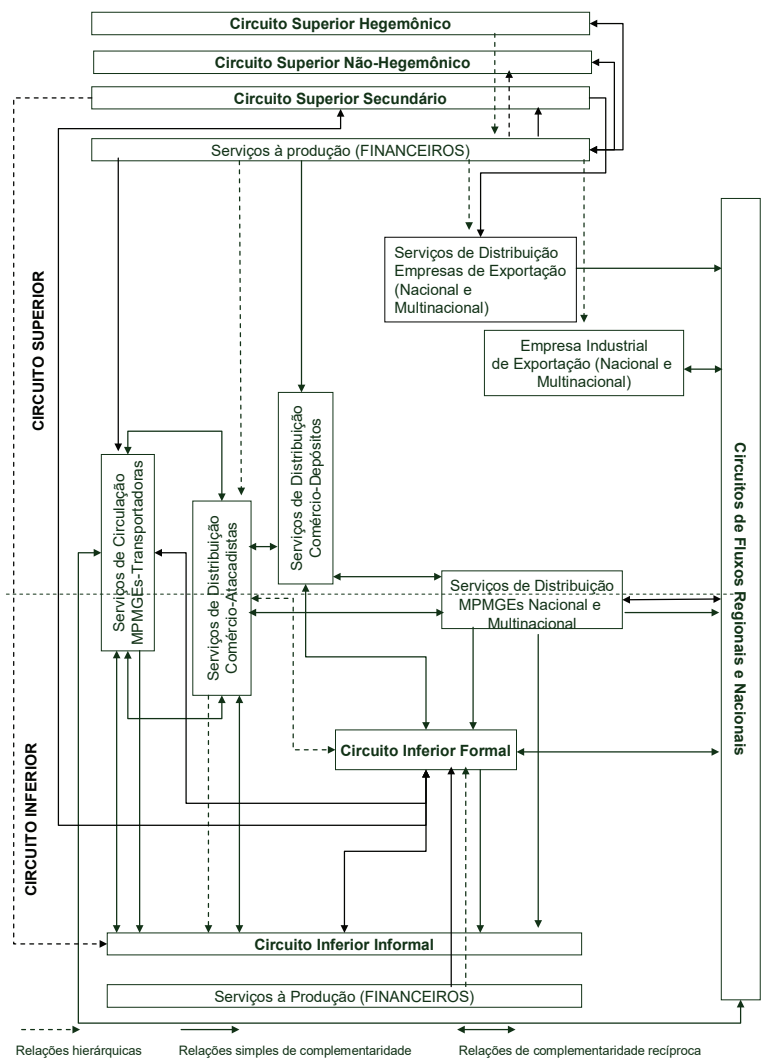


figura 1: Os elementos dos circuitos de fluxos socioespaciais. Fonte: Carneiro (2006, p. 37).

Portanto, o conjunto de características, que uma determinada atividade produtiva agrupa seria a responsável por defini-la como fazendo parte destes circuitos de fluxos socioespaciais. Logo, duas observações devem ser feitas quanto à proposta, primeiro a necessidade de trabalhá-la, no caso dos circuitos inferiores com a concepção de informal e formal, no sentido de existência legal da atividade econômica, pois enfatizamos, neste caso, que uma gama de alterações nas relações entre empresas familiares, de pequeno porte, microempresas com o Estado e as ações destes, para a formalização das mesmas.

Em segundo lugar, na outra ponta, nos circuitos superiores, empresas de grande porte, nacionais, multinacionais, transnacionais enfatizamos, nesse sentido, uma diferença crucial entre as mesmas, pois o poder hegemônico, cujo espaço de atuação é representativo do mesmo. Assim, espaço e poder são vistos em conjunto.

As análises de Siqueira (2000, p. 9), sobre o desempenho e as estratégias de grandes grupos brasileiros são significativas da hierarquização e da complexidade do próprio circuito superior, ao afirmar que comparados aos grandes grupos internacionais, os brasileiros são de pequeno porte”¹. Para tanto, ele cita o exemplo do Itaúsa, o maior grupo da amostra, que possuía em 1995, um ativo de US\$ 27,8 bilhões, mas que era bem inferior, aos grupos financeiros internacionais, como os japoneses, os europeus ou mesmo dos Estados Unidos.

Dessa forma, analisando-se as características dos circuitos de fluxos socioespaciais (**Quadro 2**), tem-se que o *circuito superior hegemônico* e o *circuito superior não-hegemônico* representam na teoria miltoniana, as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais. Pois,

1 Trata-se, aqui, de referência a uma amostra de 33 empresas nacionais analisadas pelo autor, dentre as quais estão: a Alpargatas, Andrade Gutierrez, Antártica, Camargo Corrêa, CSN, Gerdau, Hering, Odebrecht, Votorantim.

elas apresentam praticamente as mesmas características, no entanto, diferenciam-se pelo poder hegemônico e pelo circuito espacial da produção, em que atuam.

Assim, no primeiro caso, temos um circuito espacial da produção mundial e, no segundo, um circuito espacial da produção internacional, limitado a alguns países. Por outro lado, por ser hegemônico significa que elas, são capazes de “colonizar o mundo vivido” de todos (HABERMAS, 1990).

Quadro 2: As características dos circuitos de fluxos socioespaciais.

Variáveis		Circuito Superior Hegemônico	Circuito Superior Não-Hegemônico	Circuito Superior Secundário	Circuito Inferior	
					Formal	Informal
Mundo Sistêmico	Razão instrumental	Amplamente orientada para o sucesso	Amplamente orientada para o sucesso	Expressivas orientadas para a busca de sucesso	Relativamente orientada para o sucesso	Pouco orientada para o sucesso
	Ação instrumental	Amplamente voltadas para o êxito	Amplamente voltadas para o êxito	Expressivas voltadas para o êxito	Relativamente voltadas para o êxito	Pouco voltadas para o êxito
	Ação estratégica	Amplamente voltadas para a influência	Amplamente voltadas para a influência	Expressivas voltadas para a influência	Relativamente voltadas para a influência	Pouco voltadas para a influência
	Tecnologia	Capital intensivo	Capital intensivo	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
	Inovação	Alta	Alta	Em expansão	Baixa	Pouca
	Emprego	Reduzido	Reduzido	Volumoso-Permanente	Reduzido-Permanente	Reduzido-Temporário
	Trabalho assalariado	Dominante	Dominante	Crescente	Variável	Variável ou não obrigatório
	Crédito	Bancário institucional	Bancário institucional	Bancário institucional	Bancário institucional ou Pessoal	Pessoal ou Ausente
	Apoio estatal	Importante	Importante	Importância crescente	Pouco expressiva	Quase nula ou nula
	Organização	Burocrática	Burocrática	Relativamente burocrática	Burocrática Incipiente	Não burocrática
	Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Relativamente alta	Reduzida ou nula	Nula

Mundo Vivo	Cultura	Utiliza pouco o acervo de padrões de interpretações	Utiliza pouco o acervo de padrões de interpretações	Utiliza relativamente o acervo de padrões de interpretações	Utiliza expressivamente o acervo de padrões de interpretações	Utiliza amplamente o acervo de padrões de interpretações
	Personalidade	Utiliza intensamente as competências individuais	Utiliza intensamente as competências individuais	Utiliza relativamente as competências individuais	Utiliza pouco as competências individuais	Utiliza muito pouco as competências individuais
	Sociedade	Segue amplamente as leis e cria normas sociais	Segue amplamente as leis e cria normas sociais	Segue relativamente as leis e as normas sociais	Segue pouco as leis e amplamente as normas sociais	Não segue as leis e segue amplamente as normas sociais
	Ação comunicativa	Voltadas para o entendimento mútuo inexpressivas	Voltadas para o entendimento mútuo inexpressivas	Relativamente voltadas para o entendimento mútuo	Voltadas para o entendimento mútuo	Amplamente voltadas para o entendimento mútuo
	Razão comunicativa	Pouco orientada para a busca de consenso	Pouco orientada para a busca de consenso	Orientada relativamente para a busca de consenso	Orientada para a busca de consenso	Orientada amplamente para a busca de consenso
	Linguagem	Baixa função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização	Baixa função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização.	Relativa função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização.	Elevada função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização	Ampla função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização
Circuito Espacial da Produção		Mundial	Internacional	Internacional / Nacional	Regional / Nacional / Internacional	Local

fonte: Carneiro (2011).

Nesse sentido, as empresas dos circuitos de fluxos superiores hegemônicos e dos circuitos de fluxos superiores não-hegemônicos não se diferenciam do ponto de vista do uso das ações instrumentais, isto é, aquelas que se orientam por “regras técnicas”, isto é, aquelas que se baseiam no “saber empírico”, em prognósticos que podem ser verdadeiras ou falas sobre eventos físicos ou sociais (HABERMAS, 1997). Desta forma, ambas a usam amplamente, na medida em que as ações das empresas estão, fortemente, orientadas para o êxito. Isso significa que, na outra parte, nas ações comunicativas, isto é, uma interação simbolicamente mediada, as mesmas são inexpressivas.

Portanto, as ações voltadas para o êxito dão-se de forma expressiva no *circuito superior secundário*, formado pelas empresas de médio porte, isto significa dizer que, por sua vez, as ações comunicativas no interior das atividades produtivas são relativamente utilizadas, pelo maior contato entre trabalhadores e patrões.

Já no circuito inferior, nota-se que as ações instrumentais são relativamente voltadas para o êxito no circuito inferior formal e pouco voltadas para o êxito no circuito inferior informal, por conseguinte, neste último, as ações comunicativas são mais intensas, isto é, são amplamente, voltadas ao entendimento mútuo dos envolvidos nas atividades produtivas. Lembramos, com Habermas (2003c, tradução nossa), que entendimento é a “obtenção de um acordo” acerca da validade de um enunciado, ao passo que este acordo, se refere ao “reconhecimento intersubjetivo” da pretensão de validade vincula ao enunciado².

Assim, como as ações instrumentais, o uso da razão instrumental é amplo, tanto nas atividades do circuito superior hegemônico, quanto nas atividades do circuito superior não-hegemônico. Já nas atividades do circuito superior secundário o uso da razão instrumental é expressivo, em função do seu caráter de formalidade e de tamanho da unidade produtiva. Logo, o uso relativamente orientado para o sucesso nas atividades do circuito inferior formal, revela a aproximação destas atividades as atividades do circuito inferior informal, cuja orientação para o sucesso é pouca. Cabe lembrar com Sartre (1979) que a razão é um tipo de relação entre o conhecimento e o ser.

2 “Entendimiento [...] significa la ‘obtención de un acuerdo’ [...] entre los participantes en la comunicación acerca de la validez de una emisión; acuerdo [...], el reconocimiento intersubjetivo de la pretensión de validez que el hablante vincula a ella”. (HABERMAS, 2003c, p. 171, grifos do autor).

Assim sendo, o circuito superior hegemônico e o circuito superior não-hegemônico utilizam capital intensivo, por outro lado, o circuito superior secundário, o circuito inferior informal e o circuito inferior formal utilizam trabalho intensivo. Assim, a inovação elevada no circuito superior hegemônico e no circuito superior não-hegemônico diferencia os mesmos do circuito superior secundário.

Em função do uso de capital intensivo, o emprego apresenta-se reduzido tanto no circuito superior hegemônico, quanto no circuito superior não-hegemônico. Assim, para Santos (1978, p. 34), “o progresso técnico atual muda profundamente a composição técnica do capital e reduz rápida e drasticamente a demanda de mão-de-obra, principalmente nos setores mais afetados pela modernização”. Já no circuito superior secundário, o mesmo é volumoso-permanente e reduzido permanente, no circuito inferior formal. Por fim, o circuito inferior informal, utiliza emprego reduzido-temporário.

Todos os circuitos de fluxos socioespaciais utilizam trabalho assalariado de forma expressiva, a exceção do circuito de fluxos inferiores informais, cujo trabalho familiar é predominante, podendo, em algumas épocas, este trabalho ser complementado por trabalho assalariado temporário, geralmente nos períodos de pique da produção. Para Vieira e Vieira (2004, p. 20) “o mundo do futuro, do conhecimento e da alta tecnologia não terá espaço para trabalhadores sem qualificação”. No entanto, como afirma Bava Jr. (1990, p. 19) “as mãos hoje são redescobertas em função da inacreditável destreza desenvolvida no trabalho por milhares de homens e mulheres”.

Neste contexto, o uso do crédito bancário institucional reduz-se quando, partimos do circuito superior hegemônico ao circuito inferior informal, que, neste caso, é eminentemente pessoal ou ausente. Isto informaria a relação entre empresas e o Estado, outro elemento do mundo do sistema. Pois, o Estado expressa-se na extrema

importância de seu apoio às atividades do circuito superior, estando este em crescimento, no circuito superior secundário, em função da ampliação das unidades produtivas e de sua inserção no mercado internacional. Já no circuito inferior formal ou no circuito inferior informal, este apoio é pouco expressivo ou quase nulo, respectivamente.

Portanto, o apoio do Estado, por outro lado, tem levado as empresas a se organizarem burocraticamente. Neste caso particular, é eminentemente burocrática as atividades do circuito superior hegemônico e do circuito superior não-hegemônico e, relativamente, burocrática a do circuito superior secundário.

Assim, as atividades do circuito inferior formal apresentam uma incipiente burocracia, o que tem a ver com a sua formalização, ao passo que as atividades do circuito inferior informal não são burocráticas.

Nesse sentido, as atividades do circuito superior estão voltadas ao exterior, isto é, para o mercado internacional, ao passo que as atividades do circuito superior secundário, ainda, estão mais voltadas ao mercado nacional. Já as atividades do circuito de fluxos inferior estão voltadas ao mercado interno, ou seja, de amplas dimensões, geralmente, regional ou local.

Por outro lado, no que tange aos elementos do mundo vivido, o uso pouco expressivo dos padrões de interpretação, caracteriza o circuito superior hegemônico e o circuito superior não-hegemônico. Este uso aumenta quando passamos do circuito superior secundário, para os circuitos de fluxos inferiores. Neste caso, o uso do acervo de padrões de interpretação é amplo pelo circuito inferior informal e expressivo pelo circuito inferior formal.

Dessa forma, Habermas (2003c, tradução nossa) entende a personalidade como competências. Estas garantem ao sujeito a capacidade de falar e agir em processo de entendimento, afirmando assim sua própria identidade³.

Assim, o uso das personalidades, que compõe os agentes e os atores sociais dos circuitos de fluxos socioespaciais é mais intenso nos circuitos superiores e, conseqüentemente, é pouco utilizada nos circuitos inferiores, especialmente, no circuito inferior informal. Pois, o grau de instrução e de qualificação interfere neste uso. Assim, o elevado grau de qualificação dos profissionais das empresas, que compõe o circuito superior hegemônico, por exemplo, é posto em ação, já que representa um elemento competitivo empresarial no mercado.

Neste *lôcus*, tanto o circuito de fluxo superior hegemônico, quanto o circuito de fluxo superior não-hegemônico seguem a legislação e são oriundos de normas sociais e, como tal, verticais, pois se impõem à produção e à reprodução material e simbólica da sociedade, ou a uma parte dela.

Já o circuito superior secundário segue, relativamente, às leis, pois apesar da formalidade, ele se utiliza de trabalho informal, sem carteira assinada. Eis que o circuito inferior segue pouco as leis, ao passo que as atividades do circuito de fluxos inferiores informais não as segue, porém segue, amplamente, as normas sociais, que regem a produção em determinado tempo-espço.

Assim sendo, as ações comunicativas orientam-se “segundo

3 “Por personalidad entendiendo las competencias que convierten a un sujeto en capaz de lenguaje y de acción, esto es, que lo capacita para tomar parte en procesos de entendimiento y para afirmar en ellos su propia identidad” (HABERMAS, 2003c, p. 196, grifos do autor).

normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 1997, p. 57, grifo do autor). Por isso, elas são inexpressivas tanto no circuito superior hegemônico como no circuito superior não-hegemônico, o que se reflete no uso mais expressivo da ação instrumental, baseada nas relações meio-fim.

Dessa forma, por sua proximidade ao circuito inferior, o circuito superior secundário utiliza relativamente às ações voltadas para o entendimento mútuo entre seus atores. Por outro lado, o uso das ações orientadas para o entendimento mútuo é amplo nos circuitos inferiores formais e informais. Neste sentido, analisando o circuito inferior, Silveira (2008, p. 64, tradução nossa) destaca que sendo “resultado indireto da solidariedade organizacional, este circuito se entende, também, pela própria produção de solidariedade orgânica”⁴.

Neste âmbito, o uso da razão comunicativa, da mesma forma, que a ação comunicativa, não marca as atividades do circuito superior, na medida em que pouco se orienta para a busca do consenso, mas para a ânsia do êxito. Já nos circuitos de fluxos inferiores, as atividades estão orientadas, amplamente, para a busca do consenso, em função do forte vínculo social. Logo, o uso da razão e da ação comunicativa, ou da razão e da ação estratégica pelos atores sociais das atividades humanas requer o uso da linguagem. Neste caso particular, Habermas (2003c, p. 12, tradução nossa), afirma que “Na ação comunicativa a linguagem desempenha, além da sua função de entendimento, o papel de coordenar as atividades teleológicas

4 “Resultado indirecto de la solidaridad organizacional, ese circuito se entiende, también, por la propia producción de solidaridad orgánica” (SILVEIRA, 2008, p. 64).

dos diversos sujeitos de ação, assim como o papel de meio em que se efetua a ‘socialização’ destes sujeitos de ação”⁵.

Nesta ótica, a escala de ação das atividades humanas é uma variável, também, definidora dos circuitos de fluxos sociais. Assim, estes últimos diferenciam-se pelos circuitos espaciais de produção, em que atuam, isto é, pela área, em que se realizam seus processos de produção material e simbólica.

Portanto, Santos (1978, p. 43), afirma que há uma diferença entre os dois circuitos, ou seja, o superior e o inferior, o fato de este último ser integrado localmente. Observa-se, entretanto, uma distorção desta premissa, na medida em que há várias empresas, do circuito inferior formal, que comercializam para diversas regiões de seus países e chegam, portanto, a exportar mercadorias para outros, como acontece, atualmente, com os espaços das redes de dormir do Nordeste brasileiro e suas indústrias têxteis, conformadas, sobretudo, por empresas pertencentes a este último circuito.

5 “En la acción comunicativa el lenguaje desempeña, aparte de su función de entendimiento, el papel de coordinar las actividades teleológicas de los diversos sujetos de acción, así como el papel de medio en que se efectúa la ‘socialización’ de esos sujetos de acción” (HABERMAS, 2003c, p. 12).

CAPÍTULO 4

A REALIDADE LOCAL COMO FUNDAMENTO PARA A PROPOSIÇÃO DA RENOVAÇÃO DA TEMÁTICA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A REALIDADE LOCAL COMO FUNDAMENTO PARA A PROPOSIÇÃO DA RENOVAÇÃO DA TEMÁTICA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Se, como afirma Sartre (2002, p. 167), “a totalização está em andamento em um setor qualquer da realidade, essa totalização não pode ser senão uma aventura singular em condições singulares”, uma vez que a formação do meio técnico-científico-informacional e a mecanização da indústria têxtil de São Bento são processos particulares, bem como singulares da supracitada totalização, pois admitimos que a aplicação de modelos explicativos gerais da produção do espaço, não pode substituir as aventuras únicas como ponto de partida desse empreendimento teórico.

Nesse sentido, partimos da consideração da realidade local, do espaço de São Bento, de sua produção histórica e geográfica ligada à transformação de uma atividade de fabricação artesanal para outra industrial, vinculada ao ramo têxtil de confecção de redes de dormir. Assim sendo, acreditamos ser este um ponto metodológico importante posto que “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSIK, 1995, p. 16), e, acerca deste pensar, uma proposição de renovação do tema dos circuitos da economia urbana, que dela deverá partir.

Neste lócus, o primeiro ponto nesse empreendimento é, baseando-se em Santos (1985, p. 71), conhecer a *estrutura interna* da sociedade e do espaço, senão também, reconhecê-la como ponto de partida para uma proposição, que visa tão-somente servir à compreensão da produção das mudanças, que se verificam em uma formação espacial determinada, consoante a inter-relação de fatores externos e internos, pois como afirma (KOSIK, 1995, p. 16) “compreender o fenômeno é *atingir* a essência”.

Dessa forma, “A grande preocupação é, pois, descobrir e dominar as variáveis que permitam, no pensamento, reconstituir a fração de realidade concreta estudada em sua vida sistêmica” (SANTOS, 1985, p. 71). Assim, tomando por centro a realidade da indústria têxtil de São Bento, devemos levar em consideração, mas não, exclusivamente, as seguintes variáveis: a indústria têxtil; a população, que a ela se liga, seja na condição de agentes sociais, de atores sociais ou de consumidores; das atividades de serviços à produção, de distribuição, sociais e individuais; das instituições públicas e privadas; do Estado e suas formas de ações; da base territorial e do processo de produção cultural e simbólico.

Logo, as relações entre os agentes sociais na indústria têxtil de São Bento são intensas e numericamente maiores do que as realizadas entre atores sociais sejam pela a menor proporção destes no espaço, ou mesmo por sua inexistência. Na verdade, o que entendemos por agentes sociais são pessoas cujas ações obedecem a uma racionalidade, sendo-a orientada para o sucesso, ao passo que os atores sociais, seriam aqueles, cuja ação é guiada pela racionalidade comunicativa, logo, dialógico-interativa.

Conforme predomine em um espaço os agentes sociais ou os atores sociais, a configuração, que cabe a ele será diferente em cada caso. No primeiro caso, o resultado é um espaço subjetivo e,

portanto, individual, marcado pela fragmentação articulada de suas partes, cujo benefício social dá lugar ao benefício solitário. No segundo caso, a consequência é a emergência de um espaço intersubjetivo e, nestes termos, o solidário, o coletivo, que submete os benefícios individuais aos interesses gerais. Em ambos, é a forma de agir, que pressupõe uma fala, como também a maneira de falar, que esta pressupõe um agir, determinando-a o tipo de espaço produzido.

Dessa forma, as relações entre os agentes, os atores e os consumidores (estes podem ser agentes ou atores), não se dão fora de um contexto, já que elas são mediadas simbolicamente em função do mundo da vida de cada um. Todavia, este mundo não é único e se produz paralelamente ao mundo sistêmico⁶ que, Habermas resume no mercado e no Estado. Então, são os jogos de forças entre estes dois mundos, que delimita, historicamente e espacialmente, quais as ações governam o processo histórico, a saber, as orientadas a determinados fins ou as orientadas ao entendimento.

Assim, desta delimitação decorre se o Estado, as instituições, os serviços, as infraestruturas territoriais, o processo de produção será guiado pela razão instrumental, técnica, posta a serviço da mi-

6 “O sistema incluiria os domínios das organizações econômica e político-administrativa, respectivamente através do mercado e da burocracia, que se oporiam as esferas sócio-culturais contidas no âmbito do mundo da vida. Enquanto os primeiros se caracterizam por serem movidos por medidas direcionadoras (‘steering media’) e ‘deslinguisticadas’, - como o dinheiro no caso do mercado e o poder no contexto da burocracia -, as esferas do mundo da vida se constituem e se reproduzem através de processos de comunicação simbólica. Da mesma forma, enquanto o universo do sistema está marcado pelo desenvolvimento de processos objetivos, externos à consciência dos atores, o mundo da vida está calcado em significados e/ou representações compartilhadas intersubjetivamente” (OLIVEIRA, 1993, p. 3n, grifo do autor).

norria, ou se ao contrário, obedecerão à outra razão, mais abrangente, comunicativa, cujo consenso e a validade crítica das falas e do agir, sobrepõem-se à imposição e a rigidez do mandar do instrumento.

Dessa forma, esta exposição demonstra que a realidade vai além dos fundamentos econômicos e dos financeiros, pois ela envolve o cotidiano, a cultura local, a tradicional, as pessoas concretas, que vivem, pensam e agem em função do seu modo da vida, que pode ser mais ou menos afetado pelo sistema, com suas normas, seus valores, suas formas de produzir, suas finalidades distantes, suas racionalidades calculistas.

Neste pensar, a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos ao centrar-se sobre os fluxos econômicos e a realidade econômica, deixou de lado, as questões de ordem cultural. Na verdade, a cultura de massa aparece na fala de Milton Santos, quando mostra a relação entre os costumes, os gostos e o consumo, logo pautado na difusão do consumo moderno e das classes sociais de níveis de renda baixa.

Neste sentido, há o intuito de privilegiar as ações de fala, que poderá levar a uma compreensão melhor do sistema do espaço atual, baseado assim, em maior solidariedade, logo na busca do entendimento sobre algo interno a ele. Assim, o desenvolvimento local, social, econômico e espacial, passaria assim, a ser uma questão de diálogo, na qual a sociedade e seus atores passariam a assumir, cada vez mais, a cena política como participação ativa dos rumos local, isto é, do projeto de futuro.

Assim, duas questões podem ser objetadas na proposta miltoniana dos circuitos econômicos. Primeira, a sua limitação a fluxos econômicos e a segunda, a sua redução ao enfoque do urbano, ou

seja, para Milton Santos, os circuitos são da “economia urbana”, não do espaço em sua totalidade, incluindo assim, além do sistema, a vida cultural.

Somado a isso, outro ponto de sua proposta deve ser renovado, qual seja, a da consideração de dois circuitos de fluxos econômicos, mesmo porque, internamente, a cada um, há diferenciações, ainda que suas características sejam as mesmas. Todavia, a própria aceitação de um circuito superior marginal, que podemos conceituar como um híbrido de circuito superior e circuito inferior abre caminho para que se repense a existência de apenas dois circuitos.

Nesse sentido, a globalização e a abertura dos mercados mundiais reforçaram a valorização econômica das produções regionais e, com isso, muitos espaços são alvos de ações dos governos estaduais e o federal, cujos exemplos mais recentes, são os clusters e os arranjos produtivos locais. Ou seja, os arranjos produtivos locais recolocam o circuito inferior em um novo patamar, não mais voltado apenas para o consumo de uma classe pobre e, eventualmente, de uma classe média em dificuldades financeiras, mas tornam-se fornecedores de produtos para a própria população, que consome permanentemente no circuito superior.

Nesse âmbito, formam-se hierarquias dentro de cada circuito, mesmo no circuito superior, uma vez que as fusões entre grandes empresas intensificam a competição mundial. Assim, o resultado é a formação de diversos circuitos de fluxos, os quais não veem numa perspectiva puramente econômica, mas em sua totalidade, envolvendo assim, os fluxos de informação, de ordens, de normas, de valores, de gostos, de hábitos, etc.

Dessa forma, os circuitos de fluxos emitidos pela indústria têxtil de São Bento, dentro do processo de produção e entre seus momentos, senão também como estes fluxos dão-se no espaço, va-

riando do local ao mundial, pois eles criam circuitos espaciais de produção, que como os circuitos de fluxos, não são totalmente econômicos, mas envolvem a comunicação.

4.1 Indústria têxtil, circuitos de fluxos e circuitos espaciais da produção

Consoante às opções teórico-metodológicas adotadas propõem-se definir a indústria têxtil ou apenas indústria, em uma escala inferior, como *um sistema ou subsistema formado pelo conjunto solidário e contraditório dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações próprios dessa atividade* (CARNEIRO, 2005, p, 20), assim ações estas que podem ser orientadas para um fim ou para ações orientadas ao entendimento.

Portanto, trata-se de conceituá-la não apenas como a transformação de uma matéria-prima determinada em um objeto específico, usando para tanto, de instrumentos de trabalho determinados no contexto de relações de trabalho determinadas, contemplando assim, desse modo, apenas as ações orientadas para um fim, para a razão instrumental, com ênfase, principalmente em priorizar o elemento fundamental de sua existência, o homem e suas relações recíprocas e, conseqüentemente, valorizar as ações orientadas ao entendimento, que entre eles podem dar-se.

Vale salientar que considerar a indústria nessa perspectiva, abre espaço para a realização de uma abordagem centrada na totalidade, enquanto essa totalidade necessária dos elementos seja capaz de proporcionar uma explicação e compreensão válida de sua origem, evolução e funcionamento da indústria de São Bento, isto porque, “cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistemicamente” (SANTOS, 1999a, p.175) e, como tal, exigindo a presença de outros objetos, da mesma natureza ou não.

Assim sendo, os elementos em questão são vistos, aqui, como aquelas atividades econômicas essenciais à manutenção e ao desenvolvimento da indústria, como sendo definida, acima, e sem ela não funciona. Assim, essas atividades são de forma mais precisa os serviços de todos os tipos e de toda natureza que, na perspectiva trabalhada, por Manuel Castells (1999, p. 233-235), classificam-se em *serviços relacionados à produção, serviços sociais, serviços de distribuição, bem como serviços pessoais*.

Para tanto, a inclusão dos serviços na análise da indústria têxtil de São Bento e da produção do seu espaço, leva-nos a admitir que existam, de um lado, aquelas atividades, que se relacionam diretamente aos sistemas de objetos da produção e, de outro, aquelas que dizem respeito, exclusivamente, às ações humanas sobre si e sobre os outros, ou seja, aos homens.

Nesse sentido, os sistemas de objetos das indústrias ou o conjunto das máquinas, dos equipamentos, das instalações, das comunicações e dos transportes, das matérias-primas, das mercadorias etc. – estariam diretamente relacionadas aos demais objetos ou serviços à produção e serviços de distribuição responsáveis, por assegurar a *produção econômica* e a *reprodução econômica* e, indiretamente, os serviços sociais, como também os serviços pessoais.

Neste âmbito, os sistemas de ações, por sua vez, ou o conjunto dos homens ligados à indústria – patrões, trabalhadores e funcionários – e relacionados entre si, estariam diretamente ligados aos serviços coletivos e aos serviços pessoais, que seriam os responsáveis por assegurar a produção e a *reprodução social*, sendo de forma indireta, os serviços à produção e distribuição.

Logo, este jogo entre a produção e a reprodução econômica, senão também a produção e a reprodução social, não é uma questão de causa e de efeito, mas de inter-relação, pois os primeiros são

responsáveis pela manutenção dos segundos e, estes, por sua vez, garantem a existência daqueles. Contudo, a solidariedade entre ambos dá-se, no entanto, em meio às contradições, explorações, exclusões existentes, competições nas quais a linguagem deverá aparecer como o elemento diferenciador, que contraponha a tudo a isso, isto é, garanta à inversão das normas de produção e de reprodução.

Noutros termos, é nesta relação contraditória entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, que se formam os sistemas de fluxos na indústria têxtil de São Bento, caracterizando o avanço diferencial de cada empresa, seja ela no tempo e no espaço, bem como relativo ao período técnico-científico-informacional na escala do país, sendo que no local, cabem os responsáveis pela explicação do surgimento diferencial desses sistemas.

Neste sentido, conforme já foi visto os circuitos da economia urbana, definidos por Milton Santos, a saber: são as ligações, que uma atividade econômica qualquer – a industrial do ponto de vista desse trabalho – mantém com outras atividades existentes em sua área de atuação, em função do processo de produção de mercadorias com um grupo social, que a eles se ligam por meio do consumo.

Dessa maneira, os circuitos econômicos são, na verdade, relações econômicas estabelecidas entre consumidores ou agentes sociais diferentes, de matérias-primas, de bens, de insumos industriais, de peças e de acessórios, de máquinas, de créditos, de empréstimos, de produtos e de mercadorias de consumo de primeira necessidade, ou não, dentre outros, indispensáveis à reprodução das atividades econômicas da população.

Como a capacidade de consumir é diferente entre as empresas e entre as classes de população, logo se tem a emergência de variados circuitos econômicos urbanos, mas como escrevemos, ante-

riormente, preferimos nomeá-los de circuitos econômicos espaciais. Uma vez que a indústria têxtil de São Bento é, amplamente, disseminada no campo e que, esta indústria no campo mantém relações com empresas, que se situam na zona urbana ou em outros espaços/municípios da região produtores de redes de dormir e de fornecedores de serviços, pois ela participa diretamente dos circuitos econômicos da produção de redes de dormir local.

Para tanto, entendemos com isso que qualificar, no tempo atual, os circuitos como de economia urbana, traz uma restrição à explicação do comportamento espacial de muitas áreas geográficas do Brasil, na qual essa economia urbana, muitas vezes, estende-se à economia rural, através de uma produção específica e tradicional, como a de redes de dormir, de tapetes, de panos de prato, etc.

Por conseguinte, a noção de circuitos e fluxos socioespaciais, que ora empregamos, pretende retroalimentar que a realidade da indústria têxtil de São Bento, não pode ser entendida, se considerarmos apenas as suas relações intra e interurbanas, já que boa parte da explicação de seu crescimento e de mecanização encontra-se ligada às relações entre a cidade e o campo local, além das cidades da região, por meio de relações produtivas, de prestação de serviços à produção e de consumo industrial, entre eles mutuamente. Por outro lado, este campo que é, amplamente, industrial mantém relações não apenas com a cidade, mas com outras, como também suas zonas rurais.

Assim sendo, entender os circuitos da indústria têxtil de São Bento como um sistema de fluxos em sentido amplo, não implica negar a não utilização do termo circuito econômico, uma vez que a adoção desta terminologia representaria a importância, que assume as ações orientadas para um fim, baseada na razão instrumental e

no agir estratégico dentro do circuito de fluxos considerado globalmente.

De outro modo, os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento são o resultado de seu desenvolvimento histórico, das inovações técnicas e organizacionais, da expansão dos mercados a montante e a jusante da produção, das relações formais e informais, da comunicação subjetiva e intersubjetiva, da razão instrumental, como também da razão comunicativa. Logo, externamente, resultam da “fluidez do território” nacional (SANTOS, 1998b) e da sua integração, favorecendo as relações entre as empresas e os espaços diferenciados economicamente e produtivamente, gerando assim, os circuitos espaciais da produção.

Assim, como Milton Santos define um circuito econômico com base em um conjunto de variáveis, acreditamos, pois, que a definição do circuito de fluxos, tomado globalmente, também, deve pautar-se na conjunção das diversas variáveis localmente baseadas. Assim, estas variáveis não se limitam, aqui, aos elementos puramente econômicos, mas envolvem a consideração dos elementos da teoria da ação comunicativa.

Dessa forma, tomando por base as características descritas por Milton Santos para os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, a primeira tarefa foi a de contextualizá-las com o fito de perceber, até que ponto, trinta anos após sua elaboração, elas se encontram atuais, mas desde já estamos convictos de que as novas variáveis terão que ser acrescentadas e, que elas, não serão baseadas no sistema, mas no modo da vida dos sujeitos.

É necessário lembrar sempre que essa contextualização levou-nos a admitir que não se trate, hoje, de dois circuitos econômicos responsáveis pela organização do espaço no Brasil, mas de vários, se mantivermos a divisão econômica espacial entre o circuito supe-

rior e o circuito inferior, pois atentamos para o fato de que não se trate de circuitos, internamente, monolíticos, maciços, mas variados, múltiplos, muitas vezes, antagônicos, concorrentes, mas solidários.

Nestes termos, cada circuito, tanto o superior como o inferior, apresentam subdivisões segundo os ramos e os setores de fabricação. Assim, ao Circuito Superior, propriamente dito, acrescentamos o *Circuito Superior Secundário* para fazer menção ao antigo circuito superior marginal. Logo, estes circuitos superiores são *Circuitos de Fluxos Formais*, mas à medida que passamos do circuito superior, propriamente dito, para o circuito superior secundário, a formalidade passa a coexistir com maior frequência e intensidade com esta informalidade.

Já quanto ao Circuito Inferior, acrescentamos, sempre, tomando por base a realidade da indústria têxtil de redes de dormir de São Bento, bem como a do Nordeste brasileiro, um *Circuito Inferior Formal* e um *Circuito Inferior Informal*.

Cabe, antes, de prosseguirmos, esclarecer a nossa intenção de relacionar os circuitos de fluxos a questões de formalidade e de informalidade e não se trata, aqui, novamente, de uma questão de ordem meramente econômica, já que a normatização da vida em sua totalidade autoriza-nos a ver as relações sociais como sendo de caráter ora formal ora informal. Assim, as ações econômicas, políticas, sociais, subjetivas e intersubjetivas, são as que se dão, dependendo do contexto, do modo formalizado ou de modo informal, contudo sem cânones legislativos, mas afetivos, simbólicos, pessoais.

4.2 A informalidade das atividades como parâmetro necessário de estudo dos circuitos de fluxos socioespaciais

Segundo Haddad (2004, p. 3-4), São Bento é o maior produtor de redes de dormir do país, com uma produção anual de 12.000.000 de redes/ano, chegando a um consumo de fio, no mesmo período, de 18.000.000 de kg, todavia, ele enumera que apenas 70 empresas são formais, ao passo que mais de 300 são informais. Em maio do mesmo ano, 2004, existiam 54 empresas formais, ao lado de 300 pequenas fábricas instaladas em casa ou em fundos de quintal (PRODUTORES, 2004).

Acerca destes dados, informações de 2001 dão conta de que apenas 35 tecelagens, das 72 formais existentes neste ano, entre grandes, médias e pequenas produziram, semanalmente, um total de 43.390 peças de redes de dormir e de mantas, cuja média anual chegou a 2.082.720 unidades, ao passo que 5.950 kg de panos de prato, de telas, tapetes e de toalhas foram fabricados semanalmente, somando 285.600 kg anuais em média (CARNEIRO, 2001, p. 54)⁷.

Logo, é importante destacar que, historicamente, o espaço de São Bento é configurado, empresarialmente, por esse contexto entre formalidade reduzida e informalidade ampliada. Rocha (1983) registrou no ano de 1978, um total de 75 empresas formais e 211 empresas informais, formadas por pequenos produtores, sem que esse número tivesse esgotado a totalidade dessa categoria de empresas. Somando-se os produtores de Brejo do Cruz-PB e Jardim de Piranhas-RN, as empresas informais somavam 461 unidades de produção.

Da mesma forma, Egler (1984, p. 65), usando os dados do Cadastro Industrial da Paraíba (FIEP), de 1979, identificou 76 empresas formais no município de São Bento, cujo número de estabele-

⁷ Estes dados foram elaborados com base na produção semanal desses produtos, obtida através de pesquisa de campo através de entrevistas com 263 tecelões, de um total de 523 trabalhadores e funcionários das tecelagens.

cimentos industriais era inversamente proporcional ao tamanho do mesmo (**Tabela 01**).

Tabela 01: São Bento (1979): número de estabelecimentos industriais por tamanho da unidade produtiva

Tamanho do estabelecimento	Número de estabelecimentos	Total de operários
Até 5 operários	51	113
5 - 10 operários	10	77
10 - 20 operários	6	88
20 - 50 operários	3	80
Mais de 50 operários	1	53
Sem declaração	5	-
Total	76	411

fonte: FIEP apud Egler (1984).

Portanto, verificamos historicamente que a produção do espaço de São Bento dá-se por intermédio de uma estrutura empresarial, na qual a informalidade se sobrepôs e sobrepõe à formalidade das unidades econômicas e, neste sentido, a conformação dos circuitos de fluxos da sua indústria têxtil, que não pode prescindir de uma análise, que leve em consideração a dialética entre o setor formal e o setor informal da economia, o que representa a imposição de relações solidárias e contraditórias no plano das ações subjetivas e intersubjetivas, sendo-as estas baseadas em arranjos formais e informais.

Mas, o debate entre a formalidade e a informalidade das atividades não significa a aceitação da primeira forma, como racional e a segunda, como irracional, a exemplo dos relatos de Santos (1978), sobre a explicação etnocêntrica dos dualistas, que viam uma oposição nos países subdesenvolvidos, entre um setor desenvolvido, composto de ações eficientes e racionais e, um setor não-desenvolvido, formado por ações ineficientes e irracionais. Segundo esta ideia,

bastaria que um agente social passasse do sistema não-organizado para o organizado para que se tornasse racional.

Esta distinção apoia-se na noção de razão conforme a definiu Weber apud IAROSZINSKI (2000), isto é, como algo que tem por base o cálculo, o fato de ser única, abstrata, pragmática, homogênea, controladora, manipuladora e fruto de uma elaboração individual, daí suas limitações e a necessidade de sua superação, pois segundo Kominek (2000, p.15) seria:

Algo que aparentemente possa ser irracional para determinado grupo pode ser normalmente aceito por outro grupo, com outras práticas sociais, pois toda cultura estabelece suas próprias crenças e práticas, compartilhadas através da linguagem.

Assim, a razão instrumental leva em consideração as ações orientadas para um fim e a busca do sucesso e se ela utiliza para tanto do valor calculista, da objetividade e da subjetividade, logo é limitada como elemento explicativo da realidade, daí, seguindo as pegadas de Habermas, dá importância ao conceito de razão *destrancendentalizada*, isto é, uma “razão corporificada no agir orientado para o entendimento” (ARAÚJO, 2002) sem, no entanto, negar a presença da razão transcendental.

Ainda acerca do autor, Habermas (2002, p. 30), a razão destrancendentalizada origina-se de três pressupostos pragmático-formais do agir comunicativo, no qual estão inclusos “a suposição comum a respeito de um mundo objetivo, a racionalidade que os sujeitos agentes supõem reciprocamente e a validade incondicional que exigem para suas afirmações nos atos de fala”. Portanto, esta razão liga-se, óbvio, à própria estrutura da linguagem, enquanto uma forma de comunicação, que vai além da relação entre expressões

simbólicas e objetos de referência, incluindo, também, as relações entre sujeito racionais, linguagem e mundo (ARAÚJO, 2002).

Desse ponto de vista, a razão é uma questão de comunicação e de uso do saber, e, portanto, ela está presente tanto nas atividades do setor formal como nas do setor informal, conseqüentemente, é uma presença constante, seja no circuito superior ou no circuito inferior.

Mas, esta razão em sentido amplo, não limitada ao instrumento, não nega a realidade da razão instrumental, posto que o sistema e o mundo da vida são interligados na produção do espaço e da sociedade, o que muda, em cada caso, é a importância, que cada uma, a razão comunicativa e a razão instrumental, detém através de frutos das relações entre a invasão do campo prático de uma pela outra.

Em meios a essas questões, uma ação só poderá ser tida como irracional se for passível de prova, em que tal ação é realizada, sem que se possua um objetivo permanente, ou mesmo que um comportamento não tenha como resultado à produção de normas efetivas (SANTOS, 1978).

Ora, não somente às atividades do circuito superior e do setor formal da economia, que são acionadas por ações, cuja finalidade é constante, seja a de produzir, de consumir, de relacionar, enfim, viver em sua plenitude, este fato, também, verifica-se no circuito inferior e no setor informal, portanto, não há um circuito ou setor, que seria racional, enquanto o outro seria irracional.

Reconhecer, portanto, a existência de um circuito informal de fluxo, ao lado de um circuito de fluxo formal, não significa negar que eles operem de forma global, solidária e, contraditoriamente,

em relações de interdependência e de dependência do primeiro pelo segundo, o que queremos ressaltar, é que a informalidade dessa parcela significativa da economia, sobretudo no Brasil, bem como de ações humanas de modo subjetiva e intersubjetiva, são fatos sociais, cuja importância explicativa para a produção, a reprodução e a organização do espaço e da sociedade, não pode ser menosprezada.

Assim, muitos são os sinais de que não é possível desprezar a participação deste circuito de fluxos informal na produção do espaço e na reprodução social, pois podemos notar isto no fato de que “o crescimento da informalidade do/no trabalho se inscreve em um período marcado pelo contínuo desemprego no mercado formal” (SILVA e BARBOSA, 2001, p. 1.), levando as pessoas a criarem seus próprios negócios, como são exemplos: as maquinofaturas familiares ou as maquinofaturas domésticas de São Bento.

Portanto, o crescimento do setor informal no Brasil vem dando-se com rapidez, pois de 1997 a 2003, as empresas não agrícolas com até cinco empregados, decresceram um ponto percentual de 99% para 98%, no mesmo período, houve um aumento proporcional de 9.581 unidades informais para 10.526. Por outro lado, o número de empresas informais aumentou de 9.478 para 10.336, registrando-se uma variação de 9 pontos percentuais para cima (IBGE, 2003) (**Gráfico 01**).

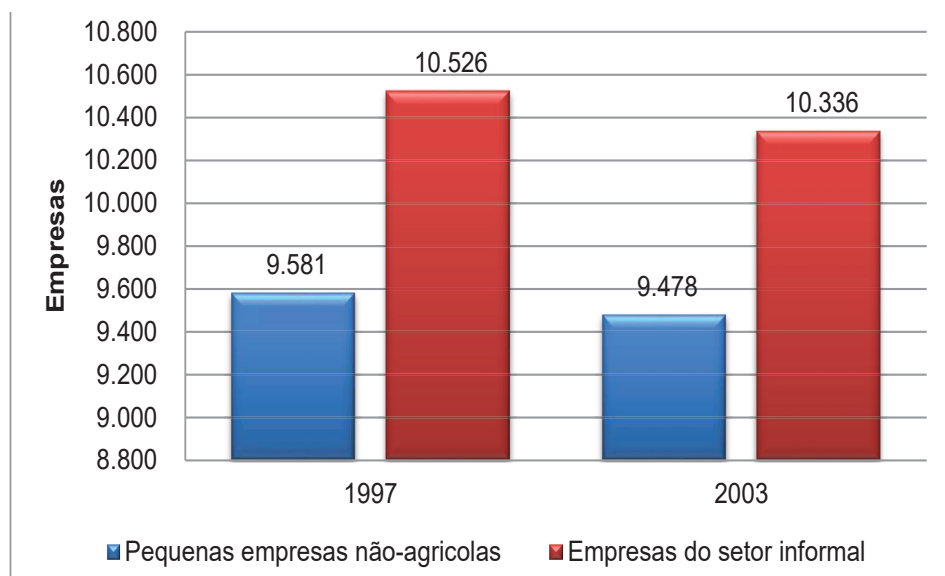


gráfico 1: Brasil (1997-2003): Evolução dos pequenos empreendimentos na área urbana.

Fonte: Brasil (2003).

Nesse sentido, a relevância da informalidade é tal que, atualmente, como aspecto de compreensão da realidade que, antes, era tratada como um fenômeno próprio dos países subdesenvolvidos atinge, hoje, os países centrais, nos quais a globalização e o avanço do período técnico-científico-informacional ao transformar, radicalmente, o mundo do trabalho e o próprio mundo da vida, compartilhado intersubjetivamente, afinal, tornou-a um fato socioespacial total.

Com o debate em torno da racionalidade e da irracionalidade, buscamos, sobretudo, os fundamentos que pudessem nos auxiliar a dar seguimento ao estudo dos circuitos de fluxos e sua relação com a produção do espaço, por intermédio da consideração das análises conjuntas com a formalidade e a informalidade da economia e da vida de relações, seguindo com isto, a perspectiva deixada em aberto por Milton Santos (1978, p. 56), quando este diz que: “a designação

informal, dada ao circuito inferior, poderia ser significativa se fosse efetivamente associada à noção de racionalidade”.

Dessa forma, acreditamos que a substituição da razão instrumental por uma razão comunicativa, preencha essa lacuna, uma vez que as ações, que provém do circuito inferior e do setor informal passam pelo uso do saber – fundamento da razão – seja o baseado na ciência, seja o apoiado na experiência e na prática cotidiana, de forma dialógica, a partir de pretensões de validade sobre algo no mundo da vida, bem como com o intuito de alcançar o consenso/razão. Afinal, razão é consenso, e, nesse sentido, é racional toda atividade, na qual está presente o diálogo ou ações comunicativas mediadas simbolicamente.

Assim, cabe buscar entender o que é o setor informal, para a partir daí, podermos tratá-lo como a inseparável abordagem dos circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento. De acordo com o IBGE (2005) e, segundo as recomendações da 15^a Conferência de Estatísticos do Trabalho, realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em janeiro de 1993, o setor informal deve ser delimitado partindo-se da unidade econômica ou de produção não-agrícola, cuja meta é gerar emprego e rendimentos para as pessoas envolvidas na fabricação de bens e de serviços, caracterizando-se por uma produção em pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho, tendo sua essencialidade voltada à organização e à funcionalidade desta unidade, não se levando em conta a sua localização espacial, nem tampouco à duração das atividades.

Neste pensar, percebe-se que informal não é, necessariamente, empresa sem registro e, nesse sentido, o circuito inferior informal da indústria têxtil de São Bento não refere apenas às atividades de

fabricação que cuja existência legal e inexistente, ou cujo trabalho é feito sem carteira assinada, mas envolve um conjunto sistêmico de variáveis formado por quantidade e qualidade.

Cabe ressaltar, com Theodoro (2000, p. 8), que “o surgimento da ideia de setor informal constitui um marco importante, muito menos pela sua capacidade explicativa vis-à-vis a realidade do Terceiro Mundo, mas principalmente, por justificar e avalizar uma nova postura institucional face ao problema do desemprego”, que se transformou em problema global, comum a todos os países, e “é a ideia de setor informal que vai servir de base para a ação institucional em termos de políticas de apoio”.

Assim, são as ações políticas de apoio ao setor informal, uma das formas de se fazer menos inferiores os circuitos inferiores, formalizando-os, tanto em sua forma particular, econômica, quanto em sua forma geral, à medida que não há programas, nem projetos governamentais voltados para o fortalecimento dos circuitos de fluxos socioespaciais.

Nesse sentido, a literatura institucional dos órgãos governamentais, não está voltada para o estudo e o fortalecimento desses circuitos, mas quando trabalham o setor informal e somado a este é abordado, conjuntamente, com os sistemas de fluxos, de os avanços podem ser possíveis.

A partir dessas considerações, podemos descrever e analisar os elementos, que formam os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento, através de suas relações internas e externas, que se configuraram em mais de um século, desenvolvendo-se em meio às mudanças de caráter global e nacional.

4.3 Os elementos e as características dos circuitos de fluxos

É importante esclarecer que a usaremos a denominação de circuito superior secundário para definir as atividades de fabricação de redes e de outros artigos têxteis fabricados em São Bento e, ao mesmo tempo, diferenciá-la do circuito superior e do circuito superior marginal, segundo a definição de Milton Santos, primeiro porque a importância econômica, política e social que a detém, bem como a força de produção dos espaços é não hegemônica, não é principal na escala do país. Segundo porque não se trata, conforme nosso entendimento, de atividades do circuito superior marginal, posto que no conjunto de suas características, encontram-se mais próximas do circuito inferior, que do circuito superior.

Portanto, os elementos que formam os circuitos de fluxos não podem ser explicados separadamente, pois boa parte de seus comportamentos, de organização e de desenvolvimento passam pelas relações solidárias e contraditórias entre si, através dos quais os grupos de empresas e de pessoas se movimentam econômica, social e politicamente em detrimento dos demais.

Assim, o circuito superior secundário da indústria têxtil de São Bento é formado por um reduzidíssimo número de empresas mais modernas do que as demais em vários aspectos técnicos, organizacionais, de acesso à informação e na forma de comunicação, destacando-se uma delas com a produção, exclusivamente, voltada à fabricação de panos de prato e de panos de limpeza e as demais na fabricação de redes de dormir, de mantas e de outros produtos de menor importância. Acrescentando assim, alguns serviços à produção como: lojas de peças e acessórios, serviços de distribuição, como algumas prensas.

Assim, agrupamos nesse circuito, as 17 empresas, que formam o *Consórcio São Bento*, ou seja, (CONSÓRCIO SÃO BENTO, 2005b), distribuídas entre as empresas produtoras de redes, de mantas, de panos de prato, de panos para limpeza, de tapetes e de empresas fornecedoras de insumos industriais.

Assim sendo, este grupo de empresas não apresentam o mesmo perfil econômico, produtivo, organizacional e empresarial, bem como há diferenças quanto ao poder político e econômico de cada uma, da mesma forma que a área de mercado de insumos e de produtos varia. Enfim, a heterogeneidade é a característica principal desse grupo de atividades, que formam o circuito superior secundário da indústria têxtil de São Bento.

Disto resulta que o Consórcio São Bento ([2005c]), tem por objetivo o nivelamento do universo das empresas consorciadas, atendendo as exigências de padrão de qualidade nacional e internacional, utilizando-se para tanto, de uma política sustentável para o setor no médio prazo.

Dessa forma, o circuito inferior é constituído pelas atividades de fabricação, cujas técnicas, organização e acesso à informação e de formas de comunicação diferem das verificadas no circuito superior secundário, pelos serviços à produção, tais como: as lojas de teares, peças e acessórios para tecelagem, depósitos de cloro, depósitos de fios e tecidos de brim, fustão e sintéticos, prensas, fábricas de conicaleiras, fio pelos serviços de distribuição, como as lojas de produtos têxteis, também, chamadas depósitos de redes e várias prensas, que atuam localmente.

Neste âmbito, as atividades desses dois circuitos embora marcadas pela heterogeneidade, que formam cada um internamente, pois não significa que não haja semelhanças entre elas, pelo contrário, algumas características se identificam, variando, muitas vezes, mais quantitativamente do que qualitativamente.

Dessa forma, o entendimento daquilo que caracteriza cada circuito de fluxos passa pela sua compreensão conjunta, por sua consideração solidária baseada em comparações recíprocas na medida em que podemos visualizar as diferenças nos sistemas e, dentro delas, as semelhanças, notadamente entre os circuitos de fluxos próprios do espaço de São Bento.

Neste intuito, consoante à ideia de um espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações orientadas para um fim, ou seja, um sistema de ações orientadas para o entendimento foi que dividimos as características dos circuitos em dois grandes grupos: aqueles que se ligam mais diretamente ao mundo sistêmico e aqueles que têm relação com o mundo vivido.

Logo, o circuito superior caracteriza-se, inicialmente, pelo uso de uma tecnologia, que é capital intensivo e difere, neste aspecto, do circuito superior secundário e dos circuitos inferiores, em função de suas tecnologias serem de trabalho intensivo, consequentemente, do papel de inovação em cada um, que será diferente, sendo alto, no circuito superior, em expansão do circuito superior secundário e baixo, no circuito inferior informal, além de reduzido no circuito inferior informal.

Para tanto, as inovações que se dão nos circuitos inferiores formais de São Bento, por outro lado, se restringem, atualmente, mais a aspectos organizacionais, tipos de redes, de desenho artístico e de formas de bordado empregadas na confecção das redes e de outras mercadorias que, propriamente, a máquinas e a processos produtivos. Neste último tipo de inovação, destacam-se algumas empresas do circuito superior secundário, que veem investindo na produtividade do trabalho, através da aquisição de máquinas modernas de alvejar e de fabricar varandas.

Dessa forma, tecnologia e inovação são, a grosso modo, va-

riáveis interligadas, já que uma é causa e consequência da outra e, como tal, atuam diretamente sobre o nível de emprego, que se faz reduzido no circuito superior e volumoso, mas permanente no circuito superior secundário. Por sua vez, apresenta-se como volumoso e temporário nos circuitos inferiores informais. Esta diferença no tipo de emprego não é apenas quantitativa, mas recai, sobretudo, sobre a qualidade do profissional, que é, geralmente, qualificado no circuito superior e especializado, ou sem formação nos demais.

Neste contexto, o perfil do emprego reflete no trabalho assalariado e, neste caso particular, temos que ele é dominante no circuito superior e crescente no circuito superior secundário, sendo variável no circuito inferior formal e variável senão também não obrigatório no circuito inferior informal.

Assim, interfere, mas não, exclusivamente, na proporção do trabalho assalariado, o tipo de objetos empregados na produção, seja na gestão, na produção direta ou na distribuição. No circuito superior, há uma presença ubíqua de objetos técnico-científicos- informacionais, no circuito superior secundário dominam os objetos técnico-científicos, mas cuja presença de tais objetos técnico-científicos, já se faz uma presença crescente. Neste *locus*, os circuitos inferiores empregam apenas os objetos técnico-científicos, a exemplos dos usados pelo circuito superior secundário, como: alguns tipos de teares, espuladeiras e urdideiras elétricas.

Portanto, o perfil produtivo dos objetos da produção determina certa produtividade do trabalho e da empresa, como tal os modernos conseguem fabricar bens em maior quantidade e em menor tempo, inclusive, com o intuito de estocagem, mas, aqui, há uma mudança quanto à característica traçada por Milton Santos na década de 1970, pois enquanto este assumia que o volume dos estoques eram grandes nas atividades do circuito superior, contudo admi-

mos, o contrário, atualmente, a inexistência ou mesmo, pequenos estoques, mas com alta qualidade dos produtos. Já no circuito superior secundário e nos circuitos inferiores, não há presença de estoques, no primeiro, pela existência de mercados consolidados e limite produtivo e no segundo, pelo baixo volume das produções, porém neles pode haver estocagem de produtos, mas devido à falta de compradores em alguns períodos do ano, em que as vendas diminuem.

Assim, a necessidade de estocar aumenta a importância dos custos fixos no circuito superior, mas isto, também, deve-se ao tamanho das empresas, neste último sentido, notamos que são razoáveis os custos fixos no circuito superior secundário, relativos e variáveis no circuito inferior formal e baixos e variáveis no circuito inferior informal. Logo, esta variabilidade é devido ao aumento da produção em períodos de pique ou a sua diminuição em épocas de dificuldade de vendas, quando, então, as atividades trabalham com parte da capacidade produtiva.

Neste contexto, tudo isso acarreta a necessidade de crédito bancário institucional por parte do circuito superior e do circuito superior secundário, já o circuito inferior formal utiliza tanto o crédito dos bancos, quanto o pessoal e, em alguns casos, não tendo acesso a eles. Assim, o circuito inferior informal, por sua vez, domina o acesso ao crédito, sendo presente o da modalidade pessoal e em menor proporção o bancário institucional.

Dessa forma, essa diferença de acesso ao crédito institucional é, em grande parte, devida ao tipo de relação em que cada circuito mantém com o Estado, aliás, uma relação que é importante no circuito superior e cuja importância é crescente no circuito superior secundário, até mesmo pela sua capacidade exportadora, mas pouco

expressiva no circuito inferior formal e ausente, ou quase nula no circuito inferior informal.

Esta relação entre o Estado e empresas encontra-se bem mais avançada, portanto, naquelas atividades em que a organização é burocrática, caso do circuito superior, ou se encontra em estágio de burocratização, como o circuito superior secundário e, menos presentes, naquelas em que esta organização empresarial é apenas burocrática incipiente e não-burocratizada, no primeiro caso, temos as atividades do circuito inferior formal e, no segundo, as do circuito inferior informal.

Neste pensar, a burocratização da empresa explicaria o tipo de relação sobre as quais estas se fundam com a clientela e, ao mesmo tempo, a forma que assume os preços e o pagamento das mercadorias. Então, verificamos que em todos os circuitos os preços, geralmente, são fixos, todavia à medida que vamos do circuito superior ao circuito inferior informal, bem com as possibilidades de barganha pelo consumidor aumentam, porém não é esta realidade, o que verificamos em São Bento.

Na verdade, parece existir maior poder de barganha nos escalões, acima dos circuitos de fluxos, uma vez que nestes, a forma de pagamento adiantado é obrigatória no circuito superior e dominante no circuito superior secundário, na qual sempre é possível desconto especial para compras em grande quantidade.

Assim, o pagamento adiantado das mercadorias é pouco expressivo no circuito inferior formal e nula, ou quase nula no circuito inferior informal, que trabalha, geralmente, com prazos de 30 a 60 dias. Nestas condições, o poder de barganha do consumidor diminui e aumenta a do vendedor, que alcança preços mais altos.

Mas, a barganha, também, é uma relação da empresa com o cliente e vice versa e, neste particular, podemos admitir que ela é

inexpressiva no circuito superior, em que domina relações impessoais, enquanto no circuito superior secundário, ela está presente, já que se baseia, também nas relações pessoais face a face.

Porém, outro dado ajuda a explicar a formação dos preços, qual seja à margem de lucro. Assim, notamos que em todos os circuitos de fluxos, esta margem é reduzida por unidade, sendo-a a exceção, os produtos de luxo, no caso do circuito superior, das redes tipo exportação, ou mesmo destinadas aos consumidores de renda elevada, de hotéis de luxo, etc. Por outro lado, à margem de lucro, é importante no circuito superior pelo volume de seus negócios e, relativamente, elevada no circuito superior secundário. Já no circuito inferior formal é, relativamente, baixa e, também, baixa no circuito inferior informal.

Um tipo de relação especial, que nos interessa mais de perto, sendo-a estabelecida entre a publicidade e a dependência direta do exterior, pois sem a publicidade e a marca em situações normais do capitalismo, um produto não pode ser transformado em mercadoria (RUBIM, 2000). Assim, as atividades do circuito superior têm grande dependência do exterior, pois são voltadas para ele, o que torna a publicidade necessária.

Dessa forma, no circuito superior secundário, temos uma necessidade crescente devido a sua dependência do exterior ser relativamente alta, principalmente do mercado nacional. Diferentemente, notamos que é reduzida esta dependência no circuito inferior formal e nula no circuito inferior informal, o que reflete na baixa e nula necessidade da publicidade, respectivamente.

É neste contexto do mundo sistêmico que o meio técnico-científico-informacional de São Bento está sendo produzido na atualidade e a sua compreensão, bem como explicação não pode dá-se sem a análise dessas variáveis, que conformam a sua produção

industrial têxtil, uma vez que ela é o agente espacial central da organização, da produção e da reprodução espacial local, ao mesmo tempo em que impõe comportamentos, por meio de normas, que afetam a sociedade e sua organização, levando-nos a outro tipo de análise, agora, sobre o mundo da vida estruturante da sociedade e do espaço, baseado em crenças, nos valores, nas normas, nos símbolos, nas tradições, enfim, pautado numa outra razão.

Mas, a razão em que se baseia o mundo da vida convive e está em conflito com a razão dominante do mundo sistêmico e cujo jogo de forças numa sociedade particular é responsável por uma ou outra forma de produção do espaço. Logo, este terá sua forma segundo o conteúdo da sociedade e mudará toda vez que este conteúdo se altere, por isso assinala Santos (1999a), o espaço é, na verdade, uma forma-conteúdo.

Assim sendo, o conteúdo do espaço vem da sociedade e das ações que dela nascem e nela se desenvolvem, via as ações, que podem ser econômicas, políticas, culturais, ideológicas e espaciais, mas que independentemente da tipologia e das classificações, possuem um denominador comum, qual seja, a linguagem e seu uso, ela e suas formas de manifestação, ou melhor, a linguagem como meio de informação ou mesmo como meio de integração.

No circuito superior, as ações comunicativas são inexpressivas, logo se nota que as ações estratégicas fazem-se dominante, por outro lado, estas últimas são importantes no circuito superior secundário, que apresentam uma baixa presença das ações comunicativas. Logo, os circuitos inferiores opõem-se, nestes pontos, aos circuitos superiores, uma vez que as ações comunicativas são importantes no circuito inferior formal e dominantes no circuito inferior informal, o que quer dizer, que neste é inexpressiva as ações estratégicas, contudo baixa naquele.

Dessa maneira, as ações comunicativas carregam consigo uma razão baseada na comunicação, que aparece como não dominante nos circuitos superior e superior secundário, sendo, no entanto, importante no circuito inferior formal e de elevada importância no circuito inferior informal. De outro lado, é possível ver que a situação inversa ocorre quanto ao uso da razão instrumental por cada circuito, sob a qual se baseiam as ações estratégicas, a qual aparece dominante nos circuitos superiores, com pouca importância no circuito inferior formal e reduzida importância no circuito inferior informal.

Logo, cada circuito de fluxos, ao filiar-se a determinado tipo de linguagem, a sua razão esclarece, por meio de tal filiação a esta vinculação inerente ao mundo da vida, com suas normas, costumes, tradições, cultura particular, ou ao mundo sistêmico, composto pelo mercado e pelo Estado e cujas normas e leis são verticais e, portanto, estão a serviço de poucos.

Neste caso particular, verificamos que o mundo da vida é não importante no circuito superior e possui pouca importância para o circuito superior secundário, ao passo que ganha maior importância no circuito inferior formal e no circuito inferior informal, pois assume expressiva importância.

Tais características podem ser contrapostas, quando se considera o mundo sistêmico, no qual aparece como não importante no circuito inferior informal e com uma importância menor no circuito inferior formal, tendo, por sua vez, maior importância no circuito superior secundário, acrescido de expressiva importância no circuito superior.

Noutros termos, a relevância que tem o mundo da vida ou o mundo sistêmico para as atividades de cada circuito, é o resultado do conjunto das variáveis assinaladas, mas o tamanho do espaço de

interação de cada circuito pode ser útil como elemento explicativo desta relevância. Assim, podemos perceber que do circuito inferior informal para o circuito superior, o espaço de interação vai do local ao mundial, passando pelo regional, nacional e internacional.

Nesse sentido, parece haver relação direta entre tamanho do espaço de interação e da ligação dominante de um circuito determinado, com o mundo sistêmico, ou seja, com o mercado e o Estado, através de suas ações estratégicas e das razões instrumentais, sobre as quais se baseiam a realização de seus fins. Daí a priorização neste trabalho do estudo, o conjunto dos circuitos de fluxos com os circuitos espaciais da produção.

Neste aspecto, os circuitos de fluxos, como definidos anteriores, ao manterem relações com as mais diversas e diferentes atividades e a população local, de outros lugares, devido à especialização produtiva e às deficiências do seu meio técnico-científico-informacional, quantos aos serviços de produção e de distribuição, desenvolve historicamente por meio dessas ligações outros tipos de circuitos, que buscaremos combinar em nossas análises, quais sejam, os *circuitos espaciais da produção de rede de dormir*.

4.4 Os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento e os circuitos espaciais da produção

Se em um primeiro momento, os circuitos espaciais da produção têxtil de São Bento são resultantes dos circuitos de fluxos culturais amparados na tradição, isto é, dos circuitos de fluxos emitidos por uma herança histórica produtiva associada à colonização do país, em um segundo momento, assoma-se os fluxos econômicos, tornando-se hegemônicos na produção e na reprodução do espaço, mas sem

prescindir dos fluxos culturais, dos políticos e dos comunicativos, das relações dialógicas, da linguagem e do agir orientado para o entendimento.

Assim, os circuitos espaciais da produção são definidos por Santos (1988, p. 49), como “As diversas etapas pelas quais passariam um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Isto significa dizer que o estudo do circuito têxtil, por exemplo, deveria começar pela consideração da plantação do algodão, passando pela fiação, pela tecelagem, pela sua transformação em mercadoria, até chegar ao mercado consumidor final.

Santos (1985) argumenta que a especialização regional e a intensificação dos fluxos, em suas diferentes tipologias e direções, são a causa da existência dos circuitos espaciais da produção e como os subespaços estão organizados em torno de uma lógica na escala global, não é possível falar de circuitos regionais de produção.

Hoje, mais do que nunca, com o estabelecimento da *fábrica global*, metáfora e realidade (IANNI, 1999a), é correto falar de circuitos espaciais da produção como definido acima, pela divisão e articulação espacial entre as diferentes etapas da fabricação de uma determinada mercadoria, desde a sua concepção em laboratório, até o consumo final, como pode ser visto no exemplo abaixo extraído de Renato Ortiz apud CARMO (1998).

Todavia, como o espaço de São Bento é o nosso ponto de partida, admitimos, ainda, a existência de tais circuitos regionais da produção ou circuitos espaciais de produção regional, como também, verificamos um circuito cujos limites de sua ação são locais, um circuito espacial da produção local. Portanto, ao falarmos de circuito espacial da produção regional, chamamos a atenção, neste caso, para o fato do processo produtivo de inúmeras empresas, ainda, estarem limitadas ao território contínuo, incluindo assim, acesso a matérias-

-primas, insumos e mercado consumidor.

Como nosso ponto de partida é o lugar, a cidade local, outra é a realidade em comparação à verificada a análises gerais, apoiadas em grandes espaços, frequentemente, a metrópole. Assim, não podemos prender-nos a modelos explicativos prontos, a ideias de tudo ou nada, a relatividade comparada sendo a variável a ser levada, essencialmente, em consideração.

Longe dessa situação característica do período atual, a realidade da produção têxtil de São Bento levou-nos a outro tipo de interpretação sobre o significado de circuitos espaciais da produção, que serve para diferenciar e caracterizar as atividades dos circuitos de fluxo da indústria têxtil, como sendo do circuito superior, ou do circuito inferior.

Dessa forma, os circuitos espaciais da produção em Milton Santos, assim como sua noção de circuito da economia urbana, estão carregados de interpretação econômica, a economia é, para ele, o dado original de tais circuitos e são os produtos – bens materiais – que determina a qual circuito uma atividade determinada liga-se.

Por que limitar o termo produção, do circuito espacial, à produção em sua dimensão particular? Por que não vê-la em sua globalidade, na qual podemos incluir a produção do conhecimento e do não-conhecimento, da cidadania e da anticidadania, da participação coletiva ou individual, da subjetividade e da intersubjetividade, da concorrência e da cooperação, da confiança e da desconfiança, do agir estratégico e do agir comunicativo, de contrafinalidades e finalidades, enfim, da cultura, da política, da ideologia, da economia e do espaço?

Se é verdade que a economia produtiva tem produzido historicamente os circuitos espaciais da produção, nos anos recentes,

pelo menos desde a década de 1970, as ações orientadas para o entendimento parecem estar moldando circuitos espaciais da produção ao lapidar, primordialmente, um circuito econômico através de fluxos de informação, normas, valores e comportamentos por meio do agir social, baseado nos atos de fala, cujo entendimento intersubjetivo sobre algo no mundo da vida, compartilhado pelos componentes desses circuitos econômicos, é o norte comum para sua evolução.

Assim, esta parece ser a realidade dos Arranjos Produtivos Locais, formados segundo Souza e Tanuri-Pianto (2004), por pequenas e médias empresas, com relacionamentos formais e informais entre empresas e instituições, bem como o compartilhamento de uma cultura de um grupo com o ambiente sociocultural local.

Neste âmbito, a interação ou o agir social são conceitos complexos, que podem ser analisados como o emprego do agir e do falar, os quais aparecem como conceitos elementares. Estes últimos surgem em constelações diferentes nas interações mediadas pela linguagem, assim, ela será uma quando a coordenação da ação for assumida pelas forças ilocucionárias dos atos de fala e será outra, quando estes estiverem subordinados à dinâmica extralinguística das influências recíprocas de atores, que agem em função do sucesso.

Logo, as empresas e os circuitos econômicos representam elementos do mercado, pois faz parte, portanto, daquilo que Habermas chama de sistema. Logo, a constelação entre o agir e o falar que eles criam está subordinada às dinâmicas extralinguísticas dos agentes sociais de tais empresas e de tais circuitos, que buscaram, dentro de um contexto de mundo da vida, impor suas razões entre si, assumindo a fala sua função meramente informativa, estratégica, uma vez que tem por finalidade à integração social.

Por outro lado, estas mesmas empresas e estes mesmos circuitos econômicos poderão, no caso do desenvolvimento dos arran-

jos produtivos locais, criarem uma constelação ou arranjo entre o falar o agir, na qual a linguagem assume sua função de integração social, dentro da qual os atores intersubjetivamente buscam uma solução para um problema de coordenação, como, por exemplo: fatias de mercado, de normas de concorrência interna, de desenvolvimento tecnológico, de aperfeiçoamento de pessoal, de aumento conjunto de salários dos trabalhadores da indústria etc. O entendimento, portanto, guia o agir e o consenso é norma, que norteia as ações.

Por entendermos circuito econômico como as relações de troca econômica, que há entre as empresas e entres estas e o mercado consumidor final, temos que os circuitos econômicos não prescindem da sua relação com o espaço, logo essas relações de troca são fundamentalmente espaciais.

Como as empresas de São Bento apresentam características diferenciadas quanto à sua origem e à mecanização, os aspectos empresariais e organizativos, técnicos e produtivos, de relações de produção, de acesso a crédito e a financiamentos, a formas de distribuição e comercialização das mercadorias, de valorização da práxis social, da linguagem e das ações orientadas para o entendimento, entre outras, a capacidade que cada uma tem de se relacionar com outros espaços e de formar circuitos produtivos mais amplos é diferente, dando margem a uma hierarquia de circuitos espaciais da produção, que vão da escala local ao território nacional e internacional.

Com base nas pesquisas de campo e em Carneiro (2006, 2011), nós identificamos a existência, atualmente, de vários circuitos espaciais da produção criados e organizados pelos diferentes circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento e para efeito de descrição e de análise, resolvemos agrupá-los em dois grandes grupos, quais sejam: *Os Circuitos Espaciais da Produção Internos*, subdividido nos Circuitos Espaciais da Produção Local e Circuitos Espaciais da

Produção Regional; Os *Circuitos Espaciais da Produção Externos*, agrupando os Circuitos Espaciais da Produção Nacional e os Circuitos Espaciais da Produção Internacional (**Quadro 3**).

Quadro 3: os circuitos espaciais da produção da indústria têxtil de São Bento. Fonte: pesquisa de campo, 2005.

Circuitos espaciais da produção internos	Circuitos espaciais da produção externos
Circuitos Espaciais da Produção Local	Circuitos Espaciais da Produção Nacional
Circuitos Espaciais da Produção Regional	Circuitos Espaciais da Produção Interna- cional

Fonte: pesquisa de campo, 2005.

À medida que se vai do circuito inferior para o circuito superior secundário, sobe-se na escala dos espaciais da produção, indo do local para o internacional, passando pelo regional e nacional. Os circuitos espaciais da produção nacional e internacional são função direta dos circuitos de fluxos superior secundário, ao passo que os circuitos de fluxos local e regional dividem-se entre os circuitos de fluxos inferiores, seja o formal ou o informal.

Dentro de cada circuito espacial, verificam-se fluxos contínuos em suas diferentes modalidades, conforme o circuito de fluxos dominante, sem, no entanto, estes circuitos não se comunicarem entre si, isto é, o fato de um circuito de fluxos manterem relações com o espaço nacional, não o isola das condições locais, pois verificamos que não há, apenas, relações hierárquicas moldando o espaço de São Bento, mas relações horizontais contíguas, na qual as atividades de diferentes circuitos relacionam-se, mantém ligações funcionais e políticas.

CAPÍTULO 5

AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS MUNDOS VIVIDOS E DOS MUNDOS SISTÊMICOS DOS ESPAÇOS DAS REDES DE DORMIR

AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS MUNDOS VIVIDOS E DOS MUNDOS SISTÊMICOS DOS ESPAÇOS DAS REDES DE DORMIR

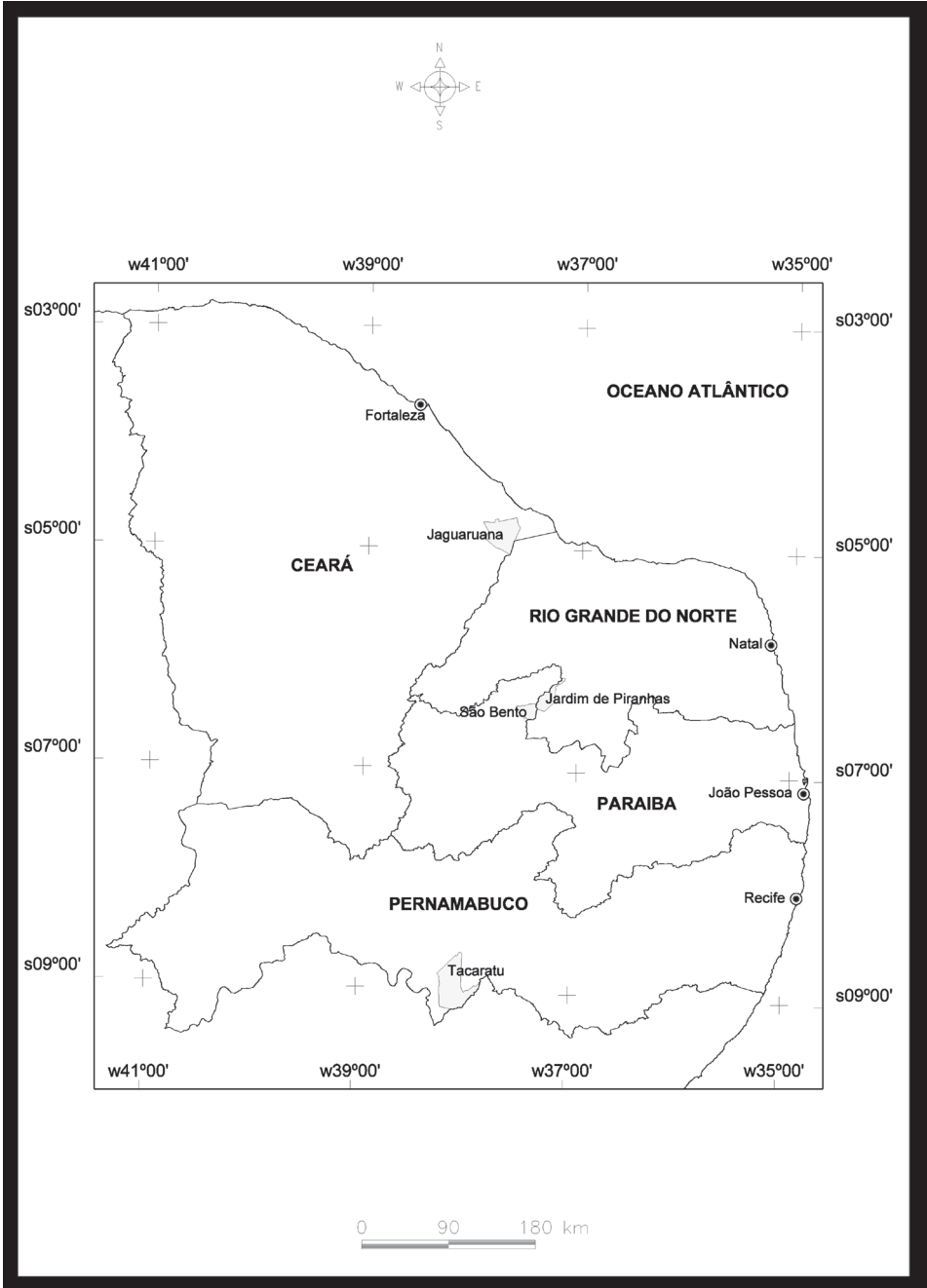
Se busca explicar as diferenças e as semelhanças da produção e da reprodução sócioespacial de São Bento, Paraíba, Jardim de Piranhas, Rio Grande do Norte, Tacaratu, Pernambuco, e Jaguaruana, Ceará (**Mapa 1**), que são os espaços mais dinâmicos produtores de redes de dormir, de mantas, de panos de pratos e outros “produtos substitutos” (PORTER, 1986), da região Nordeste do Brasil, a partir das interações dos seus circuitos de fluxos socioespaciais, incluindo, aqui, os inferiores e os superiores.

As diferenças entre os espaços das redes de dormir, aqui, analisados expressam-se nos seus circuitos de fluxos sociais – atividades produtivas e humanas – e nos seus circuitos espaciais da produção, assim, juntos eles nos dariam a diferença dos lugares, assim como o entende Massey (2008, p. 191, grifo do autor), isto é, “Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e de tempo, como *eventualidades espaço-temporais*”, isto porque tanto os circuitos de fluxos, quanto os circuitos espaciais da produção estão abertos, fluidos, mudam com o tempo.

Neste contexto, Carneiro (2001, 2006), ao propor o estudo conjunto dos *circuitos de fluxos*, incluindo os inferiores e superiores,

aos *circuitos espaciais da produção*, incluindo, também, o local, o regional, o nacional e o internacional e, acrescenta-se, o mundial, levanta com ele o problema da escala, isto é, a da inseparabilidade entre o tamanho e o fenômeno, definindo a escala como problema dimensional e enfatizando a impossibilidade de apreendê-lo diretamente (CASTRO, 2000). Por outro lado, esta perspectiva permite tratar o circuito como um subsistema espacial, já que os mesmos interligam o campo e a cidade, ou seja, o espaço em sua totalidade.

Logo, o uso do conceito *circuito espacial da produção*, isto é, o espaço de ação de uma determinada atividade humana leva-nos a admitir a proeminência do território para o processo de produção em suas diferentes dimensões, assim, consonante Monié e Silva (2003), para eles, ganham relevância o deslocamento do chão da fábrica para ao território, pois este passa a ser integrador do processo produtivo geral, incluindo, aqui, a produção propriamente dita, a distribuição, a circulação e o consumo (SANTOS, 1985)



mapa 1: Espaço das redes: localização relativa de
Tacaratu-PE, São Bento-PB, Jardim de Piranhas-RN
e Jaguaruana-CE.

Na medida em que os circuitos espaciais da produção são locais, regionais, nacionais, internacionais e mundiais, bem como as ações dos circuitos de fluxos sociais, incluindo, aqui, os superiores e inferiores realizam-se diferentemente naqueles que podem admitir à medida que uma atividade produtiva, uma indústria do circuito inferior informal, por exemplo, passa a atuar no circuito espacial da produção regional, indo além do seu circuito espacial da produção local, tendo com isso, um deslocamento ou mudança do “horizonte da situação” (HABERMAS, 1990).

Noutros termos, a presença da natureza ou do sistema das coisas naturais, já é um primeiro momento de diferenciação espacial e a natureza para Ortega y Gasset (1963), ou aquilo que rodeia ao homem é uma circunstância”. Esta *diferenciação objetiva* do mundo realiza-se, em um primeiro momento, lentamente, com a sobreposição ao natural do sistema dos objetos e, em um segundo, de forma acelerada. Assim, como lembra Santos (1996), sempre haverá *diferenciações* a apreender e a analisar, em diferentes graus.

De súbito, a objetividade da diferenciação do mundo acresce-se a *diferenciação subjetiva* deste, isto é, ela é seguida pela diferenciação dada pela presença humana, pois como lembra Bourdieu (1996), “a existência humana em um espaço já é uma afirmação da diferença”. Para Holzer (2000), o espaço objetivo dá-se aos sentidos, ao passo que o espaço subjetivo é produzido a partir das experiências imediatas e prévias. Já Bachelard (2000), por sua vez, fala das diferenciações subjetivas do espaço ao tratar das relações entre nuance e lugar, afirmando é preciso falar como habitamos, como enraizamo-nos, num “canto do mundo”, no nosso espaço vital, de acordo com todas as dialéticas da vida.

Nesse *locus*, a invenção da sociedade é realizada, lentamente, pelos homens em comunhão com os outros homens, construindo

uma diferenciação social, a partir, também, de suas relações com as coisas, com os objetos naturais e com técnicos e entre si, logo sela o tripé da diferenciação espacial, uma vez que o desenvolvimento espaço-temporal das sociedades foi e é marcado por estas três diferenciações. Temos, assim, para um espaço uno e múltiplo, diferenciado, objetivo, social e subjetivamente, um espaço objetivo, um espaço social e um espaço subjetivo, formando uma totalidade espaço-temporal em sua totalização.

Enquanto Jardim de Piranhas e São Bento são municípios contíguos e formam em conjunto uma região, Jaguaruana-CE e Tacaratu-PE são afastadas entre si e com relação à eles. Lembra-nos Hartshorne (1978, p. 16) “o fato de todas as áreas da terra diferirem umas das outras despertam, também, um interesse especial, em qualquer caso, em que áreas separadas se afiguram semelhantes”.

Logo, as ações regidas por normas e se expressam nos municípios das redes de dormir, dentre outras, pela informalidade da economia, pela ilegalidade da produção (incorrecção normativa), que se expressa, dentre outros, no trabalho infantil. Tais ações possibilitam a expansão do agir estratégico ou de influencição e da manipulação, logo e manipular consiste, segundo Breton (1999), “na construção de uma *imagem* do real com a aparência de *ser* a própria realidade”.

Dessa forma, as interações em que os participantes pretendem com seus atos de fala provocar efeitos perlocucionários em seu interlocutor Habermas (2003b, tradução nossa) considera como sendo ações estrategicamente mediadas pela linguagem⁸. Elas po-

8 “Las interacciones [...] en que a lo menos uno de los participantes pretende con sus actos de habla provocar efectos perlocucionarios en su interlocutor las considero como acción estratégicamente mediada lingüísticamente” (HABERMAS, 2003b, v. I, p. 378).

dem ser expressas nos atos de fala dos produtores de redes de dormir do circuito de fluxos superior secundário, que alegam não terem condições de formalizar suas atividades, ainda que em certos casos, o Estado tenha contribuído para tal.

Neste espaço social/produtivo, o trabalho infantil nos espaços das redes está diretamente ligado às atividades dos circuitos de fluxos inferiores, especialmente, do circuito de fluxos inferior informal composto pelas unidades de produção familiar, de unidades de produção doméstica e de micro empresas. Assim, tanto em Tacaratu, Jardim de Piranhas, Jaguaruana e São Bento é elevado o uso de trabalho infantil, sobretudo ligado às atividades do circuito de fluxos inferior informal, formado pelas microempresas e unidades de produção familiar e doméstica, bem como no interior das famílias que prestam serviços pessoais para as fábricas.

Dessa forma, tomando-se a informalidade da indústria têxtil de São Bento como exemplo: esta foi sempre elevada no tempo, acima de 200 empresas, espalhadas tanto pela zona urbana, quanto pela zona rural, o que reafirma a realidade nacional, pois ocorreu um aumento de 10% da informalidade econômica, quando se compara o ano de 1997 a 2003 (BRASIL, 2003).

I. Oliveira (2004) afirma, para Jardim de Piranhas, que o uso do trabalho infantil em sua indústria têxtil está ligado por três condições: a força da ideologia presente no trabalho, na qual as famílias inserem precocemente seus filhos no mercado de trabalho e cuja consequência é a naturalização do trabalho infantil; o trabalho como elemento dignificante do homem, o qual afasta a criança da rua e é elemento de formação da masculinidade, do “cabra macho”, e que favorece a exploração capitalista e a falta de importância dada a escola, o que traz implicações de ordem físicas, morais e psicológi-

cas para as crianças, além de contribuir para o avanço e a manutenção da pobreza local e regional.

Já no que tange a Tacaratu, porém, trata-se de um local produtivo, cujo embrião de um circuito espacial da produção regional foi identificado por Santos e Carneiro (2009), a partir das interações deste município com outros municípios adjacentes, incluindo, de um lado, Petrolândia, a qual através de suas empresas presta serviço à produção de Tacaratu, no que tange a estampagem de algumas mercadorias e, de outro, Paulo Afonso, na Bahia, cujas rendeiras locais fazem bordados nas redes de dormir e demais produtos.

Nesse sentido, a discussão sobre circuitos espaciais da produção de escala regional traz à tona, no âmbito da geografia, a abordagem regional, assim, estamos em acordo com Becker (2003), ao dizer que a capital “ressuscita a região”, seja econômica ou socialmente e o faz a partir, da consideração das diferenças, do diverso, do plural e do heterogêneo.

Logo, tanto em São Bento quanto em Tacaratu nota-se no campo a presença dos objetos técnicos-científicos-informacionais, diretamente, ligados à indústria têxtil, neste caso, o algodão colorido desenvolvido pela EMBRAPA da Paraíba. No primeiro município, a Redes Santa Luzia, empresa do circuito de fluxos superior secundário, planta e terceiriza o seu beneficiamento com a contratação dos serviços de fiações, já no segundo, este processo é feito, artesanalmente, por tecelãs (JERÔNIMO, 2003), em suas empresas do circuito de fluxos inferior informal ou do circuito de fluxos inferior formal.

Das décadas de 1970 a 1990, observa-se em Jardim de Piranhas e Tacaratu o predomínio de uma produção manufatureira e, embora, neste último, município, elas, ainda, existam numericamente, foram suplantadas por máquinas de todo tipo, notadamente,

os teares, dando origem a um novo meio técnico local (SANTOS; CARNEIRO, 2009). Assim, esta mecanização já fora identificada por Castro, Zidanes e Melo (2007), ao afirmarem que, neste lugar, a confecção dos produtos são feitas nestes teares elétricos pela a maioria dos tecelões.

Por conseguinte, esta realidade homogênea e heterogênea, ao mesmo tempo, também, expressa-se na estrutura subjetiva, social e objetiva dos mundos vividos, dos espaços das redes, conforme as articulações destes com os circuitos de fluxos sociais, presentes em cada lugar.

5.1 A estrutura objetiva, subjetiva e social dos mundos vividos dos espaços das redes de dormir

O mundo vivido apresenta uma estrutura tridimensional afirma Habermas (1990a) incluindo, aqui, a cultura, a sociedade e a personalidade, cujo conjunto articulado confirma o espaço. Assim, ambas estão reguladas pelo uso do saber em atos de fala instrumental ou comunicativos. Portanto, pela razão e ação comunicativa e e ação instrumental e estratégica. Logo, estas ações são condições e resultados da busca pela solução dos problemas cotidianos, cujo resultado final seria uma “cofabrição” do sujeito e do lugar, em que a cultura e a ação estão inscritas nesta mesma dinâmica, no dizer de Berdoulay (2002, tradução nossa)⁹.

9 “Mediante la resolución de las tensiones tenemos una cofabricación del sujeto y del lugar. Cultura y acción se encuentran inscritas en la misma dinámica. La acción no es un resultado de la cultura, al contrario, se lleva a cabo en y por la cultura”. (BERDOULAY, 2002, p. 55).

Jardim de Piranhas, Tacaratu, Jaguaruana e São Bento apresentam estruturas espaciais variadas, assim, a estrutura objetiva é visível, sobretudo, a partir dos seus sistemas de objetos, presentes nas empresas e no meio; a estrutura social dá-nos o conjunto das normas locais e a subjetiva, bem como a identidade humana com o lugar, que habita. Neste último aspecto, o uso do trabalho infantil é exemplar desta personalidade local, pois em ambos os municípios está presente, particularmente nas empresas do circuito de fluxos sociais inferiores. Segundo Campos e Francischini (2003, p. 121), em Jardim de Piranhas este tipo de trabalho no interior das fábricas é decorrente da pobreza generalizada, do baixo grau de regulação do trabalho e da elevada desorganização sindical, expresso na ausência histórica de sindicatos.

Neste sentido, este horizonte do mundo vivido local e regional não impede, porém, que a feira de redes de dormir de São Bento fixe-se na memória das pessoas, que a frequenta semanalmente pelo consumo. Seguindo Bourdin (2001), pode-se dizer que o sucesso dos “lugares de memória” traduz-se, sobretudo, nas formas de consumo. Dessa forma, percebem-se tais lugares em São Bento e Tacaratu, com mais intensidade no primeiro, quando se compara a feira de redes e produtos substitutos, que se realizam em seus territórios. A feira da pedra (**fotos 1, 2, 3, 4 e 5**), por suas dimensões espaciais, seja a física ou a da comercialização, então, fixa na memória dos viajantes como: a “feira da pedra” ou a “maior do Brasil”.



foto 1: “Feira da pedra” de São Bento-PB: aspecto geral. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.



foto 2: “Feira da pedra” de São Bento-PB: chapéus sendo comercializados por feirante de Caicó. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.



foto 3: “Feira da pedra” de São Bento-PB: conjuntos para cozinha comercializados por feirante de Jardim de Piranhas. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.



foto 4: “Feira da pedra” de São Bento-PB: conjuntos para cama comercializados por feirante Jardim de Piranhas. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.



foto 5: “Feira da pedra” de São Bento-PB: panos de prato comercializados por feirante de Jardim de Piranhas. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.

Apesar da informalidade existente na feira, a indústria de redes formaliza-se cada vez mais. Assim, a Cooperativa de Produtores Têxteis de Jardim de Piranhas (Cooptêxtil), foi criada em 2007 com 29 cooperados, a partir de um grupo de empresários, já organizados em uma Associação – a ASITEX (COOPTÊXTEL, 2007, p. 7). Baseado na produção de panos de prato, a indústria têxtil de Jardim de Piranhas o SEBRAE (2007), revelou que esta cidade é o maior polo do ramo no Nordeste, exigindo investimentos no setor.

Para Bezerra, Santos e Silva (2001), o sistema de produção têxtil de Caraibeiras dá-se através da terceirização e da utilização da mão-de-obra doméstica. Esta terceirização refere-se à enorme utilização dos serviços pessoais das feiteiras para o acabamento das mercadorias. Assim, estes dois caracteres estão presentes em São Bento e Jardim de Piranhas.

Ainda nesse pensar, em São Bento e Jaguaruana evidenciam-se articulações de suas áreas rurais e urbanas, pela concentração maior das atividades dos circuitos de fluxos sociais de redes de dormir. Logo, localizarem-se espacialmente bem como por encontrarem-se difusas naqueles, ao passo que em Tacaratu nota-se uma submissão da cidade ao campo, em função da concentração industrial nesta área e sua ausência naquela.

Assim, consoante a Veiga (2000), para o momento presente do Brasil, embora as atividades primárias estejam muito mais presentes nas zonas rurais, não significa que as atividades secundárias e terciárias estejam muito mais recorrentes na zona urbana.

Portanto, há enorme desconfiança e individualidade entre os produtores de São Bento, Jardim de Piranhas e Jaguaruana, o que revela a forte presença da razão e ação instrumental e estratégica nos espaços das redes, apesar da construção de Associações e das Cooperativas nestes municípios. Como ilustra Pessoa (2003), para Jaguaruana cujos produtores mais bem sucedidos fundaram uma cooperativa, mas que as relações de desconfiança entre os seus membros a tornaram inviáveis. Santos, Diniz e Barbosa (2004) argumentam que uma *cooperação multilateral*, aquela coordenada por uma instituição representativa de associação coletiva, com autonomia decisória, a exemplo de uma Cooperativa para funcionar de forma adequada, ou seja, pode depender da proximidade local, do elevado nível de confiança e do senso de comunidade.

Tanto em Jaguaruana quanto em Jardim de Piranhas e São Bento, as Associações de produtores e de Cooperativas são formadas pelas empresas de médio e de grande porte local, as que formam o circuito de fluxos superior secundário e agem no circuito espacial da produção nacional, ou mesmo no circuito espacial da produção internacional, não contemplando as pequenas empresas, aquelas que

formam o circuito de fluxos sociais inferiores formais e informais, além de agirem no circuito espacial da produção local ou regional.

Conforme assinala Pessoa (2003), após o Plano Real em Jaguaruana, onde o preço das mercadorias produzidas, particularmente, das redes de dormir, não acompanhou o aumento causado pela elevação dos preços em geral. Tal fato, também, observa-se em São Bento e Jardim de Piranhas, cujo preço do fio de algodão, principal insumo industrial local, tem aumentado, na última década, mas cujo percentual não tem sido acrescido aos produtos finais.

Dessa forma, a “aproximidade no espaço social”, predispõe as pessoas a serem ao mesmo tempo mais próximas, segundo Bourdieu (1996). Este fato deveria levar os trabalhadores dos espaços das redes a se unirem, no entanto, em nenhum município há sindicatos, que possam proteger a vida dos operários fabris, bem como seus mundos subjetivos, sociais e objetivos. Concordamos, assim, com Smith (2002, tradução nossa), para quem a fragilidade das relações sociais se expressa no espaço, mas também, a produção deste espaço é um meio para a construção das diferenças sociais e das fragilidades sociais¹⁰.

Observam-se, em Tacaratu, algumas diferenciações linguísticas nas terminologias empregadas para definir as tarefas produtivas, que se diferenciam dos demais municípios, assim, o que lá se chama de “enrocadeira”, em São Bento e Jardim de Piranhas, atribuem-se o nome de “conicaleira”, ou seja, uma máquina cuja função é produzir cordões finos para serem usados na elaboração das varandas das

10 “No sólo es la fragilidad y transitoriedad de las relaciones sociales contemporáneas expresa ‘en’ el espacio, la producción del espacio es cada vez más el medio/recurso a través del cual la diferencia social se construye e se reconstruye”. (SMITH, 2002, p. 134.

redes de dormir. Estas diferenciações conservam o conteúdo cultural local mediante os processos de socialização e intersubjetividade, pois são transmitidos temporalmente.

Assim, o meio técnico-científico-informacional maquinofatureiro de Jardim de Piranhas teve sua origem na década de 1980, quando se começava a alterar a base tecnológica empregada na produção. Em outras palavras, os teares manuais começam a ser substituídos por teares elétricos, ainda que antigos e de segunda mão, uma vez que provinham das indústrias têxteis da Região Sudeste do Brasil.

Logo, os objetos técnicos-científicos-informacionais se fazem presente nas empresas têxteis de Jardim de Piranhas, assim como no seu espaço, de forma incipiente. O caso do microcomputador e dos serviços online expresso no uso de sites e e-mails, ainda, é pequeno, mas já se fazem presentes. Assim, as empresas Enxutex, Decorabem e Tecelagem Silva, dentre outras, já dispõem de sites próprios. Em termos de maquinários, poucas empresas possuem equipamentos considerados modernos.

Com a participação das empresas na ASITEX e COOPTÊXTIL, muitas melhorias foram verificadas em Jardim de Piranhas. Assim, houve facilidade de acesso a crédito e que até, então, não havia, melhorias na gestão empresarial, ampliação da eficiência produtiva através da implantação dos cursos de capacitação, os quais, neste caso, atenderam 120 costureiras no ano de 2006 (SEBRAE, 2007, p. 111). Como assinala Boisier (2001, tradução nossa)¹¹, o conhe-

11 “La necesidad de adquirir permanentemente nuevo conocimiento se convierte en un imperativo para quien dirige una empresa tanto como para quien dirige un gobierno territorial o un organismo de fomento del desarrollo así como, en ultimo termino, para cualquier individuo” BOISIER, 2001, p. 10.

cimento novo é um imperativo para os dirigentes empresais, para os governos territoriais, bem como para qualquer pessoa, assim, esta realidade revela a introdução da tecnologia nos espaços das redes, já que todos eles.

Muitos dos resultados das ações humanas divergem dos fins, que os homens aspiram em função das determinações das circunstâncias, como bem assinalou Heller (2000). Neste contexto, aconteceu com a ASITEX (**foto 6**), em Jardim de Piranhas, cujas aspirações de cooperação não apagaram, até o momento, as ações instrumentais de competição entre os associados, assim, diz o presidente da ASITEX: “continuamos concorrendo, mas estamos unidos” (SETOR TEXTIL, 2007). O mesmo aconteceu com o Consórcio de Redes de São Bento, cujo objetivo de exportação não logrou passados oito anos de sua criação (Informação verbal)¹². O espaço aparece deste modo, por meio do processo de produção como unificador e, ao mesmo tempo, separador dos homens, no dizer de Santos (1982b).

12 Informação obtida junto a produtor associado a este consórcio em abril de 2009.



foto 6: Jardim de Piranhas-RN: Sede da ASITEX no centro da cidade. **Fonte:** Rosalvo Nobre Carneiro, 2008.

5.2 Os circuitos de fluxos socioespaciais dos espaços das redes de dormir e seus mundos sistêmicos do mercado

Na década de 1960, foram feitas e vendidas, anualmente, mais de 650 mil redes, em 378 fábricas reais no Norte brasileiro, conforme relato de Cascudo (2003). Esta descrição denota bem o atual estágio produtivo das redes de dormir, pois apenas no município de São Bento a produção média anual de 34 tecelagens em 2001, chegou a 1000.000 de redes de dormir. A descrição de Egler (1984), para São Bento, no final da década de 1970, revela que um bom tecelão, em seu tear de madeira, executava em média 12 redes/dia do tipo comum.

A partir de 1980, o artesanato em Tacaratu expandiu, acentuando-se, cada vez mais, a substituição da incipiente lavoura co-

mercial por atividades não-agrícolas, segundo relatos de Selva (2003 apud SELVA e BICALHO, [2006]). Assim, a substituição deu-se pela introdução do tear elétrico aumentando, consideravelmente, a produção pelo aumento do número de grandes tecelões e comerciantes de fios, que ampliaram a produção pelos sítios, controlando o processo produtivo, de acordo com Selva e Bicalho, [2006]).

Em São Bento, este controle comercial da produção deu-se pela “atividade de troca de fio por rede pronta”, segundo Rocha (1983), nas primeiras décadas do século XX, durante o predomínio do que Carneiro (2006), definiu como o *período técnico artesanal* local.

De acordo com Pessoa (2003), os produtores informais de Jaguaruana comercializam seus produtos basicamente em Fortaleza, ao passo que os de Jardim de Piranhas e os de São Bento os fazem na “feira da pedra”, realizada nas segundas-feiras, neste município paraibano. Tal feira é destino, também, dos produtores de Caicó, do Rio Grande do Norte, de Catolé do Rocha, de Paulista, de Brejo do Cruz, de Pombal e de Aparecida, ambos localizados na Paraíba, enfim, dos produtores que atuam no circuito espacial da produção regional da indústria têxtil de São Bento (CARNEIRO, 2006).

Como assinala Pessoa (2003), para Jaguaruana, os cursos oferecidos pelo SEBRAE para capacitação da mão-de-obra visando auxiliar o arranjo produtivo local, não são acessíveis a todos os produtores. Carneiro (2006), mostrou que este fato, também, tem verificado em São Bento e pode ser visto hoje, também, em Jardim de Piranhas e Tacaratu, cuja pequena parte dos produtores tem acesso aos serviços à produção, ofertados pelas instituições governamentais.

Assim sendo, as empresas do circuito de fluxos superior secundário encontram-se formando as associações de produtores em São Bento, Jaguaruana e Jardim de Piranhas. Em ambos os casos, a produção local passa a ser normatizada pelas instituições estatais,

que apregoam com a teoria dos arranjos produtivos locais modelos semelhantes de desenvolvimento local. Logo, ocorrem treinamentos, cursos de capacitação sobre custos, sobre gestão, cooperativismo e outros através do SEBRAE e outros parceiros institucionais.

Em Jaguaruana, identificam-se inter-relações entre produtores ligados à Associação dos Fabricantes de Redes de Dormir de Jaguaruana (ASFARJA) (SCIPIÃO, 2004), o mesmo ocorrendo em São Bento e Jardim de Piranhas. No caso de São Bento, nota-se maior articulação entre produtores do circuito superior secundário e os do circuito inferior informal e formal em função da terceirização de parte da produção, neste caso com o fornecimento de fios e tintas e sua troca por mercadorias. Este processo, iniciado na década de 1960, em São Bento, quando da introdução e da expansão das manufaturas, como também consolidado na década de 1970, com a mecanização produtiva, exemplifica a dependência do circuito inferior frente ao circuito superior da economia (SANTOS, 1979).

Enquanto às ações de entendimento cumprem à função reprodutiva dos componentes simbólicos do espaço, às teleológicas reproduzem a materialidade deste (HABERMAS, 2003a). Assim, os circuitos de fluxos sociais que, em um dado contexto, serve para destruir as tradições culturais, as formas de solidariedade e as personalidades em outros, contribuindo para sua preservação de tal modo, que é possível admitir com Bachelard (2000, p. 31) que “o espaço convida à ação, e antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lava”.

Para tanto, é bastante variável o período de surgimento das empresas do polo têxtil de Jardim de Piranhas. Tal surgimento deu-se em conformidade com as mudanças espaciais ocorridas em suas adjacências e de âmbito nacional, responsáveis pelo desenvolvimento técnico, espacial e social desigual. Em Tacaratu, por sua vez, ob-

serva-se uma uniformidade, quanto ao intervalo de ano de criação das empresas.

A maioria das tecelagens de Jardim de Piranhas concentra-se na área urbana do município, afetando, indiretamente, o campo, pois são poucas as empresas que aí se localizam. Em São Bento, suas indústrias fragmentam suas atividades de produção e de acabamento nos sítios, isto é, à área rural do município, onde se localiza o restante das empresas locais, bem como para os diversos municípios dentro do seu circuito espacial da produção regional. No caso de Tacaratu, a produção limita-se praticamente ao distrito de Caraiibeiras, ficando algumas partes do acabamento, como pintura e bordados, divididos entre Petrolândia e Paulo Afonso, respectivamente.

No que diz respeito à comercialização das mercadorias de Jardim de Piranhas, há um circuito espacial da produção nacional, cujos fluxos avançam por todo o território nacional, embora com menor intensidade para a Região Sudeste e Sul do país, o que tem a ver, em grande parte, ao tipo de produto fabricado, neste município, norte-rio-grandense, o pano de prato e a concorrência de grandes empresas do circuito superior não-hegemônico do ramo têxtil. A este respeito descreveu Cascudo:

Para as raias de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul *o clima não favorecia o embalo e sim a dormida fixa*, perto do lume aquecedor, esteira de couro de boi ou de outro animal, conservando a pelagem inteira, mantendo aquecimento mais duradouro (2003, p. 33, grifo nosso).

O sul do país ainda, hoje, é um mercado pouco atrativo para o balanço das redes de dormir, mas importantíssimo, porém, para as mantas ou cobertores.

Por outro lado, comercializando através de seus redeiros para os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, as empresas do circuito de fluxos superior secundário de Jardim de Piranhas filiadas à ASITEX atuam, também, em um circuito espacial da produção internacional, ainda, que por meio de comercialização direta, sem exportação.

A comercialização da produção nos espaços das redes, portanto, é feita, sobretudo, pelos redeiros, representantes das empresas, pelas lojas da fábrica, pela internet, bem como pela venda direta e por telefone. Então, percebe-se, pois, diferentes formas/práticas comerciais, multiplicada pelo sistema de entrega das mercadorias por meio de transportadoras de outras cidades e de transporte próprio do empresário. O turismo nacional é uma atividade motriz desta comercialização, assim, em cada região ou estado os redeiros são atraídos pelos períodos de atratividade econômica ou cultural como: festas e turismo.

Nesse sentido, em sintonia com Martin e Benito (2009), pode-se dizer que o turismo está longe de ser uma ocupação do tempo livre é, especialmente, uma atividade econômica resultante da transformação do espaço em mercadoria de uso e consumo¹³.

Deste modo, para Maillat (2002), certas regiões tornam-se mais atrativas do que outras, pela importância que tomam as novas tecnologias de informação e de comunicação. Neste particular, São Bento dispendo de sistemas de telefonia móvel da OI, TIM, VIVO e CLARO, tem apresentado vantagens locais frente a Jardim de

13 “El turismo no es sólo un modo de ocupación del tiempo libre, sino una importante actividad económica que resulta de la transformación del espacio en mercancía de uso y consumo” (MARTÍN e BENITO, 2009, p. 443).

Piranhas e Tacaratu, que não as possui, limitando-se a telefonia fixa.

É assim que a informação aparece como servindo ao consumo e esta relação reforça como um dado explicativo do espaço e consoante Carlos (1996), a infraestrutura fundamental ao processo de produção aparece como sendo capaz de diferenciar os lugares do ponto de vista de sua competitividade regional.

Assim, em termos da elaboração de uma estratégia de competição, lembra-nos Porter (1986), que a sua essência é relacionar uma companhia ao seu meio ambiente, a seu meio geográfico, preferimos dizer. Tal ação envolve um esforço extraordinário em duas direções, uma primeira ligada ao agir comunicativo, ou seja, pressupõe a busca interna a este meio para esta formulação, a segunda, estaria, externamente, situada e amparada no agir instrumental, senão também no agir estratégico. Nos espaços das redes, nenhum dos dois esforços tem prevalecido, no primeiro, em função da razão instrumental ter suplantado a razão comunicativa, logo a cooperação ter cedido lugar à competição e, no segundo, pela presença-ausente dos Estados, seja o municipal, o estadual ou o federal, ou melhor, de sua não intervenção no desenvolvimento industrial e local. Recentemente, assiste-se a uma presença estatal e de suas instituições na construção destas estratégias competitivas, em maior ou menor intensidade, conforme os lugares e o jogo de forças políticas nele presentes.

5.3 O poder político como intermédio entre os mundos vividos e os circuitos de fluxos socioespaciais dos espaços das redes de dormir

Considerando a presença do Estado e a sua relação com a indústria, cabe destacar, aqui, Porter (1986), para quem o governo

pode limitar ou impedir a indústria com controles dos mais diversos. Deste modo, a atuação estatal nos espaços das redes de dormir é exemplar, pois tal ação inibiu a atividade têxtil em Pedro II, em função do “rigor do fisco” (ARAÚJO, 1985) e, contribui para o seu crescimento em São Bento dada à existência passada de certa “benevolência fiscal” (ROCHA, 1983).

De modo mais sutil, estariam controles como padrões de poluição do ar e da água e índices de segurança e de eficiência do produto, para Porter (1986). Particularmente, hoje, com as questões de geografia econômica ambiental, estas intervenções do Estado tornam-se cruciais para a entrada de novas empresas em uma indústria. A Monkey Têxtil S.A, de Jardim de Piranhas, por sua proximidade ao Rio Piranhas e, por ser uma empresa do circuito de fluxos superior secundário, teve que arcar com os custos de instalação de uma estação de tratamento de efluentes (**foto 7**).

Por fim, para fazer frente às restrições governamentais, quanto aos seus investimentos. Em longo prazo, porém, tais custos deverão transformar-se em lucros, especialmente, quando seu produto estiver diferenciado no interior da indústria.



foto 7: Jardim de Piranhas-RN: estação de tratamento de efluentes da Monkey Têxtil S.A.. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2008.

A indústria têxtil de Jardim de Piranhas possui um elevado potencial de geração de resíduos sólidos e químicos. Dentre as etapas de maior potencial de geração desses resíduos, estão as etapas de tecelagem e de corte do tecido, gerando um montante significativo de pelos buchas e de retalhos, originados da fiação, da tecelagem e do corte do tecido, respectivamente. Por isso, a cidade vem sofrendo com o grande impacto da geração desordenada desses resíduos e o despejo em locais inapropriados. Neste contexto, cabe-nos citar Sábato (1993), ao dizer que, ironicamente, o homem é o primeiro animal, que está destruindo a si próprio, apesar de ter sido o primeiro a criar seu próprio meio.

Dessa forma, as instituições parceiras dos arranjos produtivos locais dos espaços das redes têm incentivado a construção de vantagens competitivas semelhantes, o que representa à adoção de metodologia proposta pelo SEBRAE, dentre as quais à *diferenciação*

do produto. Esta diferenciação significa para as empresas o desenvolvimento de um sentimento de lealdade em seus clientes (PORTER, 1986). Neste particular, destaca-se em São Bento, a marca Redes Santa Luzia e em Jardim de Piranhas, a marca Monkey Têxtil S.A., em Tacaratu, a marca Cooperativa dos Artesãos Têxtil de Tacaratu (**foto 8**) e, em Jaguaruana, a marca ASFARJA.



foto 8: Tacaratu-PE: Cooperativa dos Artesãos Têxtil de Tacaratu, localizada no distrito de Caraibeiras. Fonte: Rosalvo Nobre Carneiro, 2009.

Tudo isso, porém, passa pelo investimento, pelo dinheiro e, assim, cabe dizer com Santos (2006), que há no território “zonas de condensação” e “zonas de rarefação do dinheiro”. Este símbolo do mundo sistêmico sendo, também, um definidor da diferenciação espacial. Desta forma, nos espaços das redes nota-se a presença diferencial das agências bancárias. Em Jardim de Piranhas, não há bancos, em Tacaratu, há uma agência do Banco do Brasil e, em São Bento, além deste há o Bradesco.

Por conseguinte, a presença dos bancos é representativa da dinâmica econômica local, o que reflete o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município formador do espaço das redes (**Gráfico 2**). Assim, percebe-se que o maior PIB, medido em dólares, no período de 2002 a 2005, é o de Jaguaruana, revelando a importância de suas exportações de produtos primários e têxteis, seguido por São Bento, Jardim de Piranhas e Tacaratu. Nota-se um avanço, deste último, frente a Jardim de Piranhas, cujos dados revelam uma aproximação significativa dos PIB no ano de 2005.

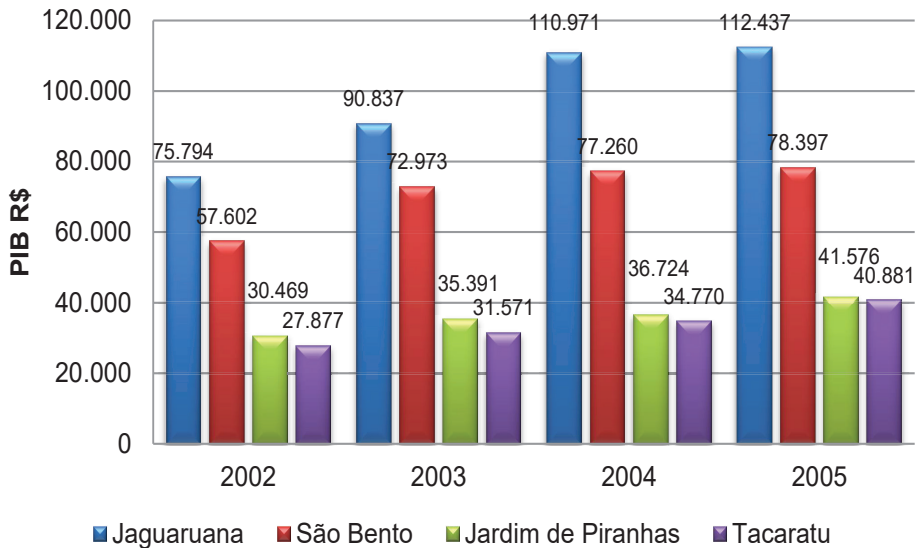


gráfico 2: Espaço das redes: Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2002 a 2005.

Fonte: Adaptado de Brasil (2007d).

Comparativamente ao período de 1999 a 2002 (**Gráfico 3**), porém, nota-se que Jaguaruana e São Bento mantém suas tendências ascendentes do PIB, ao passo que Jardim de Piranhas e Tacaratu apresentam queda no período de 2001 a 2000. Por outro lado, este município pernambucano, cujo PIB no intervalo de 1999 a 2002, foi mais elevado, que o município norte-rio-grandense, pois foi ultrapas-

sado por este no período de 2002 a 2005. O destaque no período de 1999 a 2004 foi São Bento, cujo PIB muito próximo ao de Jardim de Piranhas e de Tacaratu, entre 1999 e 2002, distanciou-se dos mesmos entre 2002 e 2005.

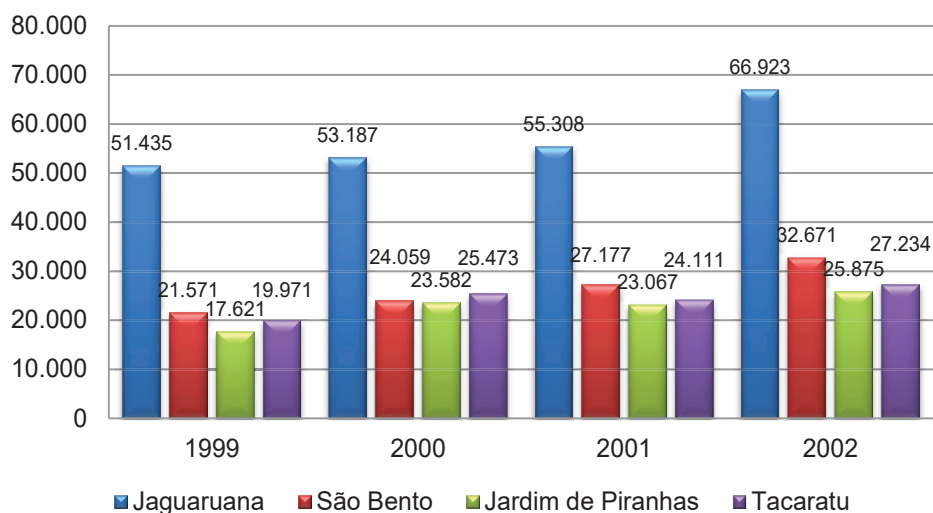


gráfico 3: Espaços das redes: Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1999 a 2002.

Fonte: Adaptado de Brasil (2005d).

Uma das atividades básica do SEBRAE, em seus projetos de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, é o fortalecimento do associativismo, assim, por exemplo, no caso de Tacaratu, ele buscou, segundo Jerônimo (2003), organizar e capacitar grupos de empreendedores e de empresários em formas associativas do trabalho. Neste sentido, nota-se que o mundo vivido dos espaços das redes tem passado por uma reconfiguração sistêmica, com a subordinação do agir comunicativo à razão instrumental. Deste modo, no dizer de Santos (1982b), hoje, e daqui para frente, é analisar o espaço e sua evolução sem considerar o papel do Estado.

Todavia, se considerarmos a origem da industrialização dos espaços produtores de redes dormir do Nordeste, veremos que nasceram sozinhas, sem apoio institucional, superando as próprias dificuldades em cada contexto existentes (MELO, 2006). Assim, a industrialização têxtil de Jardim de Piranhas ocorreu, de acordo com Ramos et. al. (2007), sem crédito, sem investimentos especiais em infra-estrutura e sem qualquer apoio tecnológico

Desse modo, não é possível analisar como o mundo sistêmico invade o mundo vivido de todos, se não considerar como o Estado e suas instituições apresentam nele e agem sobre ele. A criação de associações e de consórcios de exportação nos espaços das redes de dormir favorece a orientação das ações dos agentes locais por fins e sucessos ilocucionários, pois estes só podem ser atingidos em ambientes cooperativos. Fins e sucessos ilocucionários são aqueles, segundo Habermas (1990a), que ultrapassam a compreensão do que é dito nos atos de fala, sendo-os reconhecidos como verdadeiros.

Noutros termos, a institucionalização da produção nos espaços das redes traz consigo para o mundo vivido dos seus membros, um conjunto de normas internas dentre as quais à adoção, por parte dos agentes sociais, do *enfoque performativo* da segunda pessoa, na qual os falantes e ouvintes, deste mundo, defrontam-se reciprocamente (HABERMAS, 1990a).

Ainda neste contexto, os sujeitos capazes de linguagem e de ação, do horizonte de seu mundo da vida devem “se relacionar com algo” no mundo objetivo, quando quiserem conseguir “algo” nas relações práticas (HABERMAS, 2002). Assim, é a relação dos empresários com os governos, pois o pleito de apoio governamental é mediado pelo sistema de objetos. Da mesma forma, dá-se a relação entre os trabalhadores e os empresários e, destes, entre si.

Para Becker (2003), e seguindo esta argumentação, os processos de desenvolvimento regional dependem hoje, diretamente, do envolvimento social das comunidades na resolução dos conflitos e na projeção para o futuro. Logo, tal fato é observável nos espaços das redes, demonstrando assim, a importância do entendimento mútuo, portanto, a valorização do agir e da razão comunicativa.

CAPÍTULO 6

OS CIRCUITOS DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS E OS “ESPAÇOS DAS REDES DE DORMIR” DO NORDESTE BRASILEIRO

OS CIRCUITOS DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS E OS “ESPAÇOS DAS REDES DE DORMIR” DO NORDESTE BRASILEIRO

As interações socioespaciais ou o que Bourdin (2001) chama de “vínculo social” fundamentam-se em três grandes dimensões, a saber: as complementaridades e a troca mediadas pela divisão do trabalho social; o sentimento de pertença à humanidade, o qual serve como reforço para os vínculos com outros seres humanos e o viver junto, ou partilhar a mesma cotidianidade, já que revela o papel da proximidade.

De outro modo, estas interações dão-se nos circuitos de fluxos socioespaciais, isto é, numa articulação entre os circuitos de fluxos sociais, ou seja, o movimento e as interações do sistema de objetos e de ações gerais da sociedade e particulares das empresas, de instituições e de pessoas e os circuitos espaciais da produção ou a área de abrangência destas interações.

Para tanto, estes circuitos de fluxos socioespaciais dão-se na escala local, regional, nacional e internacional de modo diferenciado nos espaços das redes, assim, concordamos com Haesbaert (2002), ao dizer que nenhuma escala e os inúmeros tempos podem

ser excluídos na análise espacial e com Brandão (2003), quando afirma que as “escalas intermediárias” ganham nova importância na fase atual do capitalismo.

Neste ambiente, para Santos (1979, p. 37), o circuito inferior é articulado com a cidade e a sua região, enquanto que o circuito superior se articula fora da cidade e de sua região. Todavia, não é o que se passa mais, contemporaneamente, pois o circuito inferior dos espaços das redes, por exemplo, se articula com o mundo, particularmente em Tacaratu.

6.1 Os circuitos de fluxos socioespaciais de interações local e regional

Trabalhando em sua maioria em galpões de suas moradias, os tecelões, da Associação Ativa dos Tecelões de Caraibeiras-PB, conforme relato de Castro, Zidanes e Melo (2007), uma parte importante encontra-se concentrada, porém, em uma única rua, favorecendo-se das relações face a face. Por esta razão, talvez, em Tacaratu identifica “um circuito econômico dentro do município” incluindo todas as etapas do processo produtivo, da fabricação dos equipamentos à tecelagem e comercialização (SELVA e BICALHO, [2006]). Tem-se, assim, o seu circuito espacial da produção local, delimitado, territorialmente, às fronteiras municipais.

Além deste, o embrião de um circuito espacial da produção regional forma-se em Tacaratu-PE, à medida que esta produção extrapola os limites do seu município, ao agregar ao sistema produtivo, os municípios de Petrolândia-PE, sendo que este fornece serviços de tinturaria às mercadorias de Tacaratu-PE, e Paulo

Afonso-BA, serviços de renda e de bordados (Informação verbal)¹⁴.

Para Habermas (1990), as pretensões de validade (verdade proposicional, correção normativa, veracidade subjetiva) são minadas em contextos de agir estratégico, neste caso, o pressuposto da orientação é suspenso e substituído por condições de sanção. Assim, a dissolução do pano de fundo é substituída pela estrutura-se-então da ameaça. Então, esta estrutura manifesta-se nos espaços das redes, em ameaças de demissão aos empregados, que trabalham sem carteira assinada, as maiores vítimas destas ações estratégicas, particularmente em São Bento, com relação às feiteiras, por seu elevado número e da rivalidade ampliada, que há em seu circuito espacial da produção regional (**Mapa 2**).

14 Dados obtidos em pesquisa de campo, realizada em fevereiro de 2009 em Tacaratu.



de redes de dormir do Brasil. Fonte: Carneiro (2011).

Assim, as racionalidades das economias informais, conjugam dados comunitários, históricos e culturais, que segundo Zaoual (2006) soa incompatíveis com as leis econômicas. Estas racionalidades congregam, do nosso ponto de vista, a razão comunicativa, que busca a solução para os problemas, que afetam o lugar, a partir do entendimento mútuo, amparado na argumentação sem violência. Acerca de este pensar, Becker (2003, p.40), reforça:

Assim, os distintos processos de desenvolvimento regional passaram, de uma hora para outra, a depender, diretamente, das diferentes dinâmicas de envolvimento social das comunidades na resolução dos conflitos e contradições do desenvolvimento passado e nas definições dos rumos do desenvolvimento futuro.

Assim sendo, consoante o autor, isto explica o porquê do fortalecimento das ações comunicativas nos espaços das redes mediado pelo Estado e suas organizações.

Já para Carneiro (2006), Jardim de Piranhas tornou-se produtor de redes de dormir a partir da difusão da indústria têxtil de São Bento. Para Carneiro e Sá (2005), estas técnicas e as tecnologias foram difundidas pelo circuito espacial da produção regional de São Bento, destacando-se Brejo do Cruz e Paulista, na Paraíba, como importantes centros maquinofatureiros de redes de dormir e de produtos substitutos, fato, também, assinalado por Alencar Júnior (2002).

Neste pensar, os depósitos de máquinas e de acessórios de Jardim de Piranhas, Tacaratu e São Bento, prestam serviços à produção para os circuitos de fluxos de suas indústrias têxteis. Em ambos os casos, Americana aparece como centro fornecedor de insumos, obtidos de segunda mão, no caso, dos teares, como demonstram Carneiro (2006), para São Bento, Santos e Carneiro (2009), para Tacaratu e Jardim de Piranhas e Aquino (2006), para Jaguaruana.

Dessa forma, o depósito de máquinas de Jardim de Piranhas comercializa para empresas localizadas no estado do Maranhão-MA, Tacaratu, Fortaleza-CE, Itaporanga-PE, na Paraíba, São Bento, Brejo do Cruz e Paulista, conformando um circuito espacial da produção regional. As empresas de São Bento foram responsáveis pelas vendas da maior parte dos equipamentos existentes nas indústrias têxteis do seu circuito espacial, da produção regional, ao passo que em Tacaratu, o depósito de máquinas comercializa apenas localmente, pois sua indústria é concentrada no distrito de Caraibeiras-PE, não se espalhando por uma região, como acontece na área de contato entre São Bento e Jardim de Piranhas.

Assim, “o agir comunicativo está embutido num mundo da vida, responsável pela absorção dos riscos e pela proteção da retaguarda de um consenso de fundo” (HABERMAS, 1990, p. 86), e se expressa nas feiras livres de redes de dormir em São Bento e Tacaratu, através da confiança entre os feirantes e os consumidores através das vendas a prazo e na aceitação de cheques sem consulta prévia. Os feirantes de Jardim de Piranhas realizam as vendas de suas mercadorias na feira da pedra em São Bento, porém o que os diferencia quanto ao acesso a matérias-primas, é que estes as adquirem, exclusivamente, neste município, ao passo que aqueles além de São Bento, compram em Caicó e Fortaleza. Já Tacaratu mantém interações comerciais mais fortes com Petrolândia, que congrega seu circuito espacial da produção regional e Recife.

Portanto, a comercialização por outro lado, é realizada, exclusivamente, na feira de Caraibeiras pelos feirantes de Tacaratu e na feira da pedra pelos de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz, ao passo que alguns dos feirantes de São Bento e Jardim de Piranhas comercializam em outras feiras regionais. No entanto, observa-se a importância da “feira da pedra” no cenário regional da Paraíba e Rio

Grande do Norte para os feirantes regionais, tendo em vista que a grande maioria dedica-se a comercializar, exclusivamente, nesta feira. Neste sentido, a prática da pechincha, é para Santos (1979) um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior.

Por conseguinte, a comercialização das redes de dormir pelos redeiros e corretores de São Bento e Jardim de Piranhas é acompanhada pela venda de outros produtos, tais como: bonés, carteiras e cintos. Em Brejo do Cruz, o espaço é derivado da difusão da técnica da indústria têxtil de São Bento, esta realidade emerge da crise na comercialização da rede, ao crescente aumento no preço do fio, cujo custos adicionais foram repassados ao preço final da rede de dormir (DUTRA, 2006).

Assim, “os lugares são centros aos quais atribuímos valor” (TUAN, 1983, p. 4). Logo, tais necessidades são satisfeitas de forma extremamente precária no período de viagem, momento em que se come qualquer coisa e se descansa em qualquer lugar, geralmente, nos postos de combustíveis. Assim sendo, os redeiros e corretores são agentes sociais cujos sistemas de objetos que partilham e sistema de ações, que realizam, modificam-se em função da sua permanência em seu município/lugar e viagem por outros municípios do país/espaço. Para Santos (1979), o vendedor de rua é menos dependente dos consumidores, pois sai à procura, aproveitando ao máximo a ocasião.

Como assinala Santos (1979), diferentemente do circuito inferior, cuja integração de suas atividades dá-se espacialmente as do circuito superior integram-se as atividades de uma cidade de nível superior, no país ou no exterior, o que nos remete às interações entre mundo vivido e circuitos de fluxos socioespaciais de atuação na-

cional e internacional. Por outro lado, como assinala Silveira (2008, tradução nossa) nestes tempos de “pobreza estrutural”, a pobreza produzida no circuito inferior é condição de compreensão da riqueza gerada no circuito superior¹⁵.

6.2 Os circuitos de fluxos socioespaciais de interações nacional e internacional

O que caracteriza os circuitos de fluxos socioespaciais nacionais e internacionais dos espaços das redes é o porte, relativamente, grande de suas empresas. Assim, em São Bento destaca-se a Redes Santa Luzia com a produção de redes de dormir, a partir do algodão colorido e em Jardim de Piranhas a Monkey Têxtil S.A e a Tecelagem Crystal, especializadas na tecelagem de tecidos brim e de panos prato, respectivamente. Neste sentido, Vieira e Vieira (2004) falam de uma nova “dimensão espacial” ao discutirem a natureza econômica do lugar, a internacionalização das atividades econômicas e sua inserção em estratégias globais.

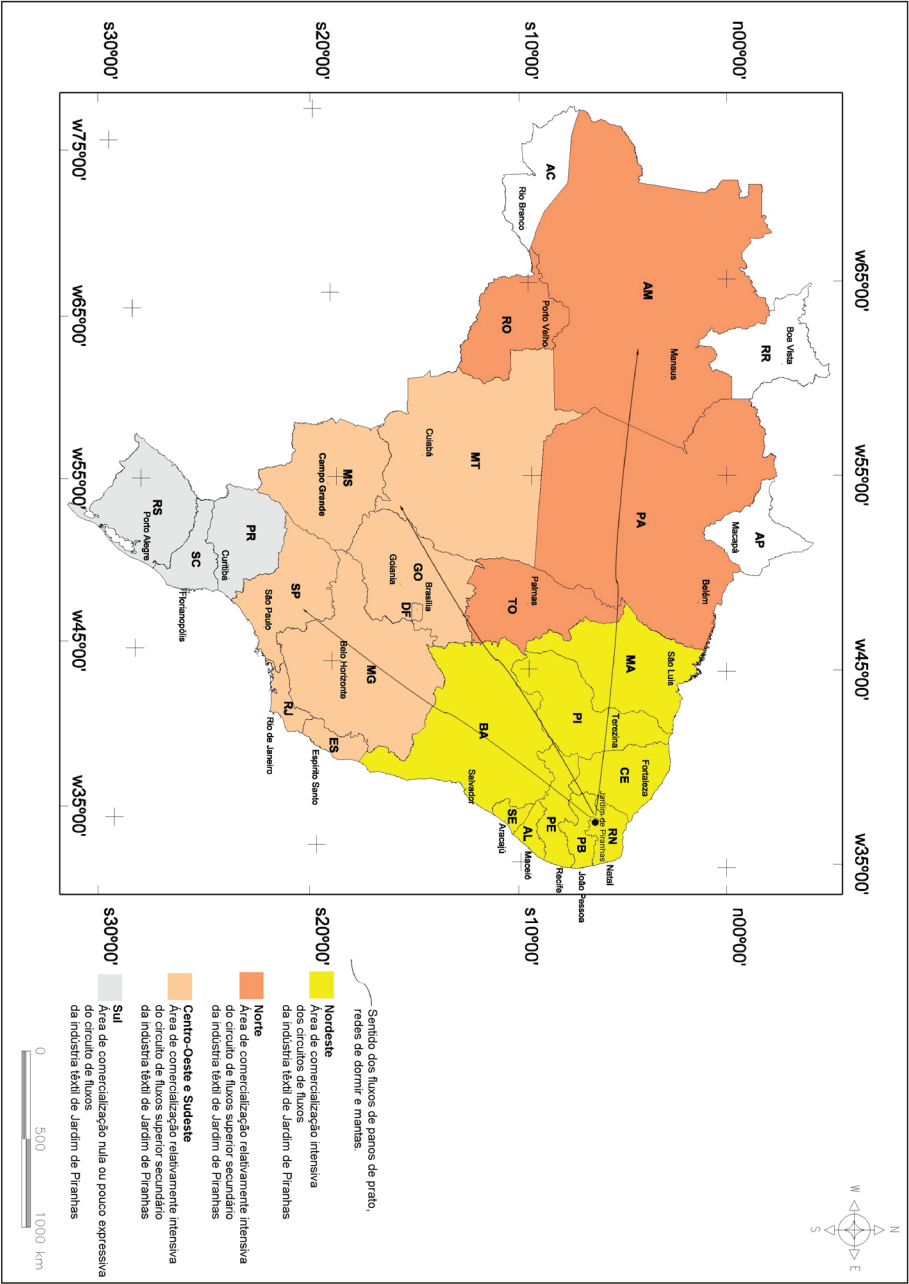
O mercado consumidor de redes de dormir na escala nacional engloba os espaços rurais e urbanos, seguindo a cultura e a economia como elementos de atração temporais. No campo, apesar do avanço capitalista e de sua industrialização, a totalidade do trabalho e da vida não foi submetida integralmente ao capital (CARLOS, 2004, p. 9). Esta manutenção cultural é condição de permanência, também, contemporaneamente da produção têxtil tradicional de

15 “Hoy, en tiempos de pobreza estructural, la riqueza producida por el circuito superior no puede ser entendida sin la pobreza generada en el circuito inferior. El espacio es así considerado no sólo como económico, sino como espacio banal por abrigar la totalidad de las existencias” (SILVEIRA, 2008, p. 63).

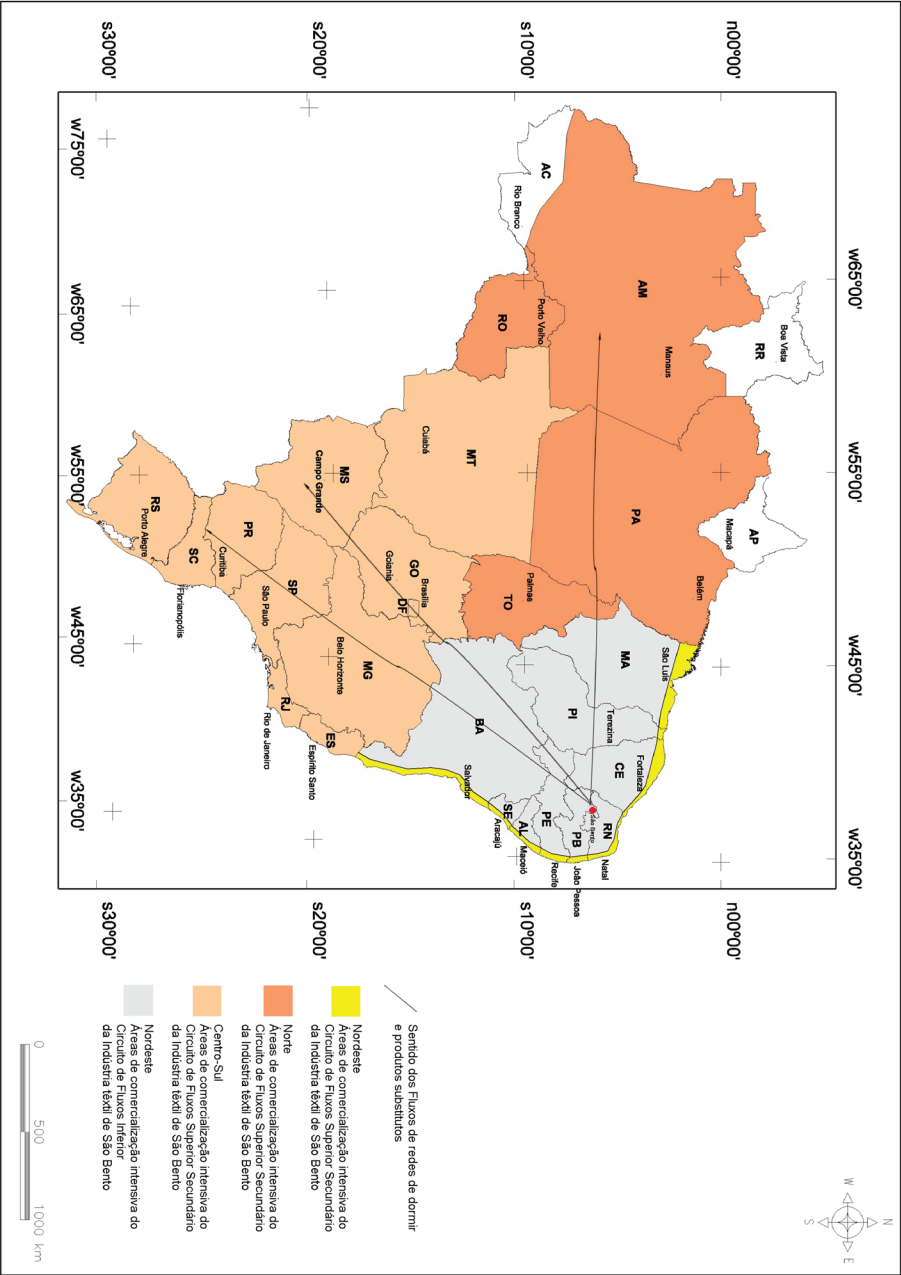
redes de dormir para São Bento, Jaguaruana, Tacaratu e Jardim de Piranhas.

Neste âmbito, a internet é um dado da compreensão da imersão dos espaços das redes de dormir no ciberespaço, nesta “rede não-hierárquica” e “não-linear” que, segundo Berardi (2005) liga as mentes humanas e os dispositivos eletrônicos. E o mercado é o elo desta ligação, a partir da possibilidade de comercialização das redes de dormir, de mantas, de panos de prato e de outros produtos substitutos, oriundos a partir dos sites das empresas. Em Jardim de Piranhas, nota-se que várias empresas possuem sites, em São Bento apenas a Rede Santa Luzia e em Tacaratu há um site coletivo para a Cooperativa dos Artesãos Têxtil de lá.

Dessa forma, o circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil de Jardim de Piranhas (**Mapa 3**), no que tange as áreas de comercialização da produção, que abrange em menor intensidade o Sul do país e em maior, o Nordeste, para onde se destina, segundo Melo (2006), 76% da produção local seguido pela região Norte, com mais de 13,5%, e o Centro-Oeste com 10,5%. Inversamente ao que Carneiro (2006), constatou para São Bento, pois, neste caso, a comercialização da produção ocorre em menor intensidade no Nordeste, mais, especificamente, o sertão nordestino (**Mapa 4**).



mapa 3: Jardim de Piranhas-RN: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local. Fonte: Carneiro (2011).



mapa 4: São Bento-PB: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local.
Fonte: Carneiro (2011).

Para Berardi (2005) a expansão do ciberespaço se dá com a velocidade da replicação digital, mas o seu “núcleo subjetivo”, seu “cibertempo” evolui lentamente, acompanhando o “ritmo da corporeidade”, o que explicaria a rapidez com que nos espaços das redes modificam-se os sistemas de objetos da produção fabril e a lentidão com que se passa no sistema de ações, sendo estas orientadas para o sucesso, consequentemente ainda em formação um sistema de ações orientadas para o entendimento mútuo.

No caso da indústria têxtil de Jardim de Piranhas, apesar do seu crescimento, ela não é capaz de impulsionar o desenvolvimento local (MELO, 2006). Tal fato, também, é percebido em São Bento, Jaguaruana e Tacaratu, pois embora ambos apresentando circuitos espaciais da produção regionais, o desenvolvimento que possibilita é seletivo.

Ainda nesse sentido, Moura (2006), mostrou para o Consórcio de Produtores de Redes da Paraíba que em alguns estabelecimentos, sua estrutura organizacional era precária, logo reflete o enfraquecimento do agir comunicativo no interior deste consórcio de exportação e, portanto, do seu circuito de fluxos superiores secundários, formado por grandes empresas locais, pois esta forma associativista encontra-se “parada”, portanto há dois anos (Informação verbal)¹⁶. Para Carneiro (2006, p. 149), o fortalecimento do circuito de fluxos superiores secundários da indústria têxtil de São Bento passa, necessariamente, “pelo fortalecimento dos outros circuitos”, isto é, da atividade considerada em sua totalidade.

Com o circuito espacial da produção internacional, as empresas do circuito de fluxos superiores secundários são forçadas a se-

16 Informação fornecida por dois grandes empresários de São Bento, em abril de 2009.

guir as normas do mundo sistêmico do mercado, como é o caso, por exemplo, da qualidade do produto e as normas do mundo sistêmico do Estado, como a ausência de trabalho infantil para as mercadorias, a imposição esta feita pela França a Jaguaruana (PESSOA, 2003, p. 38). Como assinala Siqueira (2000, p. 14), quando afirma:

As atividades de comércio exterior proporcionam a ampliação dos mercados de atuação, por meio de vendas para outros países, exigem maior qualidade dos produtos ofertados e dos procedimentos adotados, viabilizam a aquisição de insumos mais baratos e levam os grupos a buscarem maior competitividade para suas empresas.

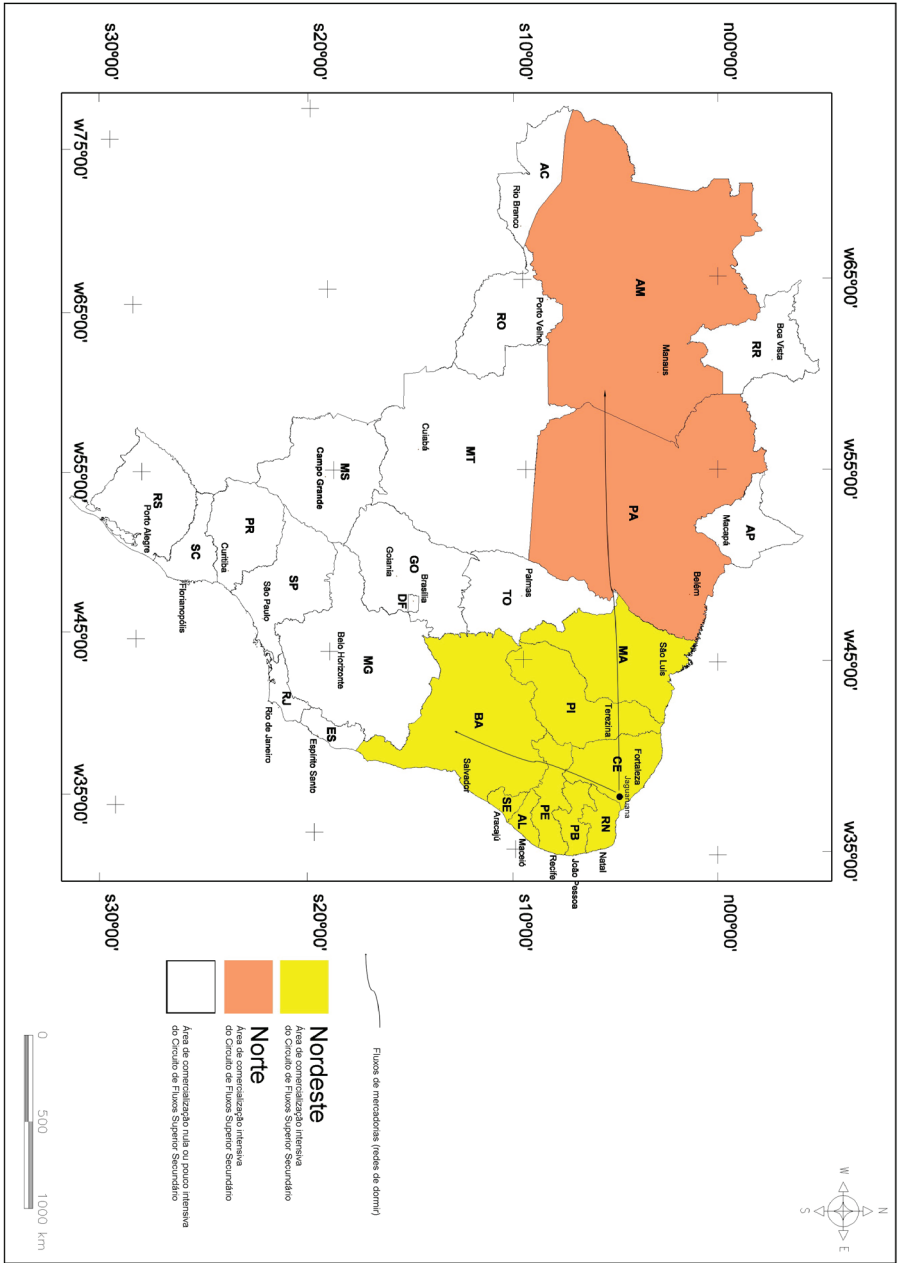
Com base em Pessoa (2003), pode-se inferir que um circuito espacial da produção nacional de Jaguaruana (**Mapa 5**), baseado na comercialização de redes de dormir, está limitado ao Ceará e as Regiões Norte (Belém e Manaus) e Nordeste, ao passo que o mercado consumidor internacional envolve os países europeus (Alemanha e França), além do Caribe, Estados Unidos e Austrália, conformando o seu circuito espacial da produção internacional. A comercialização para a região Norte tem como dado explicativo, embora não único, o fato assinalado para o Brasil por Oliveira (1997, p. 25), da expansão concomitante do trabalho assalariado e do trabalho familiar. Este segmento populacional constitui-se em mercado consumidor importante dos redeiros e dos corretores dos espaços das redes.

Neste contexto, Tacaratu-PE conforme, hoje, tem um circuito espacial de produção nacional e internacional, sobretudo em função da comercialização de redes de dormir e de substitutos pela Cooperativa dos Artesãos Têxtil de Tacaratu. Assim, o circuito nacional (**Mapa 6**), é formado, principalmente, por São Paulo, Ceará, destaque para Fortaleza, Rondônia, Pernambuco, particularmente,

Recife, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Produtores médios ou grandes Caraibeiras-PB, chegam a exportar para o Uruguai, a França, a Alemanha e a Holanda (SEBRAE, 2000 apud SELVA; BICALHO, [2006]). Neste sentido, em função da ação comercial desta mesma Cooperativa, o circuito espacial da produção internacional de Tacaratu-PE, melhor dizendo, de Caraibeiras, é formado por Grécia, Itália, Holanda, França (Informação verbal)¹⁷.

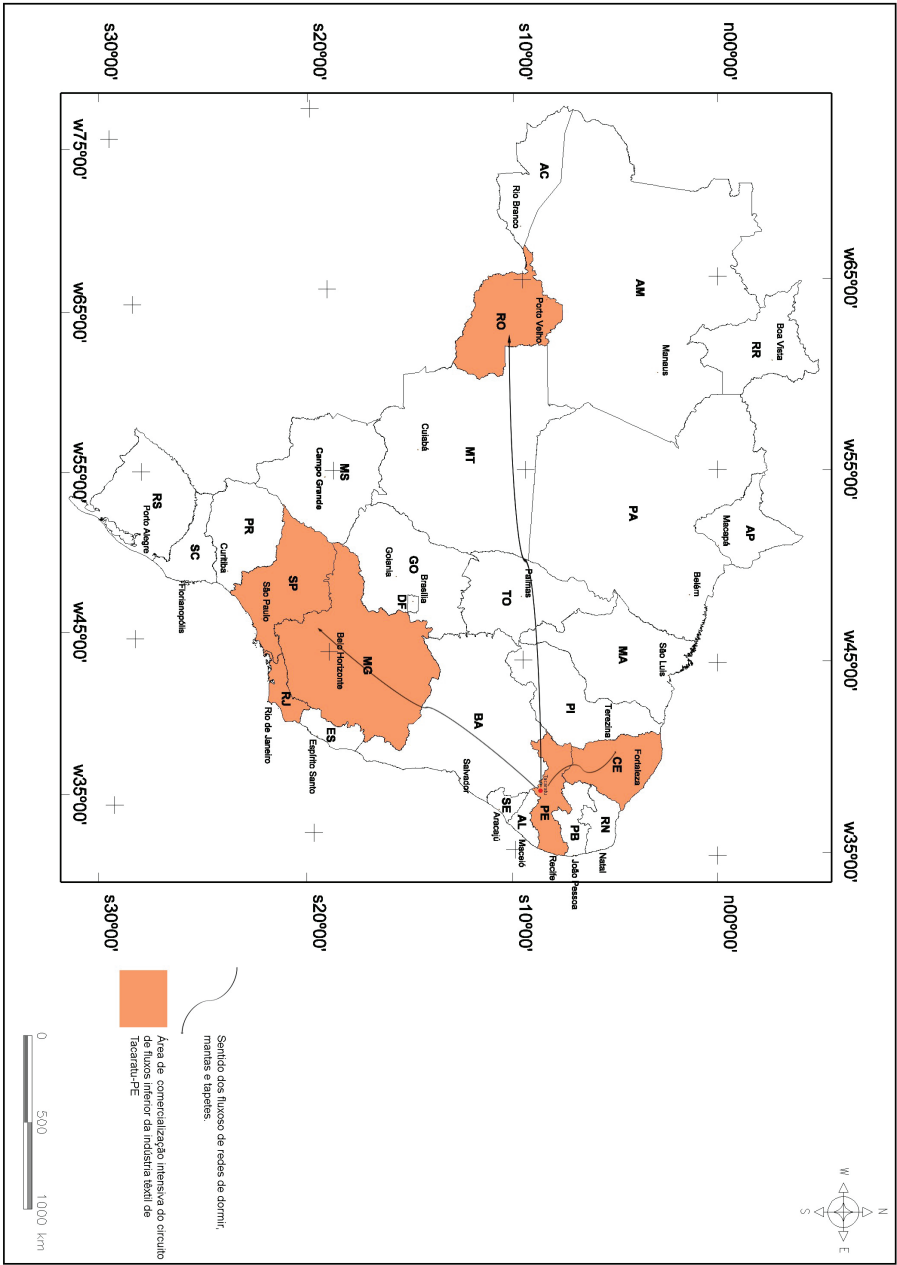
Dessa forma, a conquista do mercado internacional de Jaguaruana deveu-se, segundo Pessoa (2003, p. 39), a sua proximidade com Aracati-CE, cujo turismo local permitiu aos turistas conhecerem as redes de dormir, abrindo-se as portas para o mercado externo. São Bento, por sua vez, teve como precursor das exportações a Redes Santa Luzia, ainda na década de 1980, (CARNEIRO, 2006). Neste sentido, atende-se a uma antiga solicitação de Cascudo (2003, p. 15), para quem “há redes que são jóias de cor, acabamento, aspecto. Ela pode, pode e deve ser produto de exportação como o café, o samba e o algodão”.

17 Dado obtido junto à Cooperativa de Tacaratu, em fevereiro de 2009. Esclarece-se, que não constam informações de exportação de redes de dormir deste município no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.



mapa 5: Jaguaruana-CE: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local.

Fonte: Carneiro (2011).



mapa 6: Tacaratu-PE: circuito espacial da produção nacional da indústria têxtil local.
Fonte: Carneiro (2011).

Conforme Oliveira (2006), a principal dificuldade enfrentada pelos empresários de Jaguaruana é a concorrência com as empresas do Arranjo Produtivo Local de São Bento, que se beneficia de alíquota de ICMS, mais baixa, que a praticada no Ceará. Com potencial exportador, apesar de sofrer a concorrência do arranjo produtivo de São Bento, e seus produtos a preços mais baixos (AMORIM; IPIRANGA; MOREIRA, 2004). Ainda que a competitividade e a exportação sejam palavras normativas dos processos contemporâneos de desenvolvimento regional, como salienta Diniz e Crocco (2006, p. 14) ao dizerem que a inserção internacional é um elemento central do desenvolvimento.

Nesse pensar, os serviços se localizam nas cidades maiores ou menores, e estas são dependentes entre si de acordo com os serviços que oferecem (ROCHEFORT, 1998). Em Jaguaruana existe três fiações, a Aurora Têxtil, Multicor e a Jaguatextil, formando seu circuito de fluxos superiores não-hegemônicos (CARNEIRO, 2006). Assim, é mais barato para os produtores de Jaguaruana comprarem esses fios fabricados aí através de comerciantes na Paraíba, que no próprio município, devido à diferença de ICMS estaduais (SCIPIÃO, 2004).

Os depósitos de fios e de tecidos dos espaços das redes têm sua origem, a partir de investimentos próprios. Portanto, a origem dos fios e de tecidos comercializados pelos depósitos de Jardim de Piranhas, Tacaratu configuram, também, os seus circuitos espaciais da produção nacional, pois são esses produtos provenientes de diversos lugares do território nacional, incluindo, aqui, os estados do Maranhão-MA, Ceará-CE, Paraíba-PB, Pernambuco-PE, Minas Gerais-MG e Sergipe-SE.

Assim sendo, percebe-se que Jardim de Piranhas apresenta maiores interações espaciais com os espaços fornecedores de fios de

algodão e de tecidos que Tacaratu, o que reflete a existência quantitativa maior de um circuito de fluxos superiores secundários, bem como a qualitativa, já que este está organizado institucionalmente na ASITEX, requerendo, portanto, maior consumo de matérias-primas.

Embora Tacaratu-PE apresente grandes empresas comparativamente às empresas de redes de dormir, o seu circuito de fluxos inferior domina a economia e a produção do espaço local, refletindo, desta maneira, suas interações com espaços fornecedores de matérias-primas. São Bento, por sua vez, aparece como o único município, que mantém interações comerciais com espaços fornecedores da região Sul, onde se concentra a região têxtil do Brasil contemporâneo. Além de comprar, este município comercializa fios tingidos diretamente em novelos, a partir de máquinas centrífugas, cujo mercado é todo o Nordeste brasileiro (ARAÚJO, 1996, p. 62).

Segundo a Cooptêxtil (2007, p. 10), antes da criação da cooperativa em Jardim de Piranhas, o individualismo e a concorrência predatória imperavam entre os produtores. Porém, observa-se que estas ações instrumentais continuam fortemente presentes. Nesse sentido, consta para algumas empresas da Cooptêxtil como suas principais concorrentes às próprias fábricas cooperadas e do município. São Bento e Itaporanga-PB, aparecem como fortes concorrentes externos, no primeiro caso, em função de sua variedade de produtos e, no segundo, através dos panos de prato. Assim, as inúmeras empresas de grande porte localizadas na região Sudeste do país, particularmente no estado de Minas Gerais e São Paulo.

Neste âmbito, os produtos químicos comercializados em Jardim de Piranhas como o cloro, por exemplo, são adquiridos em Recife-PE, já o neutralizante vem da Alemanha. Por outro lado, estes produtos são vendidos para o Estado do Ceará, a região do Seridó, a cidade de Brejo do Cruz- e Patos na Paraíba, Caicó e Natal no Rio

Grande do Norte. Esse fato tem gerado uma dinâmica espacial bastante significativa do ponto de vista do mundo sistêmico local, despertando assim, o crescimento econômico de Jardim de Piranhas. Já em Tacaratu - PE, não se verificou depósito de produtos químicos, os quais, segundo os entrevistados, não se usam mais, a exemplo do cloro, para clarear os fios e tintas para tingi-los.

Ainda nesse sentido, as máquinas e os acessórios de Jardim de Piranhas são adquiridos na região Sudeste do Brasil, particularmente, em São Paulo, de onde vêm as máquinas e os acessórios. Tais objetos técnico-científicos e, em menor proporção, informacionais são adquiridos de segunda mão, já aposentados pela indústria têxtil daquela região. Da mesma forma, Jaguaruana adquire suas máquinas e os acessórios industriais no Sudeste e no Sul (RIBEIRO NETO et al., 2005, p. 13), bem como São Bento (CARNEIRO, 2001) e Tacaratu (SANTOS; CARNEIRO, 2009).

Com o circuito espacial da produção nacional e internacional dos espaços das redes consolida-se a “santa aliança” do capitalismo, no dizer de Zaoual (2006), isto é, a ligação entre a ciência, a técnica e o mercado, pois nenhum destes três vetores do mundo sistêmico pode ser desprezado pelas empresas, que congregam o circuito de fluxos superiores secundários de suas indústrias têxteis. Para Sábato (1993) a sociedade atual se caracteriza pela “quantidade”, pelo “número”, expresso no dinheiro, este símbolo do mercado, capaz de medir tempo e espaço. Resultante deste processo, o lugar está sendo produzido por sua articulação com o mundo (CARLOS, 1996).

Tomando-se por base os três municípios maiores exportadores de redes de dormir dos espaços das redes nordestinas, têm-se em ordem decrescente Fortaleza, Jaguaruana e São Bento. No entanto, Fortaleza destaca-se em primeiro lugar (**Gráfico 4**). De 2004 a 2010, apenas em 2006, a capital cearense não ultrapassou a casa de 1 mi-

lhão de dólares exportados, ao passo que Jaguaruana sempre esteve à frente de São Bento.

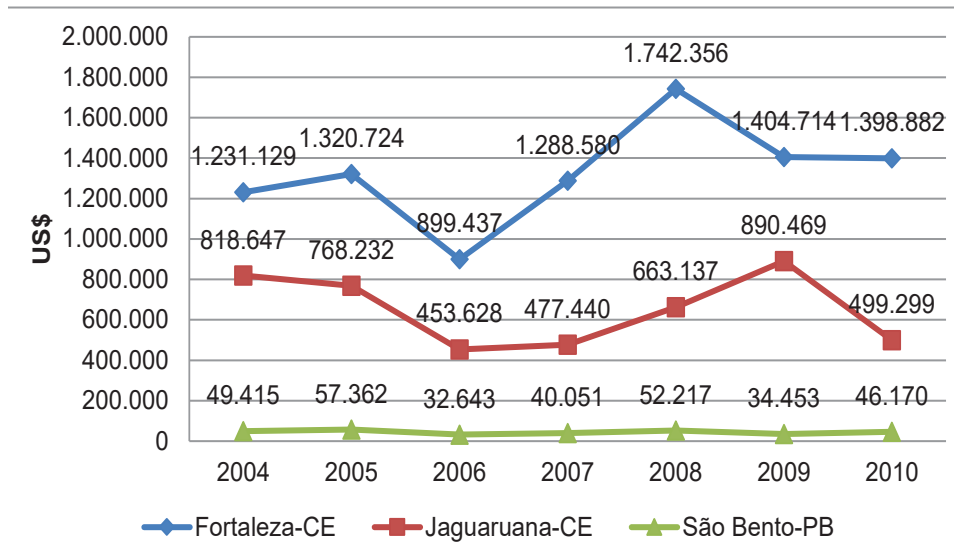


gráfico 4: Jaguaruana-CE, Fortaleza-CE e São Bento-PB: exportações de redes de dormir em US\$ no período de 2004 a 2010. Fonte: Carneiro (2011, p. 95).

Considerando a participação das exportações têxteis de São Bento e Jaguaruana e comparando-as com Fortaleza (**Gráfico 5**), observa-se que no período de 2004 a 2010, no município paraibano, a indústria têxtil local foi responsável por 100% das vendas para outros países no ano de 2004 e 2010 e, no período responsável por quase a totalidade das mesmas. Jaguaruana, por sua vez, tem mantido as exportações abaixo dos 50%, a partir de 2005, o que reflete as exportações feitas por suas atividades primárias, particularmente, a manga fresca e seca, que em 2004, foi responsável por apenas 0,74% do total de exportações, em 2005, passou 25,77%, em 2006, foi 69,82%, onde ultrapassou o melão e em 2007 e 2008, manteve sua participação, acima dos 70%, tornando-se, portanto, o principal produto da pauta municipal.

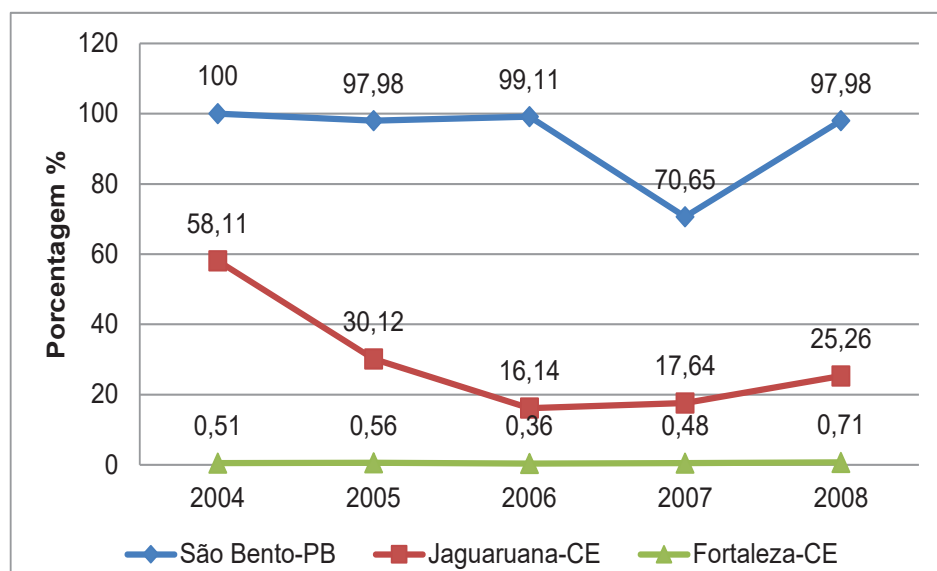


gráfico 5: São Bento-PB, Jaguaruana-CE e Fortaleza-CE: participação das exportações de redes de dormir nas exportações totais municipais no período de 2004 a 2010. Fonte: Carneiro (2011, p. 89).

Dessa maneira, o “espaço instrumental” impõe uma coesão forçada, mas esconde as contradições da realidade¹⁸ (LEFEBVRE, 1976, tradução nossa), ou seja, as interações entre mundos vividos e circuitos de fluxos no interior dos circuitos espaciais da produção nacional e internacional é coercitiva, já que é amparada na competição mercadológica e na normatização estatal.

Portanto, o circuito espacial da produção nacional e internacional é um símbolo da colonização do mundo da vida dos espaços

18 “En tanto que mediación, semejante espacio instrumental permite bien sea imponer por la fuerza una cierta cohesión, bien sea ocultar bajo una aparente coherencia racional y objetiva las contradicciones de la realidad” (Lefebvre, 1976, p. 31).

das redes pelo mercado e pelo Estado, pois ao primeiro, ele é funcional e ao segundo instrumental. Como lembra LEFEBVRE (1976) o espaço funcional e instrumental se vincula à reprodução da força de trabalho pelo consumo na sociedade “burocrática de consumo dirigido”¹⁹.

Dessa maneira, estes dados demonstram uma contradição geoeconômica, pois enquanto São Bento apresenta o maior complexo industrial têxtil e o mais abrangente circuito espacial da produção regional de redes de dormir e de mantas do Brasil, conforme Carneiro (2006), seguido por Jaguaruana é Fortaleza com poucas empresas, que lidera a exportação destas mercadorias. No entanto, tal fato é revelador da baixa organização e da integração empresarial e institucional de São Bento, através da falta de política pública para a indústria local, bem como da necessidade de uma atuação mais forte do Estado, particularmente, estadual e municipal. Deste modo, cabe lembrar, com Marshall (1982) que uma região que possua exclusivamente uma única indústria, caso diminua a procura ou o acesso a matérias primas, está sujeita a crise.

Por fim, percebe-se que à medida que os circuitos de fluxos socioespaciais de um determinado local avançam da sua condição de circuito inferior para circuito superior, o espaço segue estas modificações, passando a ser produzido conforme o jogo de forças dos agentes econômicos e dos atores sociais presentes em seu interior, sendo-os ligados às atividades produtivas destes circuitos. Assim, o espaço tende a se apresentar como dividido, um espaço inferior e

19 “[...] el espacio a la par funcional y instrumental queda vinculado a la reproducción de la fuerza de trabajo a través del consumo. Se puede decir que es a la vez el medio y el procedimiento de una organización del consumo dentro del marco de la sociedad neocapitalista, es decir, de la sociedad burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1976, p. 32).

outro superior, mas articulado, integrado por esta mesma divisão, cuja compressão de sua produção e de reprodução passa a ser pela consideração conjunta dos dois circuitos.

CONCLUSÕES

A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos foi uma produção, a partir de dentro, de um olhar de um teórico destes países para tais países. Daí a sua validade, ainda, leva-nos a crer que a produção do conhecimento acerca do espaço, deve dá-se, a partir dele, não via os modelos importados de lugares, que não guardam semelhança alguma com sua realidade. Afinal, não há muito a se fazer, a não ser aprofundarmos, pois uma teoria é uma construção longa e duradoura. Aqui, ainda, principiamos.

Dessa maneira, o mundo mudou, pois a produção do fordismo para o toyotismo e a acumulação flexível trouxeram mudanças substanciais na geografia econômica mundial e dos países, redefinindo-os o olhar sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana, dos países subdesenvolvidos, dos periféricos ou mesmo dos emergentes. Logo, esta realidade nova reforçou as disparidades de desenvolvimento entre países, ao mesmo tempo, em que alguns, poucos, emergiram e, neste processo, trouxe consigo a revalorização desta teoria, capaz de explicá-la, satisfatoriamente, o mundo contemporâneo, a partir, porém, de sua atualização.

Aliás, este é um dado central da questão. Atualização e desatualização são as marcas contemporâneas de uma teoria, à espera de renovação, amparada nos elementos deste mundo globalizado, em que às interligações territoriais, às econômicas, às políticas, às culturais redefinem o papel de cada lugar, de região, de cada país no sistema-mundo, bem como na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o Brasil enquanto potência regional ou será mundial, com suas diferenças, desigualdades regionais e sub-regionais é um campo mais, que aberto, para o desenvolvimento de novos estudos sobre os dois circuitos da economia urbana.

Assim sendo, estes circuitos, cujos elementos mudaram, bem com suas características, eminentemente, econômicas, não mais se sustentam com a realidade, já que precisam ser vistos à luz do presente, do período e do meio geográfico que, hoje, congrega a técnica, a ciência e a informação.

Assim sendo, a vida de todos na produção e na reprodução dos espaços em todos os lugares, não se dá, sem a presença contemporânea e interligada destes três elementos definidores desta época. Todavia, os lugares impõem resistências ao novo, assim, o avanço a que se considera, deverá ser o embate entre o mundo sistêmico, que avança sobre as sociedades e seus mundos vividos.

Nesse sentido, o mundo vivido, partilhado intersubjetivamente por uma comunidade de linguagem, compostas por suas personalidades, indivíduos aptos a agir em situações de fala, bem como a falar em situações de ação, de suas culturas, logo um acervo de saber, de padrões de interpretação passados de uma geração a outra, senão também suas sociedades, ou conjunto das normas existentes, que garantem a sua própria reprodução, o intersubjetivo social.

Portanto, é um conceito que, certamente, pode trazer contribuições para a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Com

isto, busca-se uma junção entre materialismo histórico-dialético e a fenomenologia, entre a geografia crítica e a geografia cultural. Contudo, é uma tarefa árdua, que nos instiga a participar e não fugir.

A empiria, os espaços das redes de dormir do Nordeste brasileiro revelaram a que a produção material, econômica, não se desvincula das suas relações com o Estado. Mas, por outro lado, também nos chamou atenção para a realidade do lugar, do modo de vida ou de sua reprodução simbólica.

A cultura tem um peso explicativo, sobretudo a cultura popular é um dado de compreensão da existência e funcionamento das atividades do circuito inferior. Estas atividades encontram nos processos de socialização, normatização horizontal e formação das personalidades/identidades humanas estruturas explicativas desta existência e funcionamento.

Os circuitos espaciais em que atuam suas empresas, revelam, por sua vez, que as atividades do circuito inferior, muitas não são integradas localmente, mas globalmente ou nacionalmente.

A empiria, portanto, nos conduziu a admitir a necessidade de uma renovação ou reconstrução da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Acreditamos que, assim como São Bento, Jardim de Piranhas, Tacaratu e Jaguaruana, muitas outras cidades no Brasil e no mundo subdesenvolvido apresentam um conjunto múltiplo de atividades em sistema, sejam superiores e inferiores que comprovariam a validade, ainda hoje, da teoria miltoniana dos dois circuitos, e a necessidade desta renovação/reconstrução.

REFERÊNCIAS

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Perfil econômico da Paraíba**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/.../ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Perfil%20Economico%20do%20Estado%20da%20Paraiba-2002.pdf>. Acesso em: 01 out. 2005.

AMORIM, Mônica Alves; IPIRANGA, Ana Silva Rocha; MOREIRA, Vilma Maria Coelho. **Um modelo de tecnologia social de mobilização de arranjos produtivos locais**: uma proposta de aplicabilidade. [Fortaleza]. 2004. 17 p. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/artigos/Amorim%20et%20al%20%20Workshop%20APLs.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

AQUINO, Francisca Pontes de. **Arranjos produtivos locais industriais**: empresários e governança em Jaguaruana (CE). 2006. 174f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ARAÚJO, José Luís Lopes. **A atividade de confecção artesanal de redes-de-dormir – como estratégia de sobrevivência – e a organização do espaço em Pedro II**. 1985. 291 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

_____. **As transformações na produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e suas relações com a reprodução do espaço.** 1996a. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Lucia. Apresentação. In: HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada.** Tradução de: Lucia Aragão. Revisão: Daniel Camarinha da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. p. 7-24.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo.** Traduzido por: Aníbal Alves. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **O sistema de objetos.** Traduzido por: Zulmira Ribeiro Tavares. 4^a ed. 1. Reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Coleção debates, 70).

BAVA JR, Augusto Caccia. **Introdução à sociologia do trabalho.** São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Dinizar F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: _____; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 37-66.

BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy.** Tradução de: Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BERDOULAY, Vincenti. Sujeto y acción en la Geografía Cultural: El cambio sin concluir. **Boletín de La A. G. E.**, n° 34, p. 51-61, 2002.

BEZERRA, Rozelia; SANTOS, Helder Silva dos; SILVA, Neilza Diniz da. Utilização do diagnostico participativo e organização dos artesão do distrito de Caraiibeiras/Tacaratu-PE: relato de experiência do programa

Universidade Solidária/Xingó e UFRPE-2000. In: **Anais do IV SEMPE – Seminário de metodologia para projeto de extensão**. São Carlos, 29-31, ago. 2001. disponível em: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/t4-p37.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 2, n. 3, p. 9-28, set. 2001. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.local.ucdb.br/revistainteracoes/n3_sergioboisier.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução de: Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Espaços do desenvolvimento).

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma nova agenda para os estudos urbanos e regionais. 2003. 199f. Tese (Livre-Docência em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Economia informal urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2005.

_____. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. **Produto interno bruto dos municípios**: 1999-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005d. (Contas Nacionais, n 14).

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Produto interno Bruto dos Municípios**: 2002-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007d. (Contas Nacionais, n. 22)

BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Loyola, 1999.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANSISCHINI, Rosângela. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator**, Fortaleza, Revista de Geografia da UFC, Ano 03, n. 05, p. 7-13, 2004.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **A indústria têxtil em São Bento – PB: da manufatura à maquinofatura**. 2001. 58 f. Monografia (Graduação em Geografia). – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

_____. **Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento–PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos socioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

_____; SÁ, Alcindo José de. A produção do espaço e os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE-DCG/NAPA, v. 22, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Rede de dormir**: uma pesquisa etnográfica. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE/DCG-NAPA, v. 14, n. ½, p. 29-85, jan./dez. (1999).

CASTRO, Ana Emilia Gonçalves de; ZIDANES, Anna Elisa do Nascimento; MELO, Renata Galvão. Ação social de design na produção têxtil na comunidade de Caraibeiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN, 4, 2007, Rio de Janeiro. **Anais do 4º Congresso Internacional de Pesquisa em Design**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anpedesign.org.br/artigos/pdf/A%E7%E3o%20Social%20de%20Design%20na%20Produ%E7%E3o%20T%EAxtil%20na%20Comunidade%20de%20%85.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: _____; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 91-114, mai. 1999.

CONSÓRIO SÃO BENTO. **O consórcio**. 2005b. Disponível em: <<http://www.consorciosaobento.com.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2005.

_____. **Produtos**. 2005c. Disponível em: <<http://www.consorciosaobento.com.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2005.

COOPTÊXTIL. **Projeto**: Centro Produtivo de Tecidos Planos de Jardim de Piranhas – RN. Jardim de Piranhas: Cooptêxtil, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Introdução. In: _____; _____ (Orgs). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 9-31.

DUTRA, Luciano Vieira. **A rede da rede: trabalho, sociabilidade e territorialidade dos vendedores de redes de dormir de Brejo do Cruz-PB**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

EGLER, Cláudio A. G. A indústria de redes de São Bento. **Boletim**, UFPB, João Pessoa, n. 4, p. 60-71, nov. 1984. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/redes.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2005.

FICAMP S/A - INDÚSTRIA TÊXTIL. **Produtos. Alhandra**, [2002b]. Disponível em: <<http://www.ficamp.com.br/>>. Acesso em: 28 out. 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Tradução de: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Biblioteca tempo universitário, 90; Série estudos alemães).

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997. (Coleção biblioteca de filosofia contemporânea, 3).

_____. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003b. Vol. I.

_____. **Teoría de la acción comunicativa: la crítica de la razón funcionalista**. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003c. Vol. II.

HADDAD, Paulo R. APL - São Bento: cultura local e associativismo. [S.l.], 2004. 9 p. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl22.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Global, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IAROZINSKI, Maristela Heidemann. **Contribuições da teoria comunicativa de Jurgen Habermas para a educação tecnológica**. 2000. 101 f. (Dissertação em Tecnologia). – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/dissertacoes/2000/maristela.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005.

JAPIASSÚ, Hilton. **A revolução científica moderna**: de Galileu a Newton. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

KOMINEK, Andréa Maila Voss. **Uma concepção comunicativa de educação tecnológica**. 2000. 102 f. (Dissertação em Tecnologia). –Centro de Formação Tecnológica do Paraná, Curitiba. Disponível em; <<http://www.ppgte.cefetpr.br/dissertacoes/2000/andrea.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. 6. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (Coleção Rumos da Cultura Moderna).

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Introdução de: Giuseppe Cocco. Tradução de: Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Espaços do desenvolvimento).

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MAGALHÃES, Fernando. **Tempos pós-modernos**: a globalização e as sociedades pós-industriais. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, 108).

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia política**: tratado introdutório. Tradução revista de: Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____ (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. 1, p. 13-24.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista 1948**. Tradução de: Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001. (Coleção L&PM Pocket, 227).

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor, 68).

MELO, Francisca Verônica Pontes de. **Tecelagem do Seridó**: na linha do desenvolvimento. Natal: SABRAE/RN, 2006. (Histórias de sucesso do empreendedor potiguar).

MONIÉ, Frédéric; SILVA, Gerardo. Introdução. In: _____; _____. (orgs). **A mobilização produtiva dos territórios**: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 7-11. (Espaços do desenvolvimento).

MOURA, Simone Farias. **A dinâmica de grupos e a gestão organizacional em arranjo produtivo local: estudo de caso**. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza – UNIFOR, CMA, Fortaleza.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Leandro Ferreira Leão de Alencar. **Estratégias de marketing**

internacional: um estudo multicaso. 2006. 52f. Monografia (Graduação em Administração de Empresas). Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Ltda, 1963.

PESSOA, Ismar Félix. **Arranjo produtivo de redes em Jaguaruana como apoio para o desenvolvimento local**. 2003. 50 f. Monografia (Graduação em ciências econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuariais, Contabilidade e Secretariado – FEAAC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PUGA, Fernando Pimentel. **Alternativas de apoio a MPMEs localizadas em arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2003. 30 p. (Textos para discussão, 99). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-99.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2005.

RATTNER, Henrique. **Tecnologia e sociedade:** uma proposta para os países subdesenvolvidos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RIBEIRO NETO, Antonio Batista; GONDIM, Marcos Venicius de Albuquerque et. al. **Projeto Teares: APL redes de dormir de Jaguaruana/CE**. 2005. 115 f. Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos. Fundação Getulio Vargas, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2005.

ROCHA, José Bolívar Vieira da. **São Bento:** estudo sobre a manufatura de redes-de-dormir. João Pessoa: CGS, 1983.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas:** ensinando sobre o Urbano e a Região. Tradução de: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens:** reflexões sobre o dinheiro,

a razão e a derrocada de nosso tempo. Tradução de: Janer Cristaldo. Campinas: Papirus, 1993.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec-UFPE-CNPU, 1978. (Coleção estudos urbanos).

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção ciências sociais).

_____. **Sociedade e espaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982a.

_____. O presente como espaço. In: SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982b. p. 9-35.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. (Coleção espaços). p. 121-134.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Por uma globalização mais humana. In: SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização e apresentação de: Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 79-80.

SANTOS, José Erimar dos; CARNEIRO, Rosalvo Nobre Carneiro. **Os mundos vividos de Jardim de Piranhas-RN e Tacaratu-PE e suas relações**

com os circuitos de fluxos socioespaciais das indústrias têxteis de redes de dormir locais. Pau dos Ferros: PROPEG/DP/UERN, 2009. Relatório parcial de projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UERN.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método.** Traduzido por: Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. **Crítica da Razão:** precedido por Questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Tomo I.

SCIPIÃO, Tatiana. **Arranjo produtivo local de redes de dormir em Jaguaruana.** Atualizado de Maria Vilma e Mirian. Ceará: Secretaria do desenvolvimento local e regional. 2004. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/_includes/PDFs/APL%20%20Jaguaruana%20-%20Redes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2005.

SCIPIÃO, Tatiana. **Arranjo produtivo local de redes de dormir em Jaguaruana.** Atualizado de Maria Vilma e Mirian. Ceará: Secretaria do desenvolvimento local e regional, 2004. Disponível em:<http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/_includes/PDFs/APL%20-%20Jaguaruana%20-%20Redes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2005.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso; BICALHO, Ana Maria de Souza. **O artesanato como estratégia de manutenção da pequena produção agrícola no semi-árido nordestino.** Recife, [2006]. Disponível em: <<http://www.semiluso.com.br/artigoslivro/oartesanatoparaibanonosemiarisonordestino.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. De la Geografía de la existencia a los circuitos de la económica urbana. In: MENDOZA, Cristóbal (coord.). **TRAS las huellas de Milton Santos:** Una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea. Rubí; Anthropos Editorial: Barcelona/México. 2008. p. 56-69.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Os grandes grupos brasileiros: desempenho e estratégias na primeira metade dos anos 90. **Revista do BNDES**, Rio de

Janeiro, v. 7, n. 13, p. 3-32, jun. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1301.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução de: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de; TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda. Apêndice teórico – sistemas de produção geograficamente referenciados: uma abordagem de falhas de mercado. In: CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (Orgs.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: Projeto Promos-Sebrae-BID: versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004. p. 229-244. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/0/5b50987ac7f19e440325707a0064e72c/\\$FILE/NT000AB522.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/0/5b50987ac7f19e440325707a0064e72c/$FILE/NT000AB522.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2005.

TACARATU lidera produção de redes no Nordeste. [**Jornal de Pernambuco**], [Recife], [mai/jun.] [2003]. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/jornal_de_pernambuco/maio_junho_2003/pernambuco_em_destaque.htm>. Acesso em: 22 out. 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VICENCONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Frade Editora, 2003.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **A dialética da pós-modernidade**: a sociedade em transformação. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de: Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



Doutor em Geografia pela UFPE. Professor do Curso de Geografia da UERN no Campus de Pau dos Ferros e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH - da UERN. Desenvolve estudos com base no pensamento de Milton Santos e Jurgen Habermas.

ISBN 978-85-7621-218-8



9 788576 212188